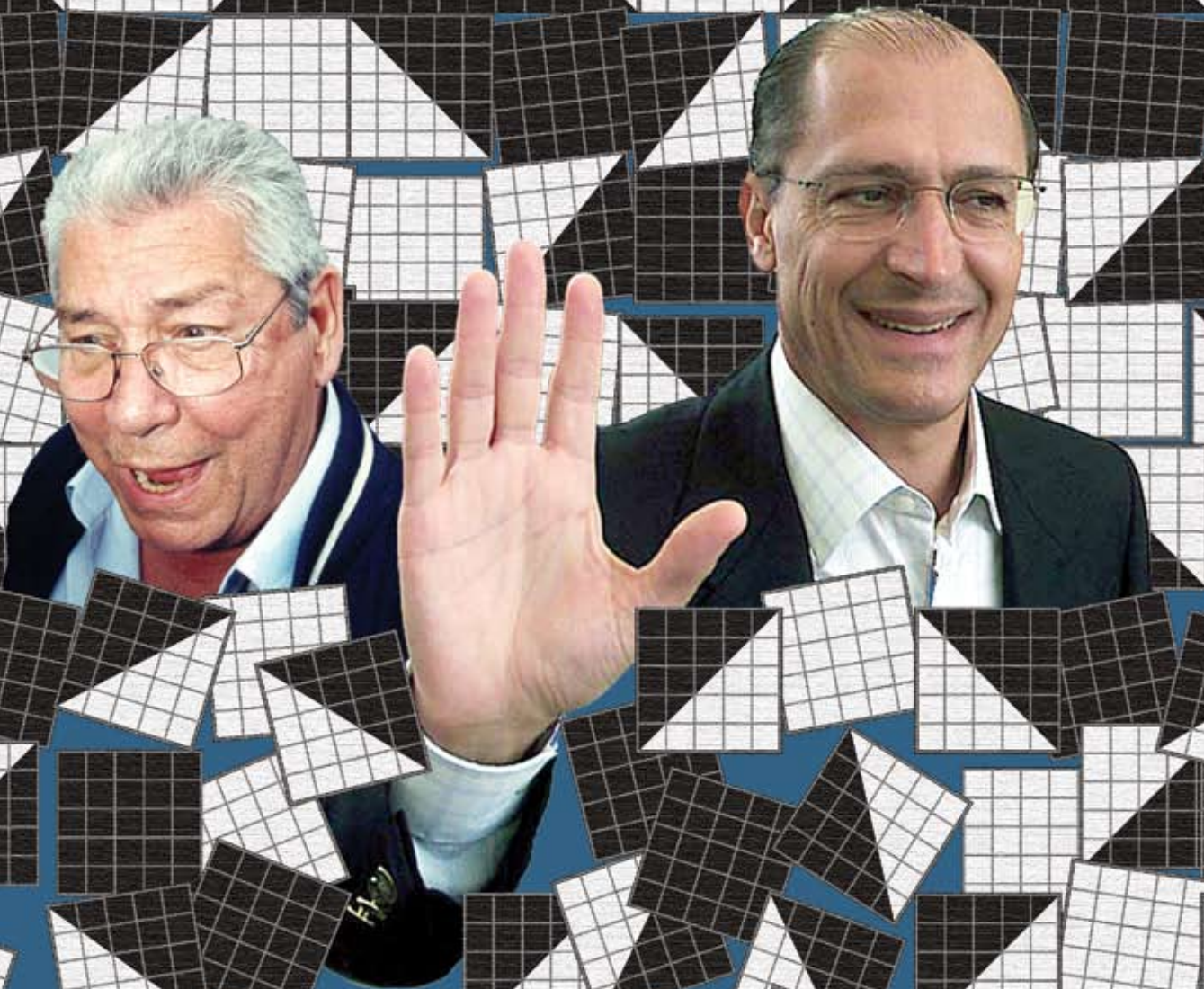


# Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP  
Seção Sindical da Anides-SN - Setembro de 2006 - Nº38

## CRISE SOCIAL E GESTÕES TUCANAS NO PALÁCIO DOS BANDEIRANTES (1995-2006)



**6**

**No Estado mais rico do país, a educação desprovida de meios**

Maíra Kubik Mano

**15**

**Expansão temerária de Fatecs e ETEs fragiliza o ensino**

Maurici de Oliveira

**20**

**Febem na contramão do Estatuto da Criança e do Adolescente**

Kelly Cristina Spinelli

**29**

**As relações perigosas da TV Cultura**

Lívia Deorsola e Nádia Costa Pontes

**34**

**Orçamento cresce, avesso a demandas sociais. Dívida idem**

Antonio Biondi e Marina Gonzalez

**44**

**Movimentos sociais mudam a dinâmica de elaboração da LDO**

Leda Rosa

**54**

**Institutos públicos de pesquisa sob ameaça**

Michele da Costa e Natalia Guerrero

**66**

**Política “linha-dura” acelera a expansão do crime organizado**

Fausto Salvadori Filho

**76**

**Defensoria Pública surge no último ano da gestão Alckmin**

Alessandra Mota e Natalia Guerrero

#### DIRETORIA

César Augusto Minto, Francisco Miraglia Neto, João Zanetic, Carla Roberta de Oliveira Carvalho, Raquel Aparecida Casarotto, Lighia B. Horodynski Matsushigue, Marcelo Luiz Martins Pompêo, Marcio R. Lambais, Sérgio Souto, Janete Rodrigues da Silva Nakao, Carlos Roberto de Andrade

#### Comissão Editorial

Franklin Leopoldo, Hélio Morishita, João Zanetic, José Carlos Bruni, José Marcelino Rezende Pinto, Luiz Menna-Barreto, Marco Brinati, Osvaldo Coggiola, Paulo Eduardo Mangeon Elias

**Editor:** Pedro Estevam da Rocha Pomar

**Assistente de redação:** Natalia Guerrero

**Editor de Arte:** Luís Ricardo Câmara • **Assistente de produção:** Rogério Yamamoto

**Capa:** Luís Ricardo Câmara, montagem com fotos de Daniel Garcia e José Luis da Conceição/Agência Estado

**Secretaria:** Alexandra M. Carillo e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

**Distribuição:** Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Tiragem: 5.500 exemplares

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: [imprensa@adusp.org.br](mailto:imprensa@adusp.org.br)  
Telefones: (011) 3813-5573/3091-4465/3091-4466 • Fax: (011) 3814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

# CONTRASTES AGUDOS NO ESTADO MAIS RICO

As reportagens publicadas nas páginas seguintes examinam alguns dos principais aspectos e efeitos das políticas praticadas pelo Governo estadual de São Paulo durante os mandatos dos tucanos Mário Covas (1995-1998 e 1999-2002) e Geraldo Alckmin (2003-2006). Na maior parte dos setores predominou a continuidade de práticas e projetos. Como vice-governador já no primeiro mandato de Covas, Alckmin tornou-se um dos principais protagonistas da privatização que marcaria a presença do PSDB no Palácio dos Bandeirantes. Mas houve também quebra de continuidade, visível por exemplo na Segurança Pública, que experimentou mudanças após a morte de Covas e sua substituição definitiva pelo ex-prefeito de Pindamonhangaba.

Educação fundamental, ensino técnico e tecnológico (Ceeteps), Tv Cultura, Febem, institutos públicos de pesquisa, Orçamento do Estado, segurança pública, criação da Defensoria Pública — estes foram os temas trabalhados nesta edição. Algumas observações:

1) As políticas públicas adotadas pelas gestões tucanas (em educação, segurança pública, Febem) não conseguiram atender de maneira adequada as necessidades da população. Em alguns casos, houve absoluto fracasso, como na Febem. Na educação fundamental, a redução dos índices de evasão viu-se acompanhar por um declínio acentuado da qualidade, com fechamento de escolas e demissão de professores.

2) O expressivo aumento das receitas do Estado, obtido mediante a cobrança de impostos e a venda de ativos, não reduziu a enorme dívida, nem serviu para combater a crise social. Embora o Estado tenha “torrado” mais de R\$ 30 bilhões do seu patrimônio, na forma de empresas estatais privatizadas, a dívida não parou de crescer. Há uma enorme fila de precatórios.

3) As gestões tucanas padecem de um elevado déficit de democracia, que se expressa em diversas facetas. Uma delas, que procuramos abordar em nossas matérias, é o modo como são operadas as finanças públicas. Por isso, a cada ano, a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias na Assembléia Legislativa torna-se um palco privilegiado de disputa entre o Governo (e sua base parlamentar), a Oposição e os movimentos sociais.

4) De modo geral, sob as gestões tucanas a mais rica unidade da federação viu aguçarem-se os contrastes entre suas regiões desenvolvidas e suas regiões pobres — e entre seus próprios serviços públicos sucateados pela “austeridade fiscal” e os de Estados menos aquinhoados pelo PIB mas que oferecem melhor qualidade. Educação é um caso emblemático, mas há outros exemplos. Somente em janeiro de 2006, portanto no início do derradeiro ano da gestão Alckmin (e décimo-segundo de três mandatos consecutivos do PSDB), é que São Paulo deixou de ser um dos três únicos Estados brasileiros sem Defensoria Pública, órgão encarregado de prestar assistência jurídica gratuita para cidadãos pobres.

5) Assim, a crise provocada pelas políticas neoliberais em vigor no país desde o início dos anos 1990 continuou fermentando no tecido social paulista. Alguns dos programas emanados e postos em prática pelo Palácio dos Bandeirantes tiveram o condão de agravá-la. As rebeliões nos presídios superlotados e os surtos de violência criminosa são um sintoma agudo da crise social. O Governo estadual mantém uma postura olímpica diante do *apartheid* que ele próprio ajudou a cultivar.

## **Silêncio deliberado**

Destaque-se que foram poucos — pouquíssimos — os secretários de Governo (e autoridades estaduais em geral) que concordaram em atender os nossos repórteres. Aos que falaram conosco, nosso agradecimento. Os demais mantêm-se fiéis a uma antiga diretriz do PSDB no relacionamento com a *Revista Adusp*: o silêncio deliberado, a recusa ao diálogo.

## **Dossiê Fundações 2**

Na próxima edição publicaremos a terceira parte do Dossiê 2.

# NO ESTADO MAIS RICO DO PAÍS, A EDUCAÇÃO DESPROVIDA DE MEIOS

Maíra Kubik Mano  
Jornalista

EEPG JORNALISTA  
CARLOS LACERDA

Escola Estadual Jornalista  
Carlos Lacerda, em São Paulo

! Nenhum\* ANT

*“Temos escolas em que faltam giz e carteiras”. O depoimento é de um professor da rede estadual de educação e não parece novidade. No Brasil, o drama da falta de vagas e a péssima estrutura das instituições de ensino são divulgados insistentemente, ano após ano, pela imprensa. O que não se põe em discussão são as políticas que norteiam esse modelo no Estado de São Paulo, como a municipalização do ensino fundamental e a drástica redução e precarização do corpo docente*

“**H**á uma política ofensiva do Estado no que diz respeito à privatização e também à destruição da escola pública”, sustenta Sueli Carneiro, professora do Departamento de Didática da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília. Para Sueli, que é vice-presidente da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), Geraldo Alckmin conseguiu, em suas duas gestões à frente do Governo, impor uma reforma que está transformando o perfil da educação estadual. “Algumas políticas que se destacam são expressões de uma diretriz que tem como característica tornar a educação uma mercadoria, um negócio como outro qualquer. Essas políticas se apresentam fragmentárias com um corpo e uma lógica bem articulados”, afirma a educadora.

De acordo com ela, uma das principais alterações no último período foi a municipalização das escolas estaduais. Sob a justificativa de aproximar a escola da comuni-

dade, o Governo estadual passou para as prefeituras a responsabilidade do ensino fundamental, principalmente da 1ª à 4ª série. “Segundo a Constituição Federal, o município é responsável por dois tipos de educação: a infantil e a de jovens e adultos. Na medida em que os municípios se envolvem com a educação de 1ª à 4ª série, que é obrigatória, as outras responsabilidades que estão sob sua alçada e não são obrigatórias começam a ficar de lado”, diz Sueli.

Para ela, o processo de migração só ocorreu pela garantia de financiamento dada pelo extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), que repassou verbas federais para os municípios que assumiram o ensino fundamental. O benefício, criado em 1998, vale por dez anos. “Depois as prefeituras terão que arcar com a rede que criaram”, adverte.

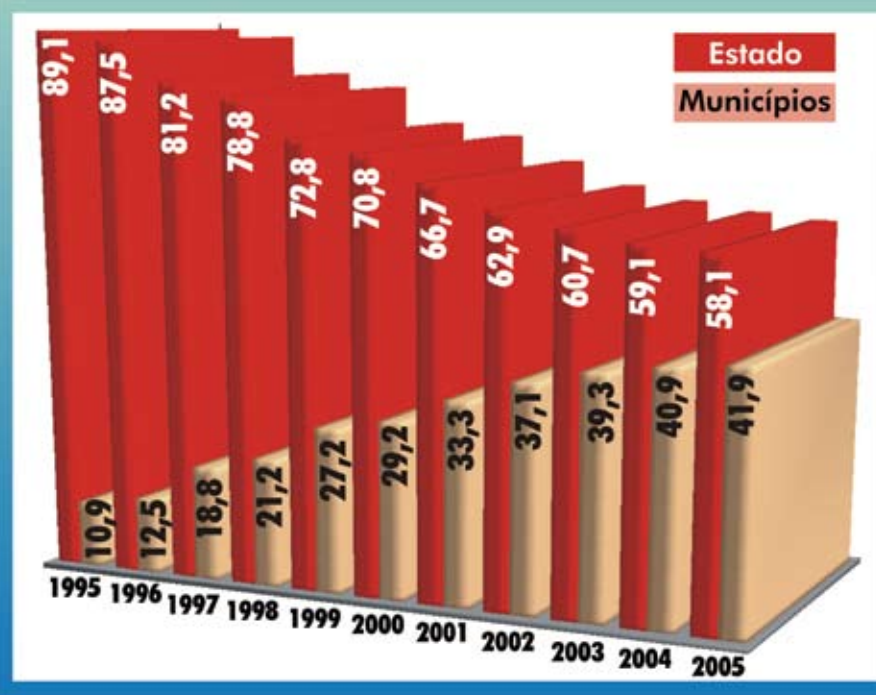
Dados do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) indicam que, em 1995, 89% das crianças matriculadas de 1ª à 4ª série estudavam na rede estadual e 11% nas redes municipais de ensino. Em

2005, apenas 41% dos alunos estavam na rede estadual e os restantes 59% nas municipais (vide gráfico 1 e tabela 1). Durante a transferência de competências foi constatada uma queda no ingresso dos estudantes: em 1995, 5,9 milhões de crianças estavam matriculadas nas redes estadual e municipal; em 2005, foram 5,8 milhões de matrículas.

Analizados do ponto de vista dos professores, os dados da municipalização têm ainda mais impacto. Em abril de 1995, o Estado tinha 51.746 professores concursados. O número caiu para 30.805 em abril de 2006, sendo que 7.696 (25%) estão prestando serviços aos municípios, apesar de constarem da folha de pagamento do Estado. “Nesse processo foram fechadas mais de 300 escolas e milhares de salas de aula. Isso provocou uma superlotação das salas existentes. Até hoje elas têm uma média de 50 alunos desde o ensino fundamental até o ensino médio”, relata Carlos Ramiro de Castro, presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). “Na escola onde eu dou aula temos salas com até 60 alunos, que são impossíveis de serem trabalhadas do ponto de vista pedagógico”, afirma Pedro Paulo Vieira Carvalho, professor da Escola Estadual Ayres Neto, no bairro de Pedreira, zona sul de São Paulo.

O Fórum das Seis, que reúne as entidades sindicais das universidades estaduais paulistas, também manifesta preocupação com a situação das salas de aula. Em documento enviado à Assembléia Legislativa, o Fórum registra que “na educação

### Taxa de participação no Ensino Fundamental (Estado de SP) Matrículas na Rede Pública - 1ª à 8ª Séries (em %)



Fonte: SEE-SP. Centro de Informações Educacionais-CIE e Censo Escolar 2005/MEC

**Tabela 1 - Ensino Fundamental (Estado de SP) - Matrícula inicial por Segmento - só 1ª à 4ª Séries**

Ano	Rede Estadual		Rede Municipal		Taxa de Participação	
	matrículas	taxa anual	matrículas	taxa anual	Estado	Municípios
1995	2.778.180	-	352.790	-	88,7%	11,3%
1996	2.627.948	-5,4%	421.917	19,6%	86,2%	13,8%
1997	2.180.098	-17,0%	749.941	77,7%	74,4%	25,6%
1998	1.946.850	-10,7%	858.087	14,4%	69,4%	30,6%
1999	1.570.059	-19,4%	1.109.225	29,3%	58,6%	41,4%
2000	1.430.797	-8,9%	1.184.431	6,8%	54,7%	45,3%
2001	1.330.036	-7,0%	1.314.169	11,0%	50,3%	49,7%
2002	1.229.390	-7,6%	1.437.119	9,4%	46,1%	53,9%
2003	1.166.431	-5,1%	1.485.700	3,4%	44,0%	56,0%
2004	1.104.762	-5,3%	1.504.448	1,3%	42,3%	57,7%
2005	1.045.904	-5,3%	1.491.176	-0,9%	41,2%	58,8%

Fonte: SEE-SP. CIE - Série Histórica de Matrículas da Educação Básica 2004 e MEC - Censo Escolar 2005 (dados preliminares). Elaboração: Subseção DIEESE-APEOESP/Centro de Estudos e Pesquisas APEOESP

Daniel Garcia

**Carlos Ramiro, presidente da Apeoesp**

pública — sobretudo nos ensinos fundamental e médio — constatamos classes super-lotadas, professores e funcionários com salários arrochados e condições precárias de vida e trabalho, ausência quase total de bibliotecas e laboratórios. Ou seja, condições estas que aprofundam o já contumaz descumprimento do direito inalienável à educação pública de boa qualidade, uma das principais fontes do exercício efetivo da cidadania”.

Aliada à falta de estrutura, a precarização dos contratos trabalhistas gera um quadro de crise aguda do sistema educacional paulista. Os contratos em caráter temporário atingem hoje 61% do total de professores. Em outubro do ano passado, eles quase foram demitidos. O Governo enviou à Assembléia Legislativa um projeto de lei que buscava substituir a Lei 500, promulgada em 1974. Segundo essa legislação, os funcionários admitidos em caráter temporário têm direitos trabalhistas como férias e 13º

salário. A nova proposta do Governo pretendia passar a contratação de anual para semestral. Após o vencimento desse período o professor deveria se afastar por dois anos da rede, até poder ser novamente contratado. “O Governo queria demitir 100 mil professores sem dar a eles seus direitos. Em 5 de novembro de 2005 fizemos uma mobilização com 40 mil professores. Invadimos as ruas de São Paulo e o Governo foi obrigado a recuar. Dizíamos claramente que se o projeto de lei não fosse retirado, a educação iria parar”, lembra o professor Carvalho.

O presidente da Apeoesp explica que a mobilização continuou depois da vitória: “Agora estamos fazendo um movimento para a estabilidade desses professores, que dedicaram sua vida à educação das crianças e jovens e a qualquer momento podem ser demitidos sem direito nenhum”. O sindicato é contestado pela Secretaria de Educação, que afirma ter contratado mais de 100 mil novos professores na gestão Alckmin. “Desenvolvemos ações fundamentais na valorização do magistério”, acrescenta, em declaração exclusiva à *Revista Adusp*, o pedagogo Gabriel Chalita, que foi o secretário de Educação entre 2003 e abril de 2006, quando a professora Maria Lúcia Vasconcelos assumiu a função.

Segundo a Apeoesp, apesar de um concurso público ter sido realizado em 2003, o número de contratações será bem inferior ao anunciado. São cerca de 49 mil novas vagas, sendo que a maior parte dos aprovados ainda não foi chamada pelo Governo.

***Com salários cada vez mais baixos, os professores se submetem à política de bônus do Governo estadual. Para garantir o dinheiro extra, muitos vão trabalhar doentes***

Os baixos salários da rede estadual são mais um dos aspectos que levaram à deterioração do ensino público em São Paulo. O Estado investe apenas 3,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB) na educação, ao passo que a Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (Unesco) recomenda investimento de 10% a 11% do PIB. Considerados os investimentos em educação dos Estados brasileiros, São Paulo só ocupa a oitava posição, apesar de ser o que mais arrecada.

O orçamento previsto para a educação em 2006 era de R\$ 11,6 bilhões. No entanto, a probabilidade de parte dos recursos ser desviada para outras áreas é grande. “Na rede estadual houve desvio de verbas a partir de 1997, comprovados em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Foram R\$ 4,1 bilhões destinados a outros setores, como a alimentação de animais no Zoológico. No ano passado, parte do dinheiro foi para a Febem”, denuncia o dirigente sindical Castro.

Para reforçar o ganha-pão, os professores se sujeitam à política de bônus anuais do Governo. “Por falta de uma política salarial, o governo



recorre às gratificações e às bonificações. Para ele isso é interessante porque não recompõe as perdas salariais e nem transfere qualquer tipo de aumento aos aposentados”, afirma o professor Carvalho. Para receber o prêmio, que começou a ser distribuído em 2000, o docente não pode faltar durante o ano. “Começou com R\$ 5 mil e hoje chega a R\$ 10 mil para os professores que têm a carga completa e não faltam. Muitos se iludem com isso. Alguns vão trabalhar doentes. E o que é pior: quando chega no final do ano, o professor se dá conta que o bônus vira ônus, porque não recebe aquela promessa do governo. Muitos se sentem indignados porque trabalharam o ano inteiro e ao invés de receberem R\$ 10 mil, são pagos com apenas R\$ 2 mil”, denuncia. “É mais uma forma de escravizar, de segurar o professor para que ele dê aula em péssimas condições. Eu sou contra o bônus, mas uma vez que o Governo publicou e anunciou que cumpriria, ele precisa pagar. Nossa luta é maior. É para que esse bônus seja incorporado no salário”, diz Carvalho.

Para a professora Sueli, a política de bônus impõe a lógica de produtividade do capital. “Tudo isso vira um problema muito sério, com consequências desde a organização da escola, do compromisso que o professor deve ter com o seu trabalho. Do ponto de vista sindical, essa questão minou a base do sindicato da rede pública. Os professores pensam 10 mil vezes antes de irem em assembléia da categoria ou reuniões de representante de escola, porque a assiduidade deles está em jogo. É difícil competir com isso porque é dinheiro para um salá-

rio miserável”, acredita a educadora.

Coube a Rose Neubauer, secretária de Educação das gestões Mário Covas e Alckmin (1995-2002), implementar a política de bonificações. Em entrevista recente, publicada na edição 51 do *Jornal do Band* (veículo do Colégio Bandeirantes), ela justifica a aplicação do bônus como instrumento que pode ajudar a melhorar a atuação dos professores. “É uma premiação para quem consegue ensinar mais seus alunos. Isso estimula o professor a se capacitar”. Para Rose, o problema dos professores hoje é de “atitude” frente aos alunos. Procurada pela *Revista Adusp*, a ex-secretária não quis dar entrevista.

Além de não poder faltar, para receber o dinheiro extra o professor precisa trabalhar em uma escola bem avaliada no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp). O sistema foi criado em 1996 e a participação é compulsória para as escolas da rede estadual e optativa para a rede municipal e as instituições particulares. Em 2004, o Saresp avaliou cerca de 4,5 milhões de alunos, que tiveram desempenho médio de 55% de aproveitamento no exame realizado. Os professores também são avaliados e obtiveram as melhores notas entre os alunos de 5ª a 8ª série: receberam 60% de notas entre 8 e 10.

“Na classificação geral, a escola recebia uma cor pelo seu desempenho. As escolas que tivessem essas cores boas eram premiadas com mais recursos. Essa política do prêmio quanto ao mérito gerou uma competição horrível. Quem fosse bem colocado no *ranking* levava mais dinheiro. Se a escola fosse do interior, todos

ganhavam uma viagem a Santos, e vice-versa”, denuncia Sueli.

***A mágica dos números:  
nos últimos anos a  
matrícula cresceu  
vertiginosamente,  
enquanto a evasão caiu na  
mesma proporção. Para  
o presidente da Apeoesp,  
os governantes só se  
preocupam com o aspecto  
quantitativo, não levando  
em conta a qualidade***

Os bons resultados do Saresp são uma das vitrines da Secretaria de Educação. Outro dado amplamente divulgado é a diferença entre o número de matrículas e a evasão escolar. “A abertura de mais de 90 mil vagas por ano entre 2003 e 2006 foi uma das nossas conquistas. Foram realizadas também mais de 2 mil reformas e ampliações, em um investimento médio anual da ordem de R\$ 160 milhões. Com essas providências, em São Paulo não há criança fora da escola. O mais importante, obtido paralelamente à universalização da escola, foi a mais expressiva redução da evasão escolar. Saímos nesses quatro anos da média histórica nacional de perto de 20% para menos de 1% na educação fundamental e menos de 5% no ensino médio”, ressalta o ex-secretário Chailita (vide tabelas 5 e 6).

# A REDE ESTADUAL EM NÚMEROS

- 5,8 mil escolas estaduais
- 5,1 milhões de matriculados (fundamental, médio e EJA\*)
- 220 mil professores ativos
- 100 mil aposentados

\* Educação de Jovens e Adultos. Fonte: Apeoesp

**Gráfico 2**



Fonte: Subseção DIEESE-Apeoesp

**Tabela 2 - Número de Escolas por tipo de ensino ministrado - Rede Estadual - SEE-SP - Anos selecionados: 1999, 2002 e 2005**

Tipo de Ensino	1999	2002	2005
Exclusiva Educação Especial	5	-	n.d.
Exclusiva Educação Infantil	10	8	n.d.
Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série	2.473	1.741	1.114
Ensino Fundamental 5ª a 8ª Série	593	403	194
Ensino Fundamental 1ª a 8ª Série	952	562	308
1ª a 4ª Série e Ensino Médio	n.d.	n.d.	43
5ª a 8ª Série e Ensino Médio	1.587	2.180	2.645
1ª a 8ª Série e Ensino Médio	644	751	801
Ensino Médio	224	251	229
Exclusivas EJA	35	45	24
Escolas Vinculadas	n.d.	n.d.	385
<b>Total</b>	<b>6.523</b>	<b>5.941</b>	<b>5.743</b>

Fonte: SEE-SP. CIE-Censo Escolar Estado de São Paulo, vários anos

Obs.: A partir de 2004, aparece um novo item "escolas vinculadas". Segundo SEE tratam-se de escolas de várias modalidades de ensino com no máximo 3 classes, administrativamente vinculada a outra escola ou D.E.

**Tabela 3 - Número de Integrantes do Quadro do Magistério Ativo - Rede Estadual de São Paulo 1995-2005**

Ano	Quadro do Magistério	Taxa anual (%)
1995	261.473	—
1996	243.555	-6,85%
1997	236.736	-2,80%
1998	228.634	-3,42%
1999	225.435	-1,40%
2000	224.164	-0,56%
2001	225.739	0,70%
2002	229.005	1,45%
2003	233.886	2,13%
2004	236.410	1,08%
2005	237.697	0,54%
Var. Absoluta 2005/1995	-23.776	-9,09%

Fonte: SEE-SP/CIE. Boletim de Acompanhamento de Pessoal Rede Estadual. Abr/06. Elaboração: DIEESE - Subseção APEOESP/Cepes

**Tabela 4 - Evolução Professores de Educação Básica I (PEB-1) - (efetivos e ACT's) - Rede Estadual de São Paulo - Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior**

Mês	Professores de Educ. Básica I	Variação Anual (%)
Fevereiro/99	82.560	-
Fevereiro/00	72.319	-12,4%
Fevereiro/01	61.829	-14,5%
Fevereiro/02	63.569	2,8%
Fevereiro/03	60.515	-4,8%
Fevereiro/04	51.055	-15,6%
Fevereiro/05	48.007	-6,0%
Fevereiro/06	52.623	9,6%
Variação acumulada	-29.937	-36,3%

Fonte: SEE-SP/CIE. Boletim de Acompanhamento de Pessoal Rede Estadual. Fev/06. Elaboração: DIEESE - Subseção APEOESP/Cepes

**Tabela 5 - Ensino Fundamental - Rede Estadual de SP - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono - 1986 - 2005**

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
1986	69,4	18,5	12,1
1987	69,8	18,7	11,5
1988	71,6	16,6	11,8
1989	71,0	15,8	13,2
1990	72,9	16,2	10,9
1991	75,8	13,8	10,4
1992	76,2	13,7	10,1
1993	78,1	11,9	10,0
1994	77,0	14,1	8,9
1995	79,2	11,7	9,1
1996	83,8	8,6	7,6
1997	90,8	3,8	5,4
1998	93,4	2,0	4,6
1999	92,2	3,3	4,5
2000	91,0	4,3	4,7
2001	91,8	5,1	3,1
2002	92,0	5,1	2,9
2003	91,7	5,6	2,7
2004	91,8	6,2	2,0
2005	91,7	6,5	1,8

Fonte:SEE-SP. Desempenho Escolar Rede Estadual de São Paulo - 1986-2005

O foco no ensino fundamental de fato surtiu efeito. “É a prioridade dos nossos governantes, para não dizer que não fazem nada pelo ensino. Foi o único gesto que fizeram: quase atingimos a universalização do ensino fundamental. Mas eles só se preocupam com o aspecto quantitativo, não levando em conta a qualidade desse ensino. Nós queremos que a educação pública priorize o ensino básico, desde a educação infantil até o ensino médio, buscando a universalização de tudo, mas com qualidade”, afirma o presidente da Apeoesp.

Já o bom resultado da evasão é atribuído à implementação da política de *progressão continuada*. Colocada em

prática em 1998, ela abrange o ensino fundamental, cujos oito anos foram organizados em dois ciclos. As reprovações ocorrem ao final de cada ano escolar apenas no caso de faltas em excesso ou abandono da escola. Entre os professores, a política foi apelidada de “promoção automática”.

Defensor da *progressão continuada*, Chalita afirma que ela é uma ferramenta de avaliação do próprio professor, para estimular o aluno a estudar e a se aperfeiçoar. “O grande Paulo Freire foi quem implantou a idéia, em São Paulo, entre 1989 e 1992. E usou uma frase lapidar: ‘O bom professor dá uma boa aula até embaixo de uma mangueira’”, disse o ex-secretário.



**Gabriel Chalita, ex-secretário de Educação**

Para o professor Carvalho, realmente Paulo Freire foi o primeiro a pensar em uma avaliação que poderia ser contínua dentro do processo de aprendizagem na sala de aula, “que não fosse simplesmente uma avaliação diagnóstica no final de cada mês ou de cada bimestre, mas que o aluno pudesse de fato aprender no cotidiano, no momento em que o professor estive lecionando”. Porém, argumenta, “hoje nós temos tudo na rede estadual, menos progressão continuada”. O que ocorreria na verdade seria uma aprovação automática, sem nenhum critério de avaliação. “Há alunos que simplesmente não têm o conhecimento adequado e a diretora exige que eles sejam aprovados de qualquer jeito. A lógica é apresentar números para dizer que a escola não reprova mais. Sou contra a cultura da repetência, mas não quero que o aluno passe sem aprender os conteúdos básicos. Temos alunos que saem da escola sem aprender a exercer sua condição de cidadãos. O quadro que temos hoje desqualifica a educação e

Daniel Garcia



**Pedro Carvalho, professor da rede estadual** interrompe o processo de aprendizagem do aluno”, completa.

*Depois de retirar disciplinas como sociologia e filosofia do currículo básico, a Secretaria da Educação voltou atrás e as incluiu entre as obrigatórias. A carga horária, reduzida em uma hora na gestão Neubauer, também foi restaurada*

Chalita destaca mais dois pontos que considera avanços fundamentais durante a sua gestão: o aumento da carga horária nas escolas e o programa Escola da Família, por meio do qual as escolas oferecem atividades como futebol, cursos de dança, línguas e culinária, entre outras. As oficinas são ministradas por estudantes

**Tabela 6 - Ensino Médio - Rede Estadual de SP - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono - 1986 - 2005**

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
1986	61,0	12,5	26,5
1987	62,3	12,2	25,5
1988	64,9	10,8	24,3
1989	63,6	9,6	26,8
1990	65,3	12,0	22,7
1991	67,7	9,6	22,7
1992	69,8	9,2	21,0
1993	72,7	6,8	20,5
1994	70,3	10,8	18,9
1995	70,6	8,2	21,2
1996	75,2	8,1	16,7
1997	83,6	3,6	12,8
1998	85,6	3,6	10,8
1999	83,2	5,6	11,2
2000	80,7	7,2	12,1
2001	83,4	7,7	8,9
2002	82,3	9,3	8,4
2003	80,3	11,2	8,5
2004	78,3	14,5	7,2
2005	77,4	15,6	7,0

Fonte:SEE-SP. Desempenho Escolar Rede Estadual de São Paulo - 1986-2005

universitários, que em troca recebem uma bolsa paga pelo governo e pela faculdade cadastrada. “Ampliamos a carga horária do ensino fundamental, médio e do ensino noturno, e para coroar todo esse processo implantamos em 2006 o Escola de Tempo Integral, que garante a permanência dos alunos na escola durante um período de nove horas, com aulas do currículo básico de manhã e oficinas à tarde, além de três refeições. Incluímos também as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes no currículo”, afirma o educador.

Para o presidente da Apeoesp, o aumento da carga horária na verdade é apenas a retomada do que foi reti-

rado pela gestão Neubauer em 1997. “A secretária reduziu de 6 horas para 5 horas o período diurno e de 5 para 4 o noturno. Isso diminuiu o número de aulas por disciplina. Muitas matérias de importância na matriz curricular saíram dela, como sociologia, filosofia e psicologia. A consequência direta foi a perda de qualidade. Conseguimos agora o retorno dessa carga horária, após muita luta e pressão”, conta.

O programa Escola da Família, embora premiado internacionalmente, é criticado pelos próprios monitores, que o apelidaram ironicamente de “Escravos da Família”. Uma estudante de Administração de Empresas, que pediu para não ser

identificada, faz um relato contundente: “São 16 horas semanais, oito no sábado e oito no domingo. Ninguém agüenta trabalhar a semana inteira para pagar condução, livros, xerox e apostilas, que não são garantidos pela bolsa, estudar à noite e ainda passar o final de semana na escola. Muitas pessoas foram reprovadas na faculdade e perderam a bolsa”. E acrescenta: “A rotina é muito pesada. Cada um tem direito a três faltas por semestre e os atestados não abonam faltas”.

A estudante, que saiu do programa porque “não agüentava mais”, denuncia que os universitários não têm nenhum tipo de preparação e as atividades desenvolvidas por eles não têm nenhuma relação com o curso superior que fazem. “Que tipo de parceria é essa?”, questiona. Chalita prefere destacar os números: “O programa mantém 5.306 escolas estaduais e quase 500 municipais abertas nos fins-de-semana e tem como parceiros a Unesco, o Faça Parte e o Instituto Ayrton Senna”, diz.

***Para Gabriel Chalita, o futuro da educação está na relação com empresas privadas e o dito terceiro setor. “Há centenas de ONGs que acreditam na força da parceria”, afirma ele***

Na avaliação do ex-secretário, a resposta para os problemas que ainda persistem na educação está na continuidade das parcerias. “A edu-

cação é processo e como tal não se resolve em uma ou duas gestões. Por isso é a permanência dessa política que fará com que esses aprendizes, com o tempo, escrevam uma história melhor. A torcida para a aprovação do Plano Estadual de Educação é grande: há centenas de organizações não-governamentais, empresas privadas e voluntários que acreditam na força da parceria. E que se dispõem a conhecer a escola pública e a trabalhar com ela”, defende. Em tramitação na Assembléia Legislativa, o Plano Estadual de Educação, que representa a consagração das políticas desenvolvidas até agora pelo PSDB, sofre duras críticas do movimento docente, que o consideram antidemocrático.

“O Plano deveria envolver os principais agentes da educação: a comunidade escolar, pais, alunos, professores, diretores, supervisores, especialistas. Mas é autoritário, não teve debate com a participação dos professores que estão no cotidiano da escola para discutir as diretrizes, o financiamento, a quantidade de alunos por sala de aula. Quando recorre às parcerias, na verdade ele está tirando a responsabilidade do Estado, que deveria investir prioritariamente na educação. Não dialoga com os principais agentes da educação, não atende às prioridades e diretrizes históricas nem representa uma gestão democrática, mas sim a privatização da educação. Por isso apresentamos o Plano da Sociedade Civil, que representa um avanço”, afirma o professor Carvalho.

O projeto citado pelo docente, denominado Plano Estadual - Proposta da Sociedade Paulista, também tramita na Assembléia Legislativa (vide *Revista Adusp* 32, p. 53). “Nosso

plano é decorrente do acúmulo que começou na Assembléia Nacional Constituinte, quando lutamos por uma nova Lei de Diretrizes e Bases. Foi criado o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública para discutir as questões da educação em nível nacional, e a síntese dos debates se concretizou no *Plano Nacional - Proposta da Sociedade Brasileira*. Decorrência quase natural dele foi o *Plano Estadual - Proposta da Sociedade Paulista*, que reflete o que conseguimos organizar e sistematizar de diagnóstico e propostas. É um instrumento muito válido de luta e de implementação de políticas públicas no estado de São Paulo”, acredita a professora Sueli, que ajudou a formular o projeto.

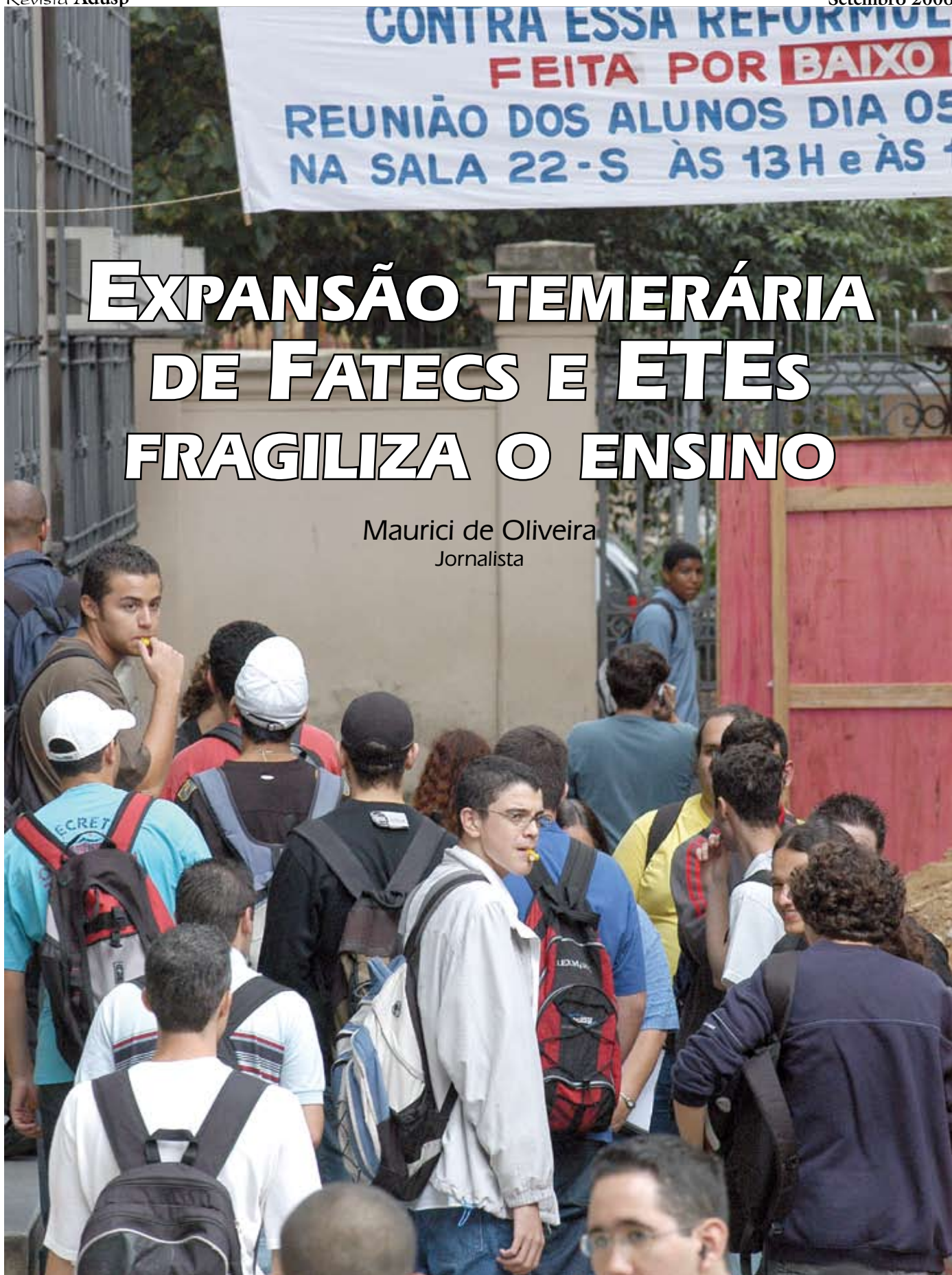
Intrinsicamente ligado à proposta de melhorar as condições de ensino está o aumento de verbas para a educação. O Fórum das Seis enviou uma proposta concreta à Assembléia Legislativa: uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias 2007 que garanta, no mínimo, 33% da receita total de impostos, incluídas as transferências de outras esferas, para a educação pública em todos os níveis no Estado de São Paulo.

Para a professora da Unesp de Marília, o futuro é de mobilização e luta. “O que aconteceu no Estado de São Paulo encontrou diferentes níveis de resistência. As universidades públicas resistiram de uma forma mais organizada a essa política. A educação básica já está em um processo muito mais avançado de implementação dessas diretrizes. O governo tem avançado e estamos lutando para barrar, mas não tem sido fácil”, resume.

CONTRA ESSA REFORMA  
FEITA POR BAIXO  
REUNIÃO DOS ALUNOS DIA 05  
NA SALA 22-S ÀS 13H e ÀS 1

# EXPANSÃO TEMERÁRIA DE FATECS E ETES FRAGILIZA O ENSINO

Maurici de Oliveira  
Jornalista



*A expansão da rede de unidades do Centro Paula Souza — ETEs e Fatecs — tem sido realizada sem sustentação orçamentária, aliada a um modelo que sujeita a formação do aluno a parcerias com prefeituras e empresas, empobrecendo o ensino técnico e tecnológico, que converte-se em mera qualificação.  
A foto de abertura retrata um protesto de estudantes da Fatec*

**A**veloz expansão da rede de faculdades de tecnologia (Fatecs) e escolas técnicas (ETEs), realizada pelo governo Alckmin, seria um alento para a população, não fossem suas inconsistências. As Fatecs eram nove até 2002, hoje são 26. As ETEs “saltaram” de 99 para 124. Mas a expansão ocorre sem um proporcional aumento de verbas para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps), o mantenedor, e traz em seu bojo transformações profundas na visão sobre o papel do ensino técnico profissional e tecnológico.

O Ceeteps tem muitos méritos por seus mais de 30 anos de serviços bem prestados à comunidade, porém acumula variados problemas. O *boom* de novas escolas, um sonho de educadores, suscita a discussão sobre o modelo de ensino que se pretende e o cidadão que se

quer formar. O período Alckmin mostra o aprofundamento de uma política implantada no ensino técnico profissional e tecnológico a partir de 1996, no governo FHC.

Para os críticos da reforma e da expansão no modelo atual, o projeto pedagógico da escola e a formação profissional estão sendo subordinados à pura lógica do mercado. Convênios e parcerias firmadas para abrir novas escolas ou classes descentralizadas mostram como elas vêm sendo transformadas em *unidades de negócio*, tendo de gerar receitas. Neste processo de implantação do novo ensino técnico e tecnológico vê-se um conflito prático, mas sobretudo ideológico. Opõe-se a formação do cidadão produtivo alienado, “apertador de botões”, à visão do investimento nas forças produtivas da sociedade como um processo de afirmação e construção histórica, de redução da dependência e da vulnerabilidade

científica e tecnológica, conforme apontam educadores.

As reformas viriam na esteira da política preconizada por organismos internacionais, os mesmos que patrocinaram privatizações e o desmonte de serviços públicos. Após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (Lei 9.394) em 1996, por meio de um decreto (2.208/97) o governo FHC redefiniu a política para o ensino tecnológico. Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, docente da Faculdade de Filosofia da USP, aponta que este processo de reforma tem raízes na lógica perversa da globalização, que precisa de novas formas de reprodução do capital e vê na área de serviços a sua nova frente de exploração. “Esta pressão já está oficializada na Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1994, com a assinatura de um acordo geral para o comércio de serviços”, escreveu na *Revista do*

*Sinteps*, chamando a atenção para uma abordagem que enxerga a educação como um serviço qualquer.

A esta transformação da escola em balcão de negócios, prestadora de serviços para o mercado, opõem-se funcionários e professores. “Quando se vai montar um curso dirigido para uma empresa, isso é treinamento e qualificação. Não é profissionalização. Não é ensino. Aí você vê que o lado pedagógico está sendo esquecido”, afirma Neusa Santana Alves, presidente do Sinteps, entidade que representa os professores e funcionários do Ceeteps.

Daniel Garcia



**Neusa Santana, presidente do Sinteps**

dantes. Eles [a direção do Ceeteps] acham fantástico e montam o curso, pois assim é mais rápido”. Mas a fórmula pode trazer problemas, adverte Neusa. “Na hora em que a empresa cansou e quer fechar, ela fecha, não tem compromisso. Estão brincando com o mercado e na hora em que o mercado parar a gente pára também. É uma irresponsabilidade o que estão propondo. Não é ensino profissional, porque no ensino profissional tem de ter uma grade adequada, uma preocupação com toda a informação que o estudante vai necessitar, tanto na teoria quanto na prática. A partir do momento em que acha que vai dar uma *pinçada* em tudo — e é a proposta do MEC desde 1995 — aí você está fazendo qualificação. Estamos partindo daquilo que é sério como educação e ensino profissional para a qualificação, que são as parcerias com empresas e outras entidades do mercado. Quem ainda sonha em entrar naquele mercado não vai entrar nunca só com a qualificação. Ele precisa de formação”, sentencia.

A expansão do ensino técnico e tecnológico é uma demanda em todo

país, e em São Paulo não poderia ser diferente. Pedidos de novas Fatecs chegam à Assembléia Legislativa pelas mãos de deputados de várias regiões. O projeto de expansão prevê um número ainda maior de ETEs e seis novas Fatecs. O modelo de expansão baseado em classes descentralizadas permite grande velocidade na implantação e fechamento de cursos, em proveito das estatísticas.

Cálculos do Sinteps realizados com base no Relatório da Execução Orçamentária do Estado mostram que, embora as verbas destinadas ao Ceeteps tenham crescido em valores nominais, numa comparação com a receita total do Estado os percentuais correspondentes aos repasses efetuados nos últimos anos apresentam redução. Assim, em 1998 a fatia do Orçamento destinada ao Ceeteps consumiu 0,315% do total das receitas do Estado; em 2001 chegou a 0,345% das receitas; mas em 2002 caiu para 0,328% e em 2003, novamente, caiu para 0,318%, *em pleno processo de expansão das Fatecs e ETEs*. Em 2005, Alckmin vetou o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovado na Assembléia Legislativa, que, pela primeira vez na história do Ceeteps, garantiria a esta instituição uma verba vinculada: 1% da quota-parte do ICMS.

A direção do Sinteps queixa-se de que os funcionários do Ceeteps têm os menores salários da educação paulista. Como o Ceeteps é uma autarquia legalmente subordinada à Unesp, até 1995 — no início da primeira gestão de Mário Covas à frente do Estado — os funcionários e professores do Ceeteps tiveram seus salários reajustados pelo mesmo

***“Estamos partindo daquilo que é sério — educação e ensino profissional — para a qualificação, que são as parcerias com empresas. Quem ainda sonha em entrar no mercado não vai entrar nunca só com a qualificação. Ele precisa de formação”, diz a presidente do Sinteps***

Ela explica como funcionam as classes descentralizadas, referindo-se a uma parceria firmada pelo Ceeteps com uma empresa em Santa Bárbara D’Oeste: “Uma empresa de açúcar e álcool está precisando treinar 10 estudantes para estagiar. É estágio, não é emprego. Então, ela banca a sala descentralizada e o Centro dá os estu-



índice concedido aos colegas das universidades públicas estaduais. Depois, porém, sofreram oito longos anos de arrocho. Uma greve de três meses em 2004 conseguiu repor parte das perdas. “O reajuste da greve foi de 10% em 2004 e mais 20% em 2005. De 1995 para cá a perda é de quase 54%”, protesta Neusa. “Os professores fazem uma progressão própria da carreira. O funcionário é quem mais perdeu, por estar há dez anos sem enquadramento. O Governo está financiando a expansão com os nossos salários”, denuncia.

“É interessante o que acontece com o orçamento”, prossegue a dirigente sindical. “Ele reduz a verba. Isso nós começamos a denunciar, porque no momento em que começa a expandir, mas reduz a verba, alguma coisa está acontecendo de errado. Percebemos que ele [o governador] estava fazendo inauguração de uma certa forma bastante eleitoreira, porque temos casos em que o governo pega funcionários emprestados de outras unidades, tem acordos de cooperação com prefeituras, que colocam funcionários em desvio de função e contratam docentes. Por sua vez, a prefeitura contrata precariamente estes funcionários”, denuncia Neusa.

Há um grave problema, relata, quando os contratos terminam no meio de um curso — e a prefeitura (ou a empresa) desiste de continuar com a parceria. “Há um caso na unidade de São Roque em que o diretor ficou sozinho. Eram ele e mais cinco funcionários contratados pela prefeitura, mas o contrato terminou. Quando estivemos em visita à unidade, até por conta da greve, ele

estava em desespero. Na unidade de Fernando Prestes estão saindo quatro funcionários, porque o contrato também acabou”. Sabe-se também, continua Neusa, de cursos que terminam incompletos porque os contratos de professores encerram-se a meio caminho e não há tempo hábil para contratação de novos. “Significa que o aluno vai ficar sem aula e a escola vai ficar sem os serviços adequados”.

***Graves problemas criados pela expansão temerária do ensino técnico e tecnológico foram levados pelo Sinteps ao Conselho Universitário da Unesp, a quem o Ceeteps é legalmente vinculado***

Esses problemas foram comunicados formalmente à Unesp. “Levamos a denúncia sobre as carências das unidades ao Conselho Universitário da Unesp, a quem somos associados e vinculados. Agora soubemos que toda a criação de Fatec tem de passar não só pelo Conselho Estadual de Educação, mas também pelo Conselho Universitário da Unesp, devido ao vínculo existente. Eles estavam assinando *ad referendum* toda criação de Fatec. O órgão está querendo agora fazer reunião para ver se libera outras seis unidades. Pelo menos foi uma reação ótima”.

A política de expansão também sofre críticas por não contemplar as

especificidades regionais. “Geralmente o que mais criam é curso na área de informática. Então não adianta o prefeito ou um estudo da região dizendo ‘nós queremos que venha uma Fatec, mas com tais cursos, porque a região é carente nestas áreas’. Para o governo, o que interessa é que vai pôr a Fatec, com informática ou gestão de logística em transporte, mas sem se preocupar se aquilo vai ou não atender a região”, critica Neusa.

A criação de novos cursos no Ceeteps é atualmente orientada por quatro gerências criadas com esta função, embora inexistentes no organograma oficial da autarquia. Os cargos são ocupados por ex-funcionários oriundos do sistema privado de ensino. A contratação estaria relacionada à parceria com o Sistema S, formado por entidades do setor privado, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Social (Senai). Segundo o Sinteps, uma das cláusulas deste convênio impede o Ceeteps de abrir unidades ou cursos em locais nos quais o parceiro já esteja atuando. Os dirigentes sindicais apontam que em muitos casos os cursos mantidos pelo setor privado são caros e inacessíveis à população, que deixa de ter um curso gratuito fornecido pelo Estado.

Isso ocorre em Birigüi, por exemplo, onde o Senai dispõe de uma unidade. “A gente ia criar um curso em Birigüi, na área de calçados. O parceiro já tem este curso lá. Então, não pode. E é caríssimo. Birigüi é uma região que produz calçados. Se vai abrir uma escola técnica, tem de ser na área de calçados, para aten-

der a demanda. O convênio de cooperação técnica educacional que o Ceeteps mantém prevê o que eles chamam de mapeamento, para não ter duplicidade de ação”.

Conforme relato de dirigentes sindicais, problemas decorrentes do método improvisado de expansão são percebidos em várias unidades. “A Fatec Tatuí funciona dentro de uma sala da ETE. Com a de Mauá acontece a mesma coisa. Na unidade Lauro Gomes, que é imensa, uma funciona dentro da outra. A de Botucatu fica dentro de um hospital psiquiátrico. Desalojaram a capela e inauguraram a Fatec. Por isso é que inauguram muito”, resume Silvia Elena de Lima, secretária-geral do Sinteps.

***Um curso da Fatec Ourinhos que oferece certificações “em fatias”, por módulos, gerou ações de alunos na justiça. “Estamos vendo o mercado extremamente agressivo e rápido”, tenta explicar o ex-diretor da unidade***

Outra crítica do Sinteps diz respeito às reformas curriculares visando atender o mercado, pretendidas também para o principal curso da Fatec São Paulo — processamento de dados. Mudanças essas já experimentadas em Ouri-

nhos, e que renderam ações na justiça contra o Ceeteps. “Os alunos estão entrando na justiça porque estão vendendo um curso como sendo regular, só que os módulos não estão andando. Não é um curso superior que eles vendem como tal, o que é pior. No máximo poderiam dizer que é especialização. É um imbróglio que até mesmo o Conselho de Educação e o MEC pediram para ver que tipo de curso é esse”.

O professor Paulo Henriques Chixaro, diretor da Fatec Ourinhos até maio de 2006, confirma que ocorreram ações na justiça, mas por falta de compreensão da proposta. “Tínhamos 80 vagas para 600 candidatos e em vez de a gente mandar embora 520 no vestibular criamos 400 vagas. Neste ano em que o aluno vai ficar com a gente, ele tem a possibilidade de uma certificação como instrutor de informática. Se ele conseguir a certificação, está se candidatando a continuar no ano seguinte. Se não, ele está fora”.

Chixaro explica que no módulo seguinte há a possibilidade de quatro novas certificações. “No segundo ano tem certificações mais voltadas para o mercado, como em rede, em banco de dados, em programação e em projetos. A gente vê que alguns só querem certificação em rede. Então, ele não precisa de mais nada. A mesma coisa com banco de dados. Se quiser ir para a graduação, ele termina as certificações e vai para este módulo. É um projeto-piloto. Estamos vendo o mercado extremamente agressivo e rápido. Durante o processo ele vai se certificando. Por que não aproveitar aquele que está bem em rede ou em banco de dados? O mercado quer

saber se ele conhece aquilo, rede, banco de dados”. Segundo o professor, houve impacto entre os alunos, que entenderam que os 400 aceitos no vestibular continuariam no curso. “No começo foi difícil eles entenderem a proposta, mas hoje estamos muito satisfeitos. Temos os primeiros resultados”.

O Sinteps acusa ainda o governo Alckmin de fazer aproveitamento eleitoral das inaugurações. “Em Garça foi inaugurada uma unidade agrícola, mas queriam com placa para a pista. No local os alunos tinham uma plantação de café e já estavam para colher. Passaram o trator para pôr a placa do Governo do Estado. Em qualquer outro lugar não seria tão vista”. Outro episódio tido como eleitoreiro, noticiado pela *Folha de S. Paulo*, foi a contratação de três ônibus pelo Ceeteps, em março de 2006, para levar funcionários durante o expediente para a inauguração de uma unidade na capital, com a presença de Alckmin. “Ele quer ser conhecido como o homem da educação, o governador das Fatecs e das ETEs. Nas eleições de 2002, quando conseguiu se eleger, foi exatamente com base nisso”, acusa Neusa Santana.

Em atendimento a um pedido de entrevista, o Ceeteps, por meio de sua assessoria de imprensa, emitiu a seguinte nota: “Infelizmente não estamos com disponibilidade para atender a demanda da *Revista Adusp*, por conta da intensa agenda da superintendente e dos coordenadores da instituição, em função da mudança de comando na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado”.

# FEBEM NA CONTRAMÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Kelly Cristina Spinelli  
Jornalista

Daniel Garcia



Protesto contra a direção da Febem, 2006

*Um estridente fracasso das gestões de Mário Covas e Geraldo Alckmin, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor completa três décadas sem conseguir se desvencilhar dos fantasmas que carrega desde sua fundação. Desde 2000, passou por quatro secretarias diferentes e teve sete presidentes, sem que fossem resolvidos os problemas de superlotação e falta de projeto pedagógico. Rebeliões, torturas e assassinatos marcam a história recente da instituição, à espera de unidades adequadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente*

**A** Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de São Paulo (Febem) completou 30 anos no dia 26 de abril de 2006. São três décadas de uma história bastante repetitiva. Basta que se faça uma busca em arquivos de notícias sobre a Febem para perceber que, salvo algumas variações de atuação dos diferentes governos, os problemas e as promessas são recorrentes.

O círculo vicioso começa com o grande número de adolescentes internados pela Justiça, que causa a superlotação das unidades, onde, em geral, os jovens sobrevivem de forma desumana. A isso se somam denúncias de tortura, falta de condições de trabalho para os funcionários e as conseqüentes (e tão temidas) rebeliões.

O Governo promete resolver o problema construindo unidades pequenas e regionalizadas, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As unidades não se materializam, em parte por falta de vontade política, em parte por resistência dos municípios. Recorre-se novamente aos grandes complexos da capital — e, eventualmente, à transferência de adolescentes para penitenciárias. A superlotação não se resolve e o círculo recomeça.

A atuação dos últimos dois governos em relação à Febem não fugiu à regra. Tanto Geraldo Alckmin (2001-2002 e 2003 a março de 2006), como Mário Covas (1995-1998 e 1999-2001) enfrentaram crises na instituição, rebeliões, transferiram adolescentes para

cadeias e entregaram menos unidades do que prometeram (**vide p.27**). Mas se a Febem foi o calcanhar de Aquiles das últimas duas gestões, igualmente causou dores de cabeça nos governos anteriores.

Em 1992, por exemplo, no governo de Luis Antônio Fleury Filho (1991-1994), ocorreu uma das grandes rebeliões em uma unidade do Tatuapé, que já estava em processo de superlotação, depois da desativação de unidades no interior. O governador, já naquela época, prometia a construção de 60 pequenas unidades de internação, chamadas então de “miniunidades”.

Padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Menor, que acompanha de perto a Febem desde que foi educador no Tatuapé nos anos 1980, analisa a política dos governos nessa área: “Existe sempre uma tentativa, de certa forma até desesperada, de se encontrar soluções. No governo Covas houve a grande crise na Febem, mas essa crise também houve no governo Fleury e no governo [Orestes] Quércia [1987-1991]”.

*O padre Lancellotti está acostumado com as críticas às entidades de defesa dos direitos humanos: “Nossa entrada nunca foi fácil. Covas chegou a dizer que eu causava rebelião. Como agora dizem que é o Ariel, que é a Conceição”*

O tempo todo procura-se culpados pelo sistema ineficiente. As ONGs de defesa de direitos humanos, que fiscalizam a Febem, culpam os presidentes da fundação e os governadores do Estado. Em abril de 2006, entidades reunidas pela Associação de Mães de Internos da Febem (Amar), presidida por Conceição Paganele, protestaram em frente à Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania, à qual a Febem está vinculada. Pediam a substituição da presidente Berenice Gianella.

As entidades acusam a presidente de ser conivente com maus-tratos na Febem e reclamam não poder mais entrar nas unidades para fiscalizá-las, direito que o presidente anterior, Alexandre de Moraes, havia assegurado. A secretária Eunice de Jesus Prudente, que assumiu o cargo no final de março, recebeu as mães. “Conversei com elas o seguinte: seria muito cômodo encontrarmos um culpado e crucificá-lo. Não temos um culpado, é um problema brasileiro”, diz. Berenice Gianella não quis comentar as acusações.

Em contrapartida, os governadores e seus auxiliares apontam o dedo para as entidades, acusando-as de incitar rebeliões. No final de 2005, em entrevista à rádio CBN, o então governador Alckmin citou nominalmente esses desafetos: “Algumas dessas organizações não-governamentais trabalham permanentemente contra o Governo. Esse Ariel, Conceição, esse pessoal o dia inteiro cria problemas, não faz nada para ajudar”. Em abril de 2006, a presidente

Gianella também responsabilizou as ONGs. “Há uma enorme coincidência. Em novembro”, data da penúltima grande rebelião no complexo do Tatuapé, “aconteceu isso: nós tivemos visitas dessas entidades na quinta e na sexta, e na terça nós tivemos rebelião. Agora foi a mesma coisa”, disse.

Ariel de Castro Alves, coordenador estadual do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e integrante da Comissão da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), rebate as críticas: “Querer responsabilizar as ONGs pelas rebeliões é querer ludibriar a opinião pública, criminalizar as entidades. O Estado tenta transferir sua responsabilidade”, diz. Entre os que são normalmente citados, o padre Lancellotti está acostumado com as críticas: “Nossa entrada como centro de defesa nunca foi fácil. Covas chegou a dizer textualmente que eu causava rebelião. Como agora dizem que é o Ariel, que é a Conceição”.

Dessa vez, o Governo foi além do discurso. Conceição Paganele está sendo investigada pela Polícia Civil, na condição de suspeita de haver praticado crimes de formação de quadrilha, facilitação de fuga e incitação ao crime. O inquérito investiga a suposta participação dela em rebeliões ocorridas no complexo do Tatuapé. As entidades de direitos humanos dizem que Paganele está sendo perseguida. Ela nega as acusações.

Mesmo dentro de cada governo, a responsabilidade pela



**Aspectos do complexo do Tatuapé, de onde 307 internos fugiram em 2005. Na foto acima, crianças jogam bola na rua, perto de uma unidade. Na foto ao lado, um dos prédios desativados. Na outra página, a portaria**

Febem muda de mãos com frequência. Desde agosto de 2004, está sob a tutela da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Em 2003, havia sido transferida para a Secretaria da Educação. Em 2001, esteve na Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer. Antes disso, na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Desde 2000, sete pessoas diferentes presidiram a Febem. Em toda a sua história, a instituição contabiliza mais de 60 presidentes.

O lado irônico é que tanto as ONGs quanto os governos apontam as mesmas soluções para a Febem — a criação de unidades nos padrões definidos pelo Conselho





Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conanda, órgão que regulamenta o ECA. De acordo com o Conanda, as unidades devem ser pequenas, regionalizadas, com um projeto pedagógico consistente e devem proporcionar ao adolescente assistência médica, jurídica, acesso à cultura, lazer, esporte, educação e contato com a comunidade e a família (**vide quadro à p.24**).

***Originária da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), órgão criado em 1964, a Febem ainda conserva a cultura carcerária, de contenção e repressão, que herdou da Ditadura***

Mas se todos concordam quanto ao atendimento ideal para o adolescente em conflito com a lei, por que o problema da Febem não se resolve? Na opinião dos especialistas, a instituição ainda mantém a cultura carcerária, de contenção e repressão, que herdou da Ditadura Militar.

A Febem é originária da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), órgão criado em 1964 para implantar nos estados a Política Nacional do Bem-Estar do Menor. A Funabem atendia crianças abandonadas e os então chamados “menores infratores”. Baseava-se no Código de Menores de 1927 (revisto em 1979), e previa a internação de crianças e adolescentes apenas para contenção da criminalidade, seguindo a linha da Doutrina de Segurança Nacional.

São Paulo começou a se ajustar à Funabem em 1973, com a criação da Fundação Paulista de Promoção

## AS DIRETRIZES DO CONANDA

O Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, Conanda, em 29 de outubro de 1996, regulamentou, através da resolução nº 46, a execução da medida sócio-educativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Conanda determinou que as unidades de internação:

- não devem abrigar mais que 40 adolescentes;
- devem ser regionalizadas dentro de cada Estado;
- devem proporcionar ao adolescente educação, saúde, esporte e lazer, assistência social, profissionalização, cultura e segurança;
- devem proporcionar atendimento jurídico continuado, tratamento médico-odontológico e orientação sócio-pedagógica;
- devem proporcionar acesso aos serviços da comunidade, em atividades externas, como preparação à reinserção social, a não ser se houver expressa determinação judicial em contrário;
- devem ter um projeto sócio-pedagógico que preveja a participação da família e da comunidade.



**Eunice Prudente, secretária de Justiça**

Social do Menor, a Pró-Menor. Em 1976, a Pró-Menor passou a se chamar Febem, alinhando o Estado à política nacional. Ou seja, a Febem foi criada muito antes do Estatuto da Criança e do Adolescente ser promulgado, em 1990. Antes do ECA, a criança e o adolescente não eram vistos como cidadãos com prioridade nas políticas públicas, que devem ser protegidos pelo Estado e ressocializados, mas como menores delinqüentes ou em situação irregular, a serem contidos.

“A Febem traz o DNA da Funabem, filha da ditadura e da Política de Segurança Nacional. Os funcionários foram treinados para contenção, segurança e alta disciplina”, diz Lancellotti. “Isso instaurou uma cultura que não mudou e que, de certa forma, independe do governo”, com-

pleta. Rubens Naves, presidente da Fundação Abrinq, concorda: “Não conseguimos fazer uma transição adequada do Código de Menores para o ECA. O que vemos é uma continuidade do equívoco”.

Exemplos não faltam para corroborar essa opinião, a começar pela arquitetura das unidades, inclusive das recém-inauguradas. “Uma comissão da Pastoral do Menor visitou a construção de Campinas, que é um horror. Os banheiros não têm porta, como no sistema penitenciário. A descarga é do lado de fora, como o chuveiro. Isso educa?”, pergunta Lancellotti. Para Naves, “o projeto arquitetônico deveria seguir o projeto pedagógico”.

Nos complexos, uma porta só é aberta quando outra é trancada. A solitária dos presídios existe na

forma da “tranca” — período em que o adolescente fica isolado no quarto. As conseqüências da cultura de repressão são claras. “Recebemos denúncias de maus-tratos mesmo das unidades pequenas. Fazer novas unidades com a mesma cultura da Febem acaba servindo para regionalizar a tortura”, acredita Ariel de Castro Alves.

Outros problemas assolam a Febem. Para começar, a instituição enfrenta um alto número de internações de adolescentes. São hoje 6.225 internos, mais 382 em semiliberdade. Em 1995, a Febem tinha, somados internos e em semiliberdade, 2.125 adolescentes. Acredita-se que boa parte desses jovens poderia ter passado longe da internação — medida sócio-educativa que, segundo o ECA, só deve ser adotada em casos graves e na ausência de

outra adequada, como prestação de serviços à comunidade ou liberdade assistida.

“Os municípios buscam se livrar da responsabilidade, do trabalho pedagógico de aplicar medidas de meio aberto”, diz Naves. “Muitos juízes já disseram que há uma pressão da cidade para mandar o adolescente para a Febem”. Além disso, falta investimento em medidas preventivas. Dos jovens internados na Febem, 52,5% cometeram roubo qualificado. Silvana Moraes, psicóloga de algumas unidades, acredita que investir em educação poderia melhorar esse índice. “A maioria dos meninos rouba, eles não são homicidas. A sociedade fornece para o adolescente uma imagem... ele quer coisas que nunca poderá ter. Eles roubam para comprar roupa, fazer uma festa de aniversário”.

A Febem recebe mais internos do que poderia, e não cria vagas suficientes para a demanda. O resultado é a superlotação, que contribui para que faltem acomodação adequada, vagas nos cursos e nas oficinas profissionalizantes. O relatório “O Trabalho dos Monitores da Febem”, produzido por técnicos da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, revela que os próprios funcionários reclamam da superlotação. Um deles declara: “esse quarto com cinco pessoas é um crime (...) Cinco, seis, isso quando não tem sete, às vezes tem sete, num quarto que é para atender dois adolescentes”.

Além disso, há unidades com deficiências sérias de higiene e saúde. A Febem garante que oferece “todo material necessário à higiene” de seus adolescentes, mas mães de internos contestam essa informação. “Sabonete, pasta, chinelo, cueca, eu que levo. Tem semana que eu gasto 50, 60 reais. E quando o choque entra lá, toma tudo dos meninos”, diz Marta Alves Fernandes, que tem um filho em uma unidade do Tatuapé.

Um grupo de trabalho do Conanda fez visitas ao complexo do Tatuapé em novembro de 2005. Em seu relatório, ficaram comprovadas muitas das reclamações das ONGs e familiares. Um dos trechos diz que “as condições de higiene pessoal são precárias” e que é perceptível “a proliferação de doenças de pele”, sendo a sarna a mais comum. Em outro se lê que “os adolescentes se queixam que as roupas não são lavadas constantemente”, sendo que “alguns chegam a usar a camiseta dos dois lados”. A Febem pretende desativar o complexo até o final de 2006.

***Cerca de 10 mil jovens  
sofreram tortura nos  
últimos sete anos na  
Febem, segundo Ariel  
Alves, do MNDH.  
Nos últimos três anos,  
morreram na instituição  
27 adolescentes***

O lado mais trágico da Febem são as denúncias de tortura. Raimunda Maria Silva, avó de um adolescente do Tatuapé, internado por roubo, viu sangue na parede da cama do neto quando foi visitá-lo. “Ele disse que apanhou do monitor, estava com a cabeça cortada”, lamenta. “Nós contabilizamos que cerca de 10 mil jovens sofreram tortura nos últimos sete anos da Febem”, diz Alves. No já citado relatório da Fundacentro, verifica-se que funcionários admitem bater em internos: “você têm dois jeitos de conseguir convencer adolescentes a fazer o que você quer, um deles é a porrada (...) e o outro é idéia, e para trocar idéia me desculpa, o indivíduo precisa falar a linguagem do adolescente se não ele não consegue convencer”, diz um deles.

Nos últimos três anos, morreram 27 adolescentes na Febem. Entre eles, o irmão de Tatiana de Araújo, internado por tráfico no complexo da Raposo Tavares. “Teve uma rebelião e depois a represália do diretor. Deixaram um em cada quarto e espancaram. No outro dia, meu irmão apareceu enforcado”, relata. “A Febem diz que ele se matou. Eu não acredito”.

Para Conceição Paganele, a situação passou dos limites: “Tanta opressão e tortura fizeram com que meninos comessem a morrer. A Febem diz que eles se mataram. E se é verdade, é pior ainda. Que instituição é essa que em vez de ajudar a resgatar, enlouquece a tal ponto que o jovem tira sua própria vida?”.

A secretária de Justiça afirma que as acusações de tortura estão



sendo apuradas. “Há processos em andamento. As providências foram tomadas”, diz Eunice Prudente. Mas não se pode culpar os funcionários da Febem sem levar em conta suas condições de trabalho. O relatório da Fundacentro mostra que os monitores, além de não receberem treinamento adequado, estão expostos às mesmas condições de higiene e saúde que os internos.

Os monitores têm de identificar e conter rebeliões, mesmo usando a violência. Trabalham com medo, em estado de alerta e sob o risco de sofrerem agressões, serem feitos reféns ou até morrerem em rebeliões. Um deles declarou à Fundacentro: “[vi] funcionário morrendo na minha frente, esfaqueado (...) eles [os adolescentes] pegam madeira, ferros que eles acham, chamam de pirulito, barra de ferro, [para] abrir a cabeça de vários colegas”. Em 2006, 44 funcionários ficaram feridos em uma rebelião no Tatuapé.

O resultado disso, segundo o estudo, é ansiedade, depressão e muitas vezes problemas com álcool e drogas. O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, citado no relatório, diz que entre 2003 e junho de 2005 65% dos funcionários da Febem atendidos tinham quadros de transtornos mentais.

Todos esses fatores transformam a Febem em um barril de pólvora que, de quando em quando, explode na forma de rebeliões. Em 2006 ocorreram seis até o mês de abril, e em 2005 foram contabilizadas 35. Uma



**Conceição Paganele, da Associação de Mães de Internos da Febem (Amar)**

educadora da instituição, que prefere não revelar seu nome, acha que “a estrutura da Febem concorre para que os adolescentes se rebelem”.

Depois de rebeliões graves, que destroem ou danificam unidades de internação, a solução de diferentes governos é a mesma: a transferência temporária de meninos para cadeias. Em abril de 2006, 131 adolescentes foram, pelo prazo máximo de seis meses, para uma penitenciária feminina, depois de uma rebelião no Tatuapé. No governo Covas, quando ocorreu a rebelião mais violenta da história da fundação, na Imigrantes, 800 internos foram transferidos para cadeias de São Paulo e Santo André.

Autorizadas pela Justiça, as transferências causam controvérsia. “O elemento mais grave que surgiu agora é uma contaminação dos adolescentes pelo sistema penitenciário”, constata Lan-

cellotti. O jornal *O Estado de São Paulo* publicou um exemplo disso em reportagem na qual o jornalista Fábio Mazzitelli conta sua experiência no complexo do Tatuapé, onde os internos adotaram uma “reza” diária que começa com um pai-nosso e termina glorificando o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Os funcionários acreditam que esse novo costume pode ter nascido da ida e volta de internos para penitenciárias.

***O governador Lembo admite que não conseguirá entregar as 41 novas unidades prometidas até o final de 2006, como previsto. Ele prevê a construção de apenas 12***

## OS GOVERNOS E A FEBEM

### Mário Covas

- Anunciou em 1999 o programa “Novo Olhar”, que propunha a construção de unidades regionalizadas da Febem. Ele previa a construção de 30 unidades no interior.

- No final de 1999, a Febem tem sua maior fuga: 644 internos. Depois, quatro adolescentes são mortos por colegas em uma rebelião que destrói o complexo da Imigrantes. O complexo foi desativado.

- Com a destruição do complexo, 800 internos são transferidos, por sete meses, divididos entre o Cadeião de Pinheiros e o antigo Centro de Observação Criminológica do complexo do Carandiru, e em um Centro de Detenção Provisória de Santo André.

- Covas diz que assumirá pessoalmente o problema da Febem. Desconfia dos funcionários, reclama dos municípios e se considera o maior responsável pelo problema.

- Em 2000, foram erguidos prédios do complexo de Franco da Rocha, para 960 internos e no formato de uma penitenciária. Para se chegar às alas era necessário trancar e destrancar oito portões. Rebeliões e denúncias de maus-tratos em Franco da Rocha tornam-se comuns.

- A Fundação Abrinq pede explicações pelos maus-tratos a internos e reclama que as instituições de defesa de direitos humanos têm dificuldade para entrar na Febem.

### Geraldo Alckmin

- Anunciou a descentralização da Febem e a construção de 41 unidades nos moldes do Conanda. Até deixar o cargo, em março de 2006, para se candidatar à presidência, apenas duas haviam sido entregues.

- Em 2003, alegando falta de segurança, a Febem barra visita da Organização das Nações Unidas (ONU) à Unidade de Atendimento Inicial (UAI) do Brás.

- É inaugurada a unidade de Vila Maria 1, com estrutura de um presídio de segurança máxima, com três muralhas separando-a da rua e agentes circulando com cães. No final de 2004, a unidade se rebela fazendo sete reféns.

- Em 2005, ocorre a segunda maior fuga da Febem, no complexo do Tatuapé. 307 internos fogem. Rebeliões destroem unidades do Tatuapé e do complexo de Franco da Rocha.

- 700 internos com 18 anos ou mais são transferidos para uma penitenciária em Tupi Paulista (interior de SP), por seis meses.

- Em setembro de 2005, a Febem publica portaria que restringe acesso das entidades de defesa de direitos humanos.

- Em 2006, Alckmin começa a desativação do complexo do Tatuapé, sem que nenhuma das outras unidades prometidas estivesse em funcionamento.

A Febem divulga a seu favor que oferece oficinas profissionalizantes e modalidades esportivas para os adolescentes. Ressalta que já existem unidades menores construídas, diferentes dos grandes complexos. Ainda assim, as entidades de direitos humanos apontam problemas. “Não há uma proposta pedagógica clara. Quer dizer, você faz oficina pra quê?”, diz Lancellotti. “O problema

é que quando a gente pergunta qual é a metodologia, as pessoas fazem a relação das atividades”, diz.

O então governador Alckmin anunciou, em março de 2005, a construção de 41 novas unidades da Febem. Elas têm um novo nome: Centro de Apoio Socioeducativo ao Adolescente (Casa), mas recebem as já citadas críticas a seu projeto arquitetônico. Também foi

divulgada a descentralização administrativa da instituição em dez divisões regionais, cada uma com orçamento próprio e autonomia.

As novas unidades deverão funcionar em sistema de gerenciamento compartilhado: ONGs indicadas pelos municípios cuidarão das atividades pedagógicas e a Febem se encarregará da direção e da segurança. A instituição divulgou um



**Padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Menor, fala durante protesto contra a Febem**

projeto sócioeducativo que pretende adequar suas unidades ao ECA.

O governador Cláudio Lembo admitiu que não conseguirá entregar todas as unidades até o final do ano, como era previsto. Das 41 prometidas, ele prevê a construção de 12. Segundo a assessoria de imprensa da Febem, cinco unidades devem ser entregues ainda esse semestre. O atraso é atribuído aos municípios. “Há uma resistência, que é muito grave quando se começam construções, em imóveis do governo do Estado, e elas são embargadas por autoridades municipais”, diz a secretária Eunice Prudente.

“Existe um preconceito social como existe contra todos os sistemas prisionais. O medo é que

a construção de uma unidade da Febem atraia todo tipo de ações extremamente violentas, através de rebeliões, por exemplo”, diz Naves, da Fundação Abrinq. Porém, para Ariel Alves, os municípios não aceitam a Febem porque ela não está nos padrões do ECA. “O Estado quer implantar a Febem sem consultar os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem respeitar as políticas municipais. A Febem não é reconhecida em nenhum conselho porque não se ajusta ao ECA”.

Os especialistas entrevistados têm pouca fé nas novas unidades. Acreditam que a Febem deve ser extinta e substituída por outro modelo. “A Febem não ressocia-

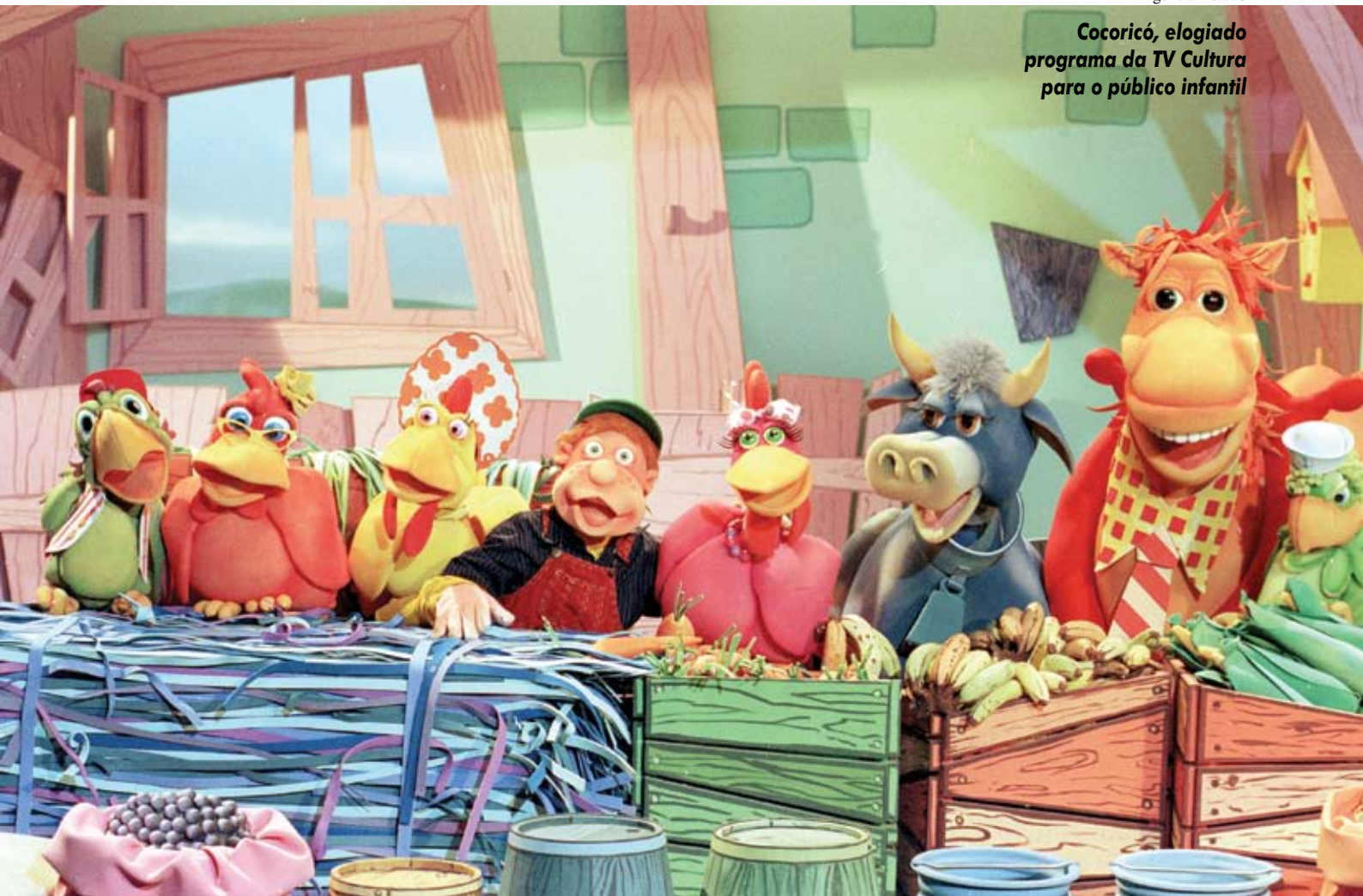
liza”, diz Naves. “A única solução que eu vejo é começar tudo de novo”, completa. Alves, por seu turno, acredita que “na maioria dos casos a Febem é um passaporte para o sistema prisional ou para o cemitério”. Ambos citam como exemplo a ser seguido o modelo adotado no Rio Grande do Sul. Lá, foi criada em 2002 a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase), para substituir a Febem. As unidades foram regionalizadas (de um total de 16, 10 estão no interior do Estado), e funcionam com um projeto pedagógico que acompanha os adolescentes desde a internação até sua saída. A Fase já comemora dois anos sem rebeliões.

# AS RELAÇÕES PERIGOSAS DA TV CULTURA

Livia Deorsola e Nádia Costa Pontes  
Jornalistas

Agência Estado

**Cocoricó, elogiado  
programa da TV Cultura  
para o público infantil**



*Recuperada financeiramente, a Fundação Padre Anchieta, mantenedora das rádios e televisão Cultura, vive uma crise que vai além da questão econômico-financeira, colocando em xeque as concepções éticas e políticas que a norteiam. O modelo de financiamento, calcado na suplementação de verbas públicas incertas por receitas garantidas por anúncios publicitários, tornou possível “sair do vermelho”, mas faz indagar: afinal, a TV Cultura é mesmo pública?*

**C**anhões de luz iluminavam o céu daquela noite de quarta-feira, 12 de abril de 2006, em São Paulo. Eles eram irradiados da Fundação Padre Anchieta (FPA), mantenedora da Rádio e da TV Cultura, localizadas na zona Oeste da cidade. Era um anúncio de que a entidade estava em festa: o programa de TV *Metrópolis* celebrava seus 18 anos no ar.

Do lado de dentro, o ambiente era de descontração. Do lado de fora, porém, um ato público chamava a atenção para um tema incômodo para os organizadores do evento: “RTV Cultura não paga reajustes salariais, mas faz festa para centenas de convidados”, diziam os panfletos. Tratava-se de uma manifestação dos sindicatos dos Radialistas e dos Jornalistas de São Paulo, que brigavam na Justiça pelo pagamento do reajuste salarial de 5,6% e pelo abono de 30% retroativos a 1º de dezembro de 2005. Deselegância dos trabalhadores?

“Segundo nossos cálculos, até dezembro de 2003 eram devidos R\$ 2,2 milhões para cerca de 100 jornalistas da casa”, denunciava Eurení Barbosa, diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP). Ele repelia a justificativa de que o atraso no pagamento decorria de imposição da Lei da Responsabilidade Fiscal, que estabelece limites para o percentual de recursos do Estado aplicado na folha de pagamentos: “A explicação é absurda, afinal não se trata de funcionários públicos, e sim de contratados por CLT”.

Alheio à manifestação, Marcos Mendonça, presidente executivo da

FPA desde 2004, anunciava: “Estamos diante da primeira transmissão digital ao vivo do Brasil, com sinal simultâneo para TV aberta e celular”. Ex-secretário de Cultura dos governos Covas e Alekmin, Mendonça falava em “pujança” da FPA, declarando-a recuperada financeiramente. “A Cultura hoje passa por um momento de renovação, com uma situação financeira equilibrada, buscando investir em novos equipamentos, em novas estruturas”, respondeu à *Revista Adusp*, em meio a cumprimentos de autoridades.

***Referência de jornalismo cultural, o Metrópolis vira atração semanal, ao passo que programas pouco alinhados com o perfil da emissora ganham espaço, como os de Sílvia Popovic e César Giobbi***

Mesmo com os cofres abastecidos com a ajuda de anúncios publicitários, o *Metrópolis*, que se notabilizou por uma séria e qualificada cobertura cultural, deixou, em maio de 2006, de ser veiculado diariamente, para tornar-se apenas semanal. Enquanto isso, programas com propostas pouco afinadas com o perfil da emissora ganham espaço, a exemplo dos apresentados por Sílvia Popovic e pelo colunista social do jornal *O Estado de São Paulo*, César Giobbi.

Tal é a situação em que se encontra a FPA, marcada por sucessivas

crises financeiras — a última e mais grave se deu em 2003, na gestão de Jorge da Cunha Lima, atual presidente do Conselho Curador da instituição — e por uma indefinição de sua identidade, dilacerada diante da seguinte questão: afinal, a TV Cultura é ou não um veículo de comunicação público e independente?

A questão é antiga e faz parte da própria história da difusão da televisão no Brasil, patrocinada pelo projeto político de integração nacional dos governos militares. Como tentativa de escape a essa lógica, em 1969 a TV Cultura entra no ar com a intenção de ser uma alternativa às emissoras comerciais. Para tanto, sua proposta educativa e cultural precisou ser resguardada tanto dos interesses estatais quanto dos comerciais por meio de um estatuto que determina, entre outras coisas, o caráter privado da FPA, sua subordinação a um conselho curador representativo da sociedade e a proibição do incentivo ao consumo — uma emissora pública, enfim, comprometida apenas com os interesses dos cidadãos.

Criada nos moldes da British Broadcasting Corporation — a famosa BBC de Londres, a versão brasileira se diferencia da britânica quanto ao tipo de financiamento. No primeiro caso, os recursos são provenientes de uma taxa cobrada anualmente de todos os ingleses que possuem aparelho televisor, a chamada *Licence Fee*. No caso da TV Cultura, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo vota, anualmente, a quantia a ser repassada, submetida à sanção do Governador.

A Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo informa que a

TV Cultura recebeu, no ano passado, R\$ 115.720.025. Em 2006, esse valor chegou a R\$ 146.811.263, um pouco mais da metade dos R\$ 279 milhões repassados à Secretaria. O valor corresponde a 80% do orçamento total da FPA — anúncios publicitários passaram a fornecer os outros 20%, adquirindo, assim, peso decisivo como fator amenizador das crises financeiras. “Virou um varejão”, lamenta Célia Sacramento, ex-produtora da TV Cultura, ao comparar a prática atual, tornada sistemática a partir de 2004, à anterior, de veicular exclusivamente apoios culturais ou institucionais. “A questão deve ser avaliada pelo Conselho Curador, o que pouco acontece hoje”, revela Maurício Monteiro, produtor da Rádio Cultura e representante dos funcionários no Conselho. A via comercial coloca em xeque o caráter público da TV Cultura, na medida em que esta sucumbe à lógica do mercado, regida pela busca de índices de audiência que justifiquem os investimentos das empresas anunciantes.

*Após a gestão de Maluf, a interferência política voltou a se repetir nos governos do PSDB, especialmente durante a gestão Alckmin, no governo estadual, e a de Marcos Mendonça à frente da FPA*



**Eurení Barbosa, diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo**

A crítica se estende ao viés político, decorrente do modelo de financiamento público adotado, que torna pouco saudável a relação entre quem libera as verbas e quem as opera. “A dependência do Estado abre espaço para o desrespeito do caráter autônomo da Fundação por parte dos governantes, que muitas vezes interferiram politicamente na direção”, diz o professor Laurindo Leal Filho, da USP, estudioso da TV Cultura. O momento de maior ingerência política se deu, segundo Leal Filho, sob a gestão biônica de Paulo Maluf (1979-1982), fato que voltou a se repetir nos governos do PSDB (1994-2006), especialmente durante a gestão Alckmin, no governo estadual, e de Marcos Mendonça como presidente da FPA. “Cunha Lima tinha uma concepção mais clara de serviço público”, acredita o professor.

“A relação que o governo tem com a TV Cultura é exemplar. Grande

parte do dinheiro vem de verbas públicas e o governo do Estado não exige nada em troca”, rebate João Batista de Andrade, secretário de Cultura. Mas há quem afirme que a “troca” é sutil, atingindo até mesmo a autonomia do Conselho Curador (**vide quadro à p.33**). “Sua composição política induz a escolha de uma direção quase sempre afinada com o governador do Estado do São Paulo. Este fato é facilmente comprovado: basta olhar quantos dos últimos presidentes foram eleitos sem o apoio do Governador de plantão”, argumenta Diogo Moysés, integrante do Intervozes, uma associação civil voltada à defesa da comunicação como direito público. Não parece ser por acaso que, na última eleição para a diretoria da Fundação, assistiu-se a um acordo entre Mendonça e Cunha Lima, de forma a acomodá-los nos cargos de presidente executivo e de presidente do Conselho, respectivamente, em uma esquizofrênica dança das cadeiras.



**Marcos Mendonça, presidente da FPA**



**Maurício Monteiro, do Conselho Curador**



**Célia Sacramento, ex-funcionária**

Indícios de uma possível amaração política a que a TV Cultura estaria submetida também podem ser colhidos na programação. Assim como no jornal para o qual escreve, na televisão o colunista César Giobbi, à frente do programa *Planeta Cidade*, não esconde a simpatia que nutre por celebridades tucanas, como o ex-governador Geraldo Alckmin e sua esposa, Lu Alckmin. Na área jornalística, o exemplo fica por conta do *Opinião Nacional*, lançado em fins de 2005. Seu analista político é o jornalista Alexandre Machado, que apresentou, entre passagens pela TV Gazeta e Editora Abril, o programa eleitoral de televisão do candidato do PSDB à presidência, José Serra (2002) e foi secretário de Comunicação de Mário Covas (1994).

A lista de novidades teria sido incrementada, ainda, por um programa de entrevistas que iria ao ar em junho de 2005, a ser apresentado pelo então secretário estadual da Educação, Gabriel Chalita, com a

participação da então primeira dama na estréia. Sob protestos da Assembleia Legislativa, a idéia foi abortada antes de ir ao ar. “A briga pela audiência, fomentada pela publicidade, coloca mais pessoas em contato com as mensagens passadas nesses tipos de programas”, observa Leal Filho.

***Na opinião dos jornalistas  
Pola Galé, ex-diretor da  
emissora, e Heródoto  
Barbeiro, âncora do  
Jornal da Cultura, as  
críticas não procedem:  
“programação é plural e  
atende interesse público”***

Pola Galé, que deixou a direção de jornalismo da emissora em abril de 2006 (Albino de Castro assumiu o posto), considera que

as críticas são improcedentes. “Primamos por uma programação plural, especialmente no jornalismo, que segue estritamente os interesses públicos”, defende. Galé cita uma pesquisa realizada pelo jornal *Meio&Mensagem*, do setor de marketing e propaganda, em que a TV Cultura foi apontada como o veículo de maior independência editorial. “Quem diz o contrário quer, na verdade, criticar o governo”, afirma o jornalista.

Na opinião de Oswaldo Martins, que foi ombudsman da emissora, o problema é o inverso. “Não é por falta de liberdade que o comando do jornalismo da TV Cultura vai mal. Ao contrário, o seu problema é o excesso de liberdade. Liberdade para criar o rótulo do ‘jornalismo público’ sem precisar explicar do que se trata”. Martins, demitido posteriormente, chegou a defender a extinção do formato telejornalismo. “O *Jornal da Cultura* nada acrescenta ao que os demais tele-



**Professor Laurindo Leal Filho, da ECA-USP**

jornais já informaram antes dele”, escreveu. Entendimento rechaçado pela diretoria e por parte dos telespectadores, que ainda enxergam na Cultura um oásis do melhor jornalismo brasileiro. “Com uma grade horária mais vasta, mostraremos de maneira mais ampla nosso jornalismo, que é público, ético e pluralista”, defende Heródoto Barbeiro, âncora do *Jornal da Cultura*.

Nada disso, porém, elimina as chances de interferência política no comando da FPA, o que, segundo Diogo Moysés, só poderá ocorrer com a alteração no modelo de financiamento. “Uma das fórmulas possíveis é uma dotação orçamentária fixa ou uma legislação específica que obrigue o Executivo estadual a repassar um montante fixo de recursos à Fundação”, sugere. Isso ocorre com a Fapesp, agência estadual de fomento à pesquisa, que recebe 1% da receita anual de impostos. “Só dinheiro não significa independência e autonomia de gestão”.

## ATÉ ONDE VAI O PODER DE DECISÃO DO CONSELHO CURADOR?

De acordo com o estatuto da FPA, os rumos da Rádio e Televisão Cultura devem ser subordinados à mesa de discussão do Conselho Curador, responsável por traçar democraticamente as diretrizes econômicas e editoriais da emissora. O Conselho é presidido por Jorge da Cunha Lima desde 2004. São

47 membros: além de três conselheiros vitalícios, entre os quais seu atual presidente, o órgão inclui membros natos — reitores de universidades, secretários do governo estadual e municipal, representantes de diversos setores da sociedade — e membros eletivos. A ação do Conselho, entretanto, levanta questionamentos.

Maurício Monteiro, produtor da Rádio Cultura, eleito pela segunda vez por ampla maioria dos funcionários da FPA como seu representante no Conselho, relata a briga travada por ele na época das demissões em massa, em 2003. “Pedi que nenhuma demissão acontecesse sem antes sabermos dos critérios e do número exato de pessoas”, recorda. Seu pedido não foi atendido. O mesmo ocorre com programas exibidos sem a aprovação dos conselheiros. “Boa parte a gente vê quando já está no ar”, revela Monteiro.

Célia Sacramento, ex-funcionária, não vê novidade nesse relato. “O Conselho sempre foi apenas figurativo”, afirma. “O representante dos funcionários é uma das poucas vozes dissonantes”, diz Célia. O presidente executivo, Marcos Mendonça, nega qualquer tipo de manipulação. “Temos um conselho absolutamente autônomo, formado por pessoas do mais alto gabarito, que garantem o alto grau de independência”, defende.

A autonomia do Conselho, e por conseqüência da TV Cultura, deve ser cobrada pela sociedade, que, afinal, está representada por conselheiros, entre eles Suely Vilela, reitora da USP. É a opinião do professor Laurindo Leal Filho, da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). “Sugiro a criação de um canal direto com a Reitoria, que, após cada reunião do Conselho, informaria à comunidade universitária por meio do portal na Internet o que está sendo discutido. Seria um bom começo do resgate do termo público da emissora”, arrisca Leal Filho.



# ORÇAMENTO CRESCE, AVESSO A DEMANDAS SOCIAIS. DÍVIDA IDEM

Antonio Biondi e Marina Gonzalez  
Jornalistas

Daniel Garcia



Em 2005, manifestantes lotam auditório da Assembléia Legislativa durante audiência da Lei de Diretrizes Orçamentárias

*As gestões de Mário Covas e Geraldo Alckmin evitaram a participação dos contribuintes e a colaboração dos deputados nas decisões referentes ao destino do dinheiro arrecadado pelo Governo por meio de tributos e taxas. Apesar do declínio da economia paulista, bem como da sonegação e evasão fiscais, as receitas vêm aumentando a cada ano e devem chegar a R\$ 81 bilhões em 2006. Por outro lado, a dívida pública já alcança R\$ 126 bilhões e os precatórios somam R\$ 13 bilhões*

“**L**ocomotiva do Brasil”, “coração da economia nacional”, “Estado mais industrializado”. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Seade revelam que São Paulo, que concentra 22% da população nacional, responde por cerca de 32% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, que em 2005 totalizou mais de R\$ 1,9 trilhão. O Estado já deteve uma fatia maior do PIB, mas o declínio econômico visível na desindustrialização de algumas regiões não parece afetar a arrecadação tributária do Governo estadual, cujas receitas têm aumentado ano a ano, em valores reais.

Dados da Secretaria de Economia e Planejamento indicam que, de 2003 a 2005, quando Alckmin esteve à frente do Executivo estadual, as receitas cresceram nominalmente mais de 31%, passando de R\$ 58 bilhões para R\$ 76 bilhões. Já o Orçamento de 2006 prevê receitas de R\$ 81,29 bilhões. Quase metade dessa cifra provém da cota-parte paulista do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é arrecadado pelo governo federal e repassado aos Estados (vide tabela 1).

A magnitude das quantias que conferem ao Governo paulista a condição de segundo maior arrecadador do Brasil, atrás apenas da União, provoca indagações sobre a destinação dessas verbas, visto que não são poucos os indicadores sociais em que São Paulo se situa em posições inferiores às de outros Estados brasileiros. Nesse quesito,

**Tabela 1 - Orçamento do Estado de SP 2006: receitas (em milhões de R\$)**

Receitas*		Sub-total 1	Sub-total 2	Total
Receitas próprias	Administração Direta	ICMS do Estado	40.976	53.312
		Outras receitas	12.336	
	Administração Indireta	Autarquias	3.686	58.325
		Fundações	465	
Empresas dependentes		862		
Receitas Vinculadas	Federais		4.173	5.702
	Estaduais		1.081	
	Fundo Especial de Despesa		448	
Transferências a municípios	Vinculado Estadual	ICMS Parte dos Municípios	13.659	16.376
		Demais	2.717	16.456
	Vinculado Federal		81	
Operações de crédito	Administração Direta		777	808
	Administração Indireta		31	
<b>Total</b>				<b>81.292</b>

Fonte: sítio da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento de São Paulo.  
\*Dotação inicial

vale observar que tanto Covas como Alckmin notabilizaram-se pelo férreo controle sobre a elaboração e a aprovação do Orçamento estadual — formalmente compartilhadas com a Assembléia Legislativa.

A quase inexistente disposição do Executivo de dialogar a respeito da peça orçamentária — consubstanciada, num primeiro momento, na forma da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — tem motivado duras críticas tanto da oposição “tradicional” representada pelo PT quanto de uma forte ala do PFL, partido que foi por muitos anos o principal aliado do PSDB no legislativo.

Os meandros dos processos de elaboração e aprovação do Orçamento de São Paulo são hoje tão

pouco conhecidos da população quanto a origem, o destino e a execução das verbas de que o Governo dispõe para desenvolver a economia estadual e melhorar os serviços públicos de saúde, educação, habitação, segurança pública e outros.

No que diz respeito aos investimentos e prioridades, as gestões de Covas e Alckmin receberam forte crítica de diversos setores, que afirmam que as definições nesses campos se deram segundo avaliações quase exclusivas dos ocupantes do Palácio dos Bandeirantes e assessores, sem participação da sociedade ou dos outros poderes. Para os críticos, tal forma de governar teria sido um grave equívoco, demonstrado pelo aumento dos problemas sociais registrados, por

exemplo, na baixa geração de empregos e em áreas sensíveis como saúde, educação e especialmente a segurança pública. Regiões mais pobres do Estado, como o Vale do Ribeira e o Pontal do Paranapanema, teriam permanecido esquecidas no tempo, à espera de investimentos que jamais chegaram, enquanto outras tiveram o potencial desperdiçado, por não verem suas demandas atendidas ou sequer ouvidas.

Procurado para uma entrevista, o titular da Secretaria de Economia e Planejamento, Fernando Carvalho Braga, não respondeu à reportagem.

***A Secretaria da Fazenda destaca que em 2005 os gastos nas áreas sociais somaram R\$ 11 bilhões, 13,6% acima de 2004. Entre 1999 e 2005 os gastos em Educação teriam ultrapassado o mínimo constitucional de 30%***

A Secretaria da Fazenda destaca, em texto publicado no sítio do Governo do Estado, que em 2005 o dispêndio nas áreas sociais somou R\$ 11,05 bilhões, 13,6% a mais do que em 2004. Os maiores gastos teriam ocorrido em saúde, educação, segurança pública e direitos da cidadania, assistência social e trabalho. Ainda segundo o texto, entre 1999 e 2005 os gastos em educação ultrapassaram todos os anos o mínimo constitucional de 30%. O dado é contestado por entidades e pelos partidos de oposi-



**Força e riqueza do Estado são reais, mas economia enfrenta problemas**

ção, que acusam o Governo de incluir despesas de outras áreas nos cálculos.

Contudo, a disputa pela destinação das verbas tem início, a cada ano, no processo de debate e votação da LDO. No final de 2004, no processo de aprovação do Orçamento 2005, foram apresentadas 8.258 emendas à LDO, número recorde na história da Alesp até ali. Dessas, no entanto, pouco mais de 500 foram incorporadas ao Orçamento, e as demais descartadas.

Durante oito anos, enquanto foi relator da LDO o deputado Roberto Engler (PSDB), fidelíssimo seguidor do Governo, as emendas dedicadas a atender a demandas populares e permitir que os parlamentares exercessem o papel de representantes da população foram seguidamente rejeitadas nas comissões de Finanças e Orçamento (CFO) e de Economia e Planejamento, sob a argumentação de que eram pontuais. A base governista defendia que o Orçamento não deveria ser tão específico, fazendo valer a vontade do Executivo de manter a peça orçamentária praticamente intacta em sua tramitação na Casa.

Em janeiro de 2005 ocorreram mudanças importantes na tramitação do Orçamento, motivadas por uma inédita aliança parlamentar entre PT e PFL e pela eleição de Rodrigo Garcia (PFL) para presidente da Alesp (**vide p.46**). A reportagem buscou entrevistar a respeito dessas questões o deputado Vaz de Lima (PSDB), que integra a CFO, mas ele não respondeu aos pedidos.

O veto de Alckmin ao projeto de LDO aprovado pela Alesp em 2005, que pela primeira vez em vários anos incorporava emendas importantes do movimento social, confirmou a má vontade com que os gestores tucanos vêem o tema da participação popular na elaboração do Orçamento. Exigida por lei nos âmbitos federal e estadual, nas gestões do PSDB essa participação ocorreu, até 2004, por meio de audiências públicas esvaziadas ou de consultas na internet, em ambos casos com vistas a cumprir o protocolo e sem que ficasse claro como as sugestões seriam aproveitadas.

A recusa às contribuições da população sempre foi tão perceptível que um projeto de autoria do depu-

**Tabela 2- Orçamento do Estado de SP 2006: despesas (em milhões de R\$)**

Pessoal e Encargos	Custeio em atividade	Sentenças judiciais	Transferências a municípios	Serviço da dívida	Investimentos	Reserva de contingência	Total
33.510	15.617	987	16.456	8.066	6.651	5	81.292

Fonte: sítio da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento de São Paulo. Os valores se referem à dotação inicial

tado Mário Reali (PT), que regulamentava as audiências públicas do Orçamento, LDO e Plano Plurianual buscando garantir-lhes a devida publicidade e efetividade, foi aprovado pela Alesp em 2003, mas vetado na íntegra por Alckmin. Também em 2003, a Alesp organizou o Fórum Paulista de Desenvolvimento Econômico Sustentado, com debates nas várias regiões administrativas do Estado. A iniciativa, cuja idéia central era ouvir os políticos, administrações e população das cidades de São Paulo, deixou como herança um belo livro, mas não foi muito além disso.

No caldo do processo de mudanças na Alesp em 2005, os deputados da CFO decidiram organizar audiências para ouvir a população do Estado e os movimentos sociais. As reivindicações elencadas serviram de subsídio às emendas dos parlamentares à LDO — por exemplo a que destinava mais verbas para a educação e universidades. No processo de elaboração do Orçamento de 2006, foram promovidas 49 audiências, sendo 42 em cidades do interior e litoral e sete da Região Metropolitana de São Paulo.

Houve até um acordo inicial entre os partidos da situação e oposição para que o Orçamento dispusesse de R\$ 10 milhões para atender às emendas de cada uma das 42 cidades, além de outros R\$ 70 milhões para a Grande São Paulo. O valor

aprovado no Orçamento acabou ficando em metade disso, mas as audiências para o Orçamento de 2007 já estão garantidas: serão 24, número definido também de acordo com o calendário eleitoral. Um dos maiores entusiastas da proposta é o deputado José Caldini Crespo (PFL), que preside a CFO e encontrou na iniciativa um meio de buscar se diferenciar do PSDB, afirmando que os parlamentares do PFL não são “prepostos” do governador.

***Entre 1994 e 2005 a dívida pública do Estado cresceu 33% em termos reais ou 309,59% em termos nominais, de acordo com dados da Liderança do PT na Alesp. No final de 2005, o Estado possuía uma dívida de R\$ 126 bilhões***

A questão das finanças públicas paulistas comporta outra faceta bastante explosiva. A dívida pública do Estado, que foi calculada em 2005 em 1,98 vezes a receita de São Paulo, cresceu entre 1994 e 2005 cerca de 33% em termos reais (descontada a inflação), ou

309,59% em termos nominais, de acordo com dados da Liderança do PT na Alesp. Com isso, no final de 2005, o Estado possuía uma dívida de R\$ 126 bilhões, segundo dados da Secretaria Estadual da Fazenda. O alto grau de endividamento levou o Estado a pagar precatórios, nas últimas gestões, com anos de atraso, ensejando pedidos de intervenção federal sempre rejeitados pelos tribunais.

A necessidade de redução desse passivo do poder público estadual foi usado como uma das alegações centrais para as privatizações, que geraram, entre 1997 e 2005, receita de R\$ 26 bilhões, conforme dados da Fazenda estadual (**vide texto à p.41**). Controverso por natureza, o Programa Estadual de Desestatização (PED) viu as críticas e resistências subirem de tom devido a vendas de empresas estaduais recheadas de favorecimentos e falta de justificativas plausíveis.

Alguns números dos últimos orçamentos paulistas impressionam, não só por sua magnitude como pelas contradições implícitas e explícitas. Um exemplo são os precatórios — pagamentos determinados pela Justiça em decisões de última instância, contra as quais não cabe recurso — cujo estoque ao final de 2005 totalizava R\$ 13 bilhões. Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo* (30 de abril de 2006), há dívidas com

Daniel Garcia

**Daslu: acusações**

até sete anos de atraso. O Executivo estadual reconhece o montante apontado pelo jornal, que supera o saldo devedor de precatórios de todos os demais Estados brasileiros somados, mas relata dificuldades e iniciativas tomadas, alegando não haver descaso com a questão.

A legislação respalda o modo como o Estado age em relação ao problema, deixando os credores sem opção além de esperar. Muitas vezes, quem tem direito a receber o precatório, sobretudo pessoas mais pobres, acaba vendendo esse direito, por até 30% do valor correto. Já quem compra aguarda para receber o valor integral, acrescido de juros.

O Orçamento de 2006 de São Paulo destina mais de R\$ 8 bilhões

## O DISCRETO CHARME DA DECADÊNCIA

Antonio Biondi e Daniel Merli

Jornalistas

A participação da economia paulista no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro vem caindo seguidamente, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em 1995, a fatia do PIB nacional gerada em São Paulo era de 35,5%, ante 37,8% em 1980 e 39,5% em 1970. Em 2003, esse número chegou a 31,8% — os dados de 2005 ainda não foram consolidados pelo instituto.

Já a participação no PIB do setor industrial, que era de 57,6% em 1970, caiu para 47,7% em 2002. O PIB *per capita* também vem caindo, e as riquezas concentram-se, sobretudo por meio dos ganhos com investimentos financeiros — leia-se improdutivos.

Um estudo do economista Marcio Pochmann, professor da Unicamp, aponta que a produção

paulista cresce mais no tempo em que havia mercado interno para seus produtos. Agora atrelado ao mercado financeiro, São Paulo tem crescido menos. “Quando o Brasil ia bem, melhor ainda tendia a ir o Estado de São Paulo”, constata Pochmann, no seu estudo “Decadência paulista”. Segundo ele, “a estrutura de produção paulista foi sendo desenhada em função da demanda do mercado interno, inicialmente pela substituição de importações (1930-1954) e, posteriormente, pelo avanço da industrialização pesada (1955-1980)”.

No campo das exportações, o estudo aponta que, segundo dados do IBGE, em 1911 São Paulo respondia por 87,5% das vendas brasileiras para o exterior, principalmente pelo café. Já em 1975, auge da industrialização, a partici-

para o pagamento de serviços da dívida, ao passo que os investimentos contam com apenas R\$ 6,65 bilhões (**vide tabela 2**). Para entender tais equações orçamentárias, a *Revista Adusp* buscou entrevistar diversos professores do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. O único que se dispôs a responder foi o professor André Franco Montoro Filho, que logo em seguida anunciou que sairia candidato a deputado federal. Os demais se disseram pouco familiarizados com o tema.

***A renúncia de receita do ICMS chegou a R\$ 2,9 bi em 2004. Para as universidades estaduais paulistas, isso representou perda de R\$ 99 milhões, e a Educação como um todo sofreu perda estimada em R\$ 310 milhões***

## PAULISTA

pação do Estado nas exportações caiu para 15,7%. O número subiu na década seguinte, chegando, em 1985, a 37,3%. Permaneceu então nesse patamar, voltando a subir em 2001, quando alcançou 39,1%.

O estudo aponta que o fortalecimento do mercado interno foi “objeto de políticas públicas por praticamente todos os governos (autoritários ou democráticos) até a década de 1980”. O quadro permitiu que a economia paulista dependesse menos da demanda internacional e, ao mesmo tempo, apesar da forte concentração industrial em São Paulo, ocorreu a expansão econômica por todo o Brasil. Tais fatores foram dos mais importantes na redução substancial do peso paulista no total das exportações nacionais.

Entre 1980 e 2002, o PIB *per capita* de São Paulo caiu 3%. De segundo



**Fábrica desativada no bairro do Belém, na zona leste da capital**

Estado com maior PIB *per capita*, atrás apenas do Distrito Federal, São Paulo caiu para a terceira posição em 2002, sendo ultrapassado pelo Rio de Janeiro. Se a tendência se mantiver, Pochmann calcula que São Paulo pode chegar à 11ª posição em 2012.

Na visão do pesquisador, os altos juros e o pagamento que o Estado brasileiro faz dos títulos da dívida pública criaram uma “elite rentista” que vive apenas desses rendimentos.

ao exterior.

Também em 2005, veio a público um esquema de obtenção de vantagens fiscais com a exportação fictícia de óleo e farelo de soja. Um grupo de empresas teria deixado de recolher cerca de R\$ 2 bilhões aos fiscos estadual paulista e federal. Entre as empresas beneficiadas com créditos fiscais irregulares estariam o grupo Pão de Açúcar, Casas Pernambucanas, Tigre, Sucos Del Valle, Adria, Ficap, Arc Sul, Beraca Sabará e Lua Nova (Panco).

Em sua edição de abril de 2006, o jornal do Sindicato dos Agentes

O resultado, segundo Pochmann, é concentração de riquezas — e concentração do número de famílias consideradas ricas em São Paulo. Em 1980, quatro em cada dez famílias ricas do Brasil eram paulistas. Em 2000, eram seis em cada dez. No estudo, o economista registra que “a decadência produtiva de São Paulo apresenta uma certa elegância, diante da concentração cada vez maior de famílias ricas do país no Estado”.

É difícil precisar quanto os cofres estaduais deixam de arrecadar em ICMS e outros tributos em razão da falta de combate à sonegação fiscal. Alguns dos escândalos mais recentes podem dar uma pista. Em 2005, a Polícia Federal prendeu 70 pessoas ligadas ao Grupo Schincariol, acusado de sonegar cerca de R\$ 600 milhões por ano, em impostos federais e estaduais. Outro caso de grande repercussão foi a da *megastore* Daslu, suspeita de sonegação fiscal, formação de quadrilha, falsificação de documentos, contrabando e remessa ilegal de recursos

Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp) traz entrevista com o secretário estadual da Fazenda, Luiz Tacca Júnior, que destaca uma série de iniciativas da Secretaria que visam “aperfeiçoar as ações de combate à sonegação com a modernização do sistema de arrecadação”.

Nesse sentido, o diretor executivo de administração tributária, José Clóvis Cabrera, afirmou à *Revista Adusp* que as ações de repressão à sonegação fiscal desenvolvidas pela Secretaria da Fazenda em 2005 resultaram no registro de

## SÃO PAULO: PRINCIPAIS INDICADORES

- No início de agosto de 2006, a população do Estado de São Paulo era estimada em pouco mais de 40,5 milhões pela Fundação Seade, ou cerca de 22% dos 186 milhões de brasileiros estimados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na mesma época

- O Orçamento de São Paulo em 2006 prevê R\$ 81,29 bilhões de receitas

- Ao final do exercício de 2005, a dívida consolidada de São Paulo era de R\$ 126 bilhões, segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda

- Segundo o IBGE, o PIB paulista em 2003 foi de R\$ 494,8 bilhões. Após a economia crescer 7,5% em 2004 e 2,9% em 2005, o PIB de 2005 chegou a cerca de R\$ 550 bilhões

- Quanto à concentração de renda, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostra que São Paulo apresentava em 2000 um índice de Gini de 0,59, quando o do Brasil era de 0,65. Em 1991, o de São Paulo era de 0,56 e o do Brasil de 0,63. Quanto mais próximo de 1, mais desigual é o Estado ou o país

- O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de São Paulo era de 0,778 em 1991. Em 2000, chegou a 0,82. No Brasil, o indicador, baseado na expectativa de vida, educação da população e PIB per capita, subiu de 0,696 em 1991 para 0,766 em 2000. Os dados são do IBGE. Quanto mais próximo de 1, melhor o IDH

- São Paulo possui 645 municípios. Destes, 175 possuem IDH entre 0,919 (São Caetano do Sul) e 0,8; 461 apresentam IDH entre 0,799 e 0,7; e nove possuem IDH entre 0,7 e 0,645 (Itapirapuã Paulista)

- Segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social, da Fundação Seade, que considera os indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade nos municípios, em 2002 São Paulo possuía 104 municípios com baixos níveis nesses indicadores (Grupo 5); 188 no Grupo 4 (com baixo níveis de riqueza, mas níveis intermediários de longevidade e escolaridade); 201 com baixo nível de riqueza, mas bons indicadores sociais (Grupo 3); 81 no Grupo 2 (riqueza elevada, mas sem bons indicadores); e 71 no Grupo 1, dos municípios com os melhores indicadores.

15.894 autos de infração de multa, constituindo-se crédito tributário de R\$ 11,195 bilhões, entre impostos devidos, multas e juros.

Por outro lado, o atual governo adotou de forma crescente mecanismos de renúncia e isenção fiscais nos últimos anos. De acordo com a Liderança do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa, a renúncia de receita de ICMS da cota-parte do Estado cresceu de R\$ 1,9 bilhão, em 2001, para R\$ 2,9 bilhões, em 2004 — aumento de 54% em três anos. As informações se baseiam em dados enviados em 2005 pela Secretaria da Fazenda,

em resposta a requerimento do deputado Renato Simões (PT).

Para as universidades estaduais paulistas, a renúncia fiscal representou perda de R\$ 99 milhões, mesma soma dos recursos necessários para construir a USP Zona Leste. Calcula-se que neste período a Educação como um todo sofreu uma perda de R\$ 310 milhões e a Saúde de R\$ 113 milhões.

Esses dados, porém, não incluem os efeitos das medidas anunciadas entre 2004 e 2005 pelo então governador Geraldo Alckmin. Nesse período diversos setores produtivos tiveram sua tri-

butação do ICMS reduzida: autopeças, cosméticos, perfumarias e produtos de higiene, medicamentos, alimentos, vinho, atacadista de couro, instrumentos musicais e brinquedos. Antes, o Governo paulista já havia reduzido o ICMS, de 18% para 12%, para os setores têxtil e de calçados e artefatos de couro; além do álcool combustível, de 25% para 12%. Em maio de 2005, foi a vez das empresas de *call center* — cuja alíquota do ICMS baixou de 25% para 15%. A redução também contemplou o pão francês, o trigo, o macarrão e o consumo de energia.

# **FORTEMENTE CONTESTADAS, PRIVATIZAÇÕES RETORNAM COM A LEI ESTADUAL DE PPP**

Antonio Biondi e Alessandra Mota  
Jornalistas

O Programa Estadual de Desestatização (PED) arrecadou de 1997 a 2005 pouco mais de R\$ 26 bilhões, segundo dados da Secretaria do Estado da Fazenda de São Paulo. Cálculos da Liderança do PT na Assembléia Legislativa indicam que, considerando-se as receitas esperadas pelo atual governo com as privatizações em 2006, as gestões tucanas do Executivo paulista (1995-2006) terão privatizado o equivalente a R\$ 37,7 bilhões em termos nominais. Corrigindo-se esse valor pela inflação do período, chega-se à espantosa cifra de R\$ 77,5 bilhões.

Em matéria publicada no sítio do Governo estadual em janeiro de 2006, a Secretaria da Fazenda destaca que o PED “tem sido fundamental para assegurar o equilíbrio das contas públicas e, ao mesmo tempo, para promover uma profunda reorganização do Estado e provocar mudanças estruturais muito profícuas para a economia paulista”. O PED promoveu todo tipo de operações voltadas a privatizar os serviços públicos e o patrimônio do contribuinte paulista. Estradas, ferrovias, bancos, companhias de abastecimento, energia elétrica e de gás, hotéis e estâncias turísticas foram repassados à iniciativa privada.

O PED foi duramente questionado pela forma como algumas vendas e

concessões se deram. Em alguns casos, as críticas ficaram centradas em questões como as altas tarifas cobradas nos pedágios das rodovias paulistas administradas por concessionárias — e os consequentes lucros gerados por essa atividade.

Outros casos foram mais graves, como a venda da Eletropaulo à AES, em que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) emprestou dinheiro para a operação e depois levou um calote. A compradora contraiu uma dívida inicial de US\$ 1,2 bilhão junto ao banco, mas teve perdoados US\$ 200 milhões de juros, ganhou 12 anos para pagar metade do débito original e passou a ter o BNDES como sócio em 2003.

***Em 2006, mesmo sob forte  
contestação, o Governo  
paulista vendeu a CTEEP,  
maior empresa brasileira  
de transmissão elétrica.  
A CTEEP foi comprada  
por uma empresa menor  
do que ela e sem os  
recursos necessários***

Em 1997, os Estados brasileiros refinanciaram suas dívidas com a União, assumindo compromissos de ajuste fiscal. As dívidas foram refinanciadas por 30 anos, a juros de 6% ao ano, além de correção pela inflação. As parcelas mensais com juros e amortização da dívida não podiam ultrapassar 13% da receita líquida do Estado no mês. No caso de São Paulo, uma parcela da dívida de R\$ 2 bilhões foi quitada com a entrega do Banespa à União. Em 2000, o banco foi vendido por R\$ 7,05 bilhões aos espanhóis do Santander.

A intensidade do PED não impediu que São Paulo fechasse 2005 com a relação dívida/receita corrente líquida em 1,98. O número, bem melhor que o de 2004 (2,23), ainda situa-se perigosamente perto do limite de 2,0 vezes estabelecido na legislação ligada à Lei de Responsabilidade Fiscal criada pelo governo FHC. Em termos práticos, a relação de 1,98 significa que a dívida equivale a quase o dobro da receita anual do Governo.

Arrefecidas a partir de 2000, desde 2004 as privatizações voltaram a São Paulo com força — mas também com algumas sutilezas — graças à lei estadual 11.688, aprovada em maio, e que instituiu o Programa Estadual de Parcerias





Daniel Garcia

#### **Operários em atividade na Linha 4 do Metrô**

Público-Privadas, as PPPs. Oposição e movimentos sociais resistiram. Processos foram barrados ou questionados na Justiça, como o leilão da Nossa Caixa Capitalização, a concessão do serviço de bilhetes do Metrô (Metropass) e a construção da Linha 4-Amarela do Metrô via PPP. No início de agosto de 2006, as contestações ao edital da Linha 4 foram julgadas improcedentes pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). No dia 15 de agosto, os metroviários fizeram greve em protesto contra a abertura de envelopes no processo de privatização.

O Estado arrecadou R\$ 688 milhões com a venda de 21,2% das ações da Sabesp. Outras empresas, como a Nossa Caixa Seguros e a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), foram vendidas mesmo sob fortes contestações técnicas e legais. No caso da CTEEP, a companhia foi comprada por uma empresa menor

do que ela, que sequer tinha os recursos necessários ou um empréstimo garantido para realizar a compra. O que só agrava o fato de a maior companhia brasileira de transmissão ter sido vendida sob a alegação de que os recursos seriam utilizados para abater a dívida da Companhia Energética de São Paulo (Cesp).

***A concessão de rodovias e as altíssimas tarifas de pedágio têm provocado protestos e denúncias. Mas o Governo afirma que até fevereiro de 2005 as 12 concessionárias investiram R\$ 5,8 bilhões e que isso representa economia de R\$ 11 bilhões para o Estado***

Um decreto do Programa Estadual de Desestatização (PED) deu início, em 1998, ao Programa de Concessões Rodoviárias, mediante o qual foi concedida por licitação, a 12 consórcios de empresas, a administração de 3.517 km de rodovias que passam por 168 municípios. Presidido pelo então vice-governador Geraldo Alckmin, o PED administrou as concessões e aprovou metodologia para estabelecer valor de pedágio em cada lote das rodovias.

Os contratos fixaram valores das concessões e tarifas, e estabeleceram índices de correção, com a finalidade de manter o equilíbrio financeiro no decorrer do tempo. Quase uma década após, o Governo faz uma avaliação positiva do Programa de Concessões Rodoviárias: “De março de 1998 a fevereiro de 2005, as 12 concessionárias investiram R\$ 5,8 bilhões nas rodovias concedidas. Isso significa desoneração (economia) para o Estado de R\$ 11,2 bilhões”, afirma em sua página eletrônica a Secretaria dos Transportes (<http://www.transportes.sp.gov.br/v20/default.asp>), que inclui nessa conta, além dos investimentos, as rubricas “despesas operacionais” (R\$ 2,6 bilhões), “conservação de rotina” (R\$ 806 milhões) e “ônus fixo” (R\$ 1,5 bilhão).

Opinião oposta é sustentada pela Liderança do PT na Assembléia Legislativa: “O valor dos pedágios em cada lote foi estabelecido sem a elaboração de uma planilha de custos de investimento e manutenção das estradas. A raiz dos aumentos indiscriminados nos pedágios está na concepção política do governo do Estado,

ao encarar o processo de desestatização de rodovias como uma oportunidade de obter lucros e não baratear o custo do serviço ao usuário”, ressalta estudo da assessoria.

Os lotes foram concedidos por 20 anos aos consórcios que fizeram as maiores ofertas ao Estado. Ao final desse período, as rodovias devem retornar à administração estadual. No processo de licitação das estradas, porém, o Governo não realizou levantamento do volume de tráfego das rodovias (designado pela sigla VDM, *volume diário médio*). O estudo aponta que o valor foi estipulado por cada concorrente — dessa forma, o Governo não pôde conhecer o volume de recursos que poderiam ser recolhidos nos pedágios, deixando, assim, de estimar adequadamente os ganhos das concessionárias.

Intriga da oposição? Entre julho de 1994 e julho de 2005, as tarifas paulistas por eixo de caminhão aumentaram 716% no sistema Anhangüera-Bandeirantes. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que esse aumento é 210% superior à variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe, que mediu a inflação em São Paulo no mesmo período. Ou seja, o valor real do pedágio mais que triplicou nesses anos nas praças estudadas (*Valor Econômico*, 30 de maio, p. A4).

No período de 1998 a 2005 o Índice Geral de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), que rege o reajuste salarial, variou 74,17%. Já o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA/IBGE),

parâmetro das metas inflacionárias do Governo federal, acumulou 76,75% de crescimento no mesmo período. O Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM-M/FGV) variou 129,83%. Todos esses valores situam-se muito abaixo da variação das tarifas de pedágio em São Paulo nesse mesmo período, que foi da ordem de 252%.

***Os contratos relativos ao Rodoanel e a outras obras estaduais poderão ser objeto de investigação das CPIs que, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a Alesp deverá instalar em 2006***

Em pesquisa encomendada ao Ibope pelo Sindicato das Empresas de Carga em São Paulo, na qual mais de 1.000 pessoas foram entrevistadas, constatou-se que 90% da população paulista acham alta a tarifa do pedágio, e 54% acham o pedágio *muito caro*. O índice de descontentamento com o pedágio supera o resultado da pesquisa na qual 42% da população acreditam que as estradas paulistas são ótimas ou boas. O levantamento também aponta que 43% dos entrevistados acreditam que vale a pena pagar pedágio e outros 48% afirmam que não vale a pena.

O Programa de Concessões Rodoviárias suscitou também denúncias e questionamentos judiciais.

Um documento registrado em dois cartórios diferentes antecipou os nomes das empresas vencedoras nas licitações de cinco lotes de rodovias estaduais. Os denunciantes anteciparam que o consórcio vitorioso no lote 1, que compreende o complexo Anhangüera-Bandeirantes, seria o Jaraguá, composto pelas empreiteiras Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, CBPO e Serveng. Isso se confirmou com a divulgação da proposta publicada no *Diário Oficial* em 3 de março de 1998.

Tramita na 8ª Vara Cível da Justiça Federal uma ação civil pública (2002.61.00.007971-4) de autoria da bancada do PT na Alesp, que aponta ilegalidades e superfaturamento nos contratos do Rodoanel, trecho Oeste. Nesse caso, o Estado despendeu mais de R\$ 200 milhões para desapropriar 78 imóveis, quando a previsão inicial era destinar R\$ 131 milhões para desapropriar 553 imóveis. Além disso, houve estouro em 70% no custo do trecho Oeste da obra, que custou aos cofres públicos R\$ 289 milhões acima do valor inicial previsto.

Os contratos que envolvem o Rodoanel e outras obras poderão ser objeto de investigação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a Alesp deverá instalar ainda em 2006. “Queremos instalar a CPI do Rodoanel, Calha do Tietê, CDHU, Nossa Caixa e Febem. Tudo vai depender da força política”, afirma o líder do PT na casa, deputado Enio Tato.

# MOVIMENTOS SOCIAIS MUDAM A DINÂMICA DE ELABORAÇÃO DA LDO

Leda Rosa  
Jornalista

*2005 entrou para a história das lutas pela educação pública em São Paulo como aquele em que o processo de tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), peça que baliza o orçamento estadual no ano seguinte, sofreu mudanças significativas na sua dinâmica. Em 2004, o relator da LDO na Assembleia Legislativa dizia que o único interlocutor com o qual poderia discutir propostas era o Governo. Em 2005, o novo relator incorporou emendas que acrescentariam ao texto enviado pelo Palácio dos Bandeirantes R\$ 470 milhões ao orçamento da educação, além de outras favoráveis à saúde pública e ao funcionalismo*



**N**o início dos anos 1990, acompanhar os trâmites da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) era trabalho para sindicalistas obstinados. Mesmo com a determinação da Constituição de 1988, que estabelece a análise do Legislativo e a participação popular na discussão do projeto elaborado pelo governo do Estado, o tema ainda estava longe do coti-



*Galerias da Alesp lotadas por estudantes em 2005, pela derrubada do veto de Alckmin na LDO-2006*

diano da sociedade. Tanto que a participação de algumas entidades consistia em apresentar as reivindicações da categoria em reuniões nos gabinetes de deputados.

Intervenções mais combativas só aconteceriam a partir de 2001, primeiro ano das audiências públicas da LDO na Assembléia. Nos anos seguintes o mecanismo das audiências públicas foi sendo consolidado em reuniões em diversas regiões do Estado, capi-

taneadas pela Secretaria de Economia e Planejamento e contando com a presença de representantes do governo dos municípios, além de lideranças sindicais e populares. Porém, basicamente as audiências públicas se caracterizavam como encontros nas cidades-sede das regiões, entre membros do Executivo e Legislativo, em que se apresentava em linhas gerais o projeto de LDO e solicitava-se sugestões e contribuições das

entidades, prefeitos, vereadores e sociedade local. Para se ter uma idéia da baixa representatividade das categorias nas primeiras audiências, as questões que envolviam o funcionalismo público sequer constavam da pauta.

Em janeiro de 2005, uma surpreendente combinação de forças na Alesp muda o quadro que dava maioria ao governador Geraldo Alckmin (e conferia ao PSDB um poder monocrático). A aliança

Daniel Garcia



**Deputado Rodrigo Garcia (PFL), presidente da Alesp**

PT-PFL arrebatou das mãos do Executivo postos estratégicos, fazendo do deputado Rodrigo Garcia (PFL) o novo presidente da casa, derrotando assim o candidato do governador, deputado Edson Aparecido (PSDB). Substituiu o comando de um dos pilares da política fiscal do governo Alckmin, a Comissão de Orçamento e Finanças (COF): assume sua presidência o deputado José Calдини Crespo (PFL), e é designado relator da LDO de 2006 o deputado Edmir Chedid (PFL), ambos alinhados com Garcia.

Na nova configuração da Alesp, cabe a Chedid, assim, a tarefa de elaborar o parecer sobre o estratégico projeto de lei do Governo, acatando ou não as emendas de seus colegas. Durante dez anos o cargo fôra ocupado pelo deputado Roberto Engler (PSDB), que ficou conhecido por rechaçar, sistematicamente, quase a totalidade das emendas da oposição, chegando a declarar, publicamente, que seu único interlocutor era o Governo.

## **PFL NO PODER FALA EM “ABRIR CAIXA-PRETA” DAS UNIVERSIDADES**

Uma das expectativas das entidades ligadas à luta por mais verbas para a educação na LDO refere-se ao comportamento dos deputados do PFL. A postura mais independente será mantida, apesar de o partido ocupar agora o Governo do Estado, com Cláudio Lembo, e apesar das eleições de outubro de 2006? O deputado Edmir Chedid garante que sim. “Como líder do PFL eu defendo da mesma forma que no ano passado, e no que depender de mim vou fazer a discussão da LDO se

dar a partir dos patamares aprovados pela Casa em 2005”.

Para Chedid, o único fator que pode atrapalhar o processo é o sumiço dos reitores. “Ficaram de visitar a CFO, abrir a caixa-preta das universidades, assumiram este compromisso e até agora não cumpriram. Estamos esperando. Dizem que gastam os recursos financeiros na maioria com pessoal, que não existe verba para nada. Aguardamos a vinda deles para abrir a discussão. Quando não se tem nada a esconder fica mais fácil o diálogo. Seria importante até para que pudéssemos defender com mais clareza e transparência. Claro que ninguém suspeita de nada, a questão é tomar mais conhecimento do que realmente acontece, para onde vão os recursos, o que é que eles gastam, o que precisa ser feito”, diz Chedid.

O deputado Renato Simões, ex-líder da bancada do PT, diz que o quadro é novo e inspira maior grau de mobilização da sociedade, dos reitores e dos movimentos sociais por mais verbas para a educação, além de maior esforço de articulação política nossa na Casa, com o objetivo de ganhar cada vez mais deputados para esta bandeira. “Evidentemente que o ano eleitoral joga a nosso favor, na medida em que votações impopulares na boca da eleição podem comprometer as perspectivas eleitorais de muitos deputados. Portanto, isto sempre é um elemento que pode ser utilizado de forma favorável pelos movimentos sociais”.

Consultada pela *Revista Adusp*, a reitora Suely Vilela, presidente do Cruesp, informou, através de sua assessoria de imprensa, que não poderia se manifestar por falta de tempo. Mesma razão apresentada pelas assessorias dos deputados Edson Aparecido, Roberto Engler, Vaz de Lima e Sidney Beraldo, todos do PSDB.



Choque da PM investe contra manifestantes

A novidade traduz-se na realização de 49 audiências públicas em todo o Estado, em cidades-sede de regiões administrativas. Os encontros da COF com a população marcam o início de debates sobre o projeto de lei orçamentária que o governador Alckmin enviou à Alesp em abril. Nas discussões, a peça adquire feições regionalizadas e passa a expressar as reivindicações de entidades sindicais e populares. Cada deputado passa a ver acatadas emendas “pontuais”, até um valor total de R\$ 2 milhões, ao mesmo tempo em que as emendas de bancada e coletivas (regionais, por exemplo) são valorizadas e incorporadas à peça orçamentária.

A nova metodologia aponta demandas urgentes, como as rela-

tivas à saúde e à educação. Não se pode esquecer que em 2001 a CPI da Educação realizada na Alesp concluiu que a gestão de Covas (1995-1998) deixara de investir mais de R\$ 4 bilhões no setor. Em todas as audiências de 2005 são cobradas mais verbas para as universidades estaduais e para as unidades do Centro Paula Souza (Ceeteps). Além de abrir canais para a participação popular, reforçando o preceito constitucional e a vocação regionalizada do debate orçamentário, a extensão das audiências públicas presenciais marca um claro contraste com o espaço aberto pelo Executivo paulista para o acolhimento das sugestões da população, circunscrito à internet.

*Diante da movimentação, os próprios reitores vêem-se impelidos a comparecer à Alesp para reforçar, ainda que timidamente, a atuação do Fórum das Seis nas negociações por maiores repasses de verbas para as universidades*

As mudanças na Alesp combinam-se com uma forte mobilização do Fórum das Seis e de outros movimentos sociais, que por mais de um mês conseguem levar àquela casa

milhares de manifestantes, lotando as suas dependências e pressionando os deputados governistas. O Fórum das Seis adota a tática de propor aos deputados duas emendas que aumentam o repasse da cota-parte do ICMS para as universidades públicas — uma, de 9,57% para 11,6%; outra, de 9,57% para 10,6%. Outra emenda proposta define a destinação de um percentual fixo para o Ceeteps.

Diante da movimentação, os próprios reitores vêem-se impelidos a comparecer à Alesp para reforçar — ainda que timidamente — a atuação do Fórum das Seis nas negociações por maiores repasses de verbas para as universidades. Foi assim que, pela primeira vez na história do Cuesp, no dia 14 de junho, em audiência com o presidente da Alesp, o presidente da COF e vários outros deputados do PFL, PSDB, PT, PSB e PCdoB, o reitor da Unesp, Marcos Macari, então presidente do Cuesp, o reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge, e o então vice-reitor da USP, Hélio Nogueira da Cruz, manifestam de viva voz seu apoio às emendas à LDO apresentadas pelo Fórum das Seis. No dia 16 de junho, quando a COF realizou a sexta e última audiência pública da LDO de 2006, o presidente do Cuesp volta a comparecer e, convidado a fazer parte da mesa, afirma que “o oferecimento de mais recursos, para atender à demanda social, o grande papel da universidade pública, se faz necessário”.

Ao final dessa mesma audiência, diante de um plenário lotado de manifestantes, uma surpresa: o deputado pefelista Caldini Crespo faz uma autocrítica de seu próprio passado

de — nas suas próprias palavras — “deputado submisso” ao Governo estadual. Explica que, desde a eleição do novo presidente da Alesp, os parlamentares passaram a dividir-se em três grupos: a oposição, formada principalmente pelos deputados do PT; um grupo de situação “com autonomia”, formado pelos deputados do PFL, entre os quais ele obviamente se inclui; e um grupo de situação, formado pelos deputados do PSDB, aos quais ele chama de “base alienada” do Governo.

Finalmente, a COF aprova, por maioria (5 votos a 4), no dia 30 de junho, o relatório de Chedid, que incorporou ao projeto original enviado pelo Palácio dos Bandeirantes mais de 600 emendas e subemendas, selecionadas entre as 3.779 apresentadas. Assim, na LDO de 2006 as verbas para a Educação são ampliadas de 30% para 31% da receita tributária. USP, Unesp e Unicamp receberiam, em conjunto, 10% da cota-parte do ICMS, ao invés dos 9,57% dos anos anteriores. E, pela primeira vez, inclui-se uma dotação de 1% da cota-parte do ICMS para o Ceeteps. O relatório suprime o Artigo 29 do projeto do Executivo, que impunha o pagamento da parte patronal do Ipesp às universidades, sob pena de haver desconto deste montante na fonte dos repasses às universi-



**Passeata percorre a Avenida Paulista**

dades estaduais. O pagamento dos aposentados tem sido feito com os recursos destinados às universidades estaduais, sem contribuição específica alguma do Executivo em relação à conta da Previdência.

Conquistada a aprovação pela COF, resta levar o relatório de Chedid à votação em plenário, diante da reiterada recusa de Alckmin em negociar. Começam então as muitas escaramuças entre governistas e oposição, esta reforçada pelos “situacionistas autônomos”... O Governo ainda tem força suficiente para criar todo tipo de obstáculos em plenário. O equilíbrio entre situação e oposição é grande, e não há segurança quanto ao voto de alguns depu-



Deputado Engler (PSDB) desespera-se e protesta contra a mesa durante votação na CFO em 2005. Deputado Chedid (PFL), novo relator, aparece em primeiro plano

tados muito próximos do Palácio dos Bandeirantes.

No dia 7 de julho de 2005, depois de várias tentativas frustradas, o movimento de “rebeldia” da Alesp e a intensa mobilização do Fórum das Seis culminam com a aprovação, em sessão extraordinária, do projeto de lei da LDO. No entanto, essa aprovação ocorre mediante acordo que obriga os defensores do relatório de Chedid a abrir mão de emendas importantes para a saúde pública e para o funcionalismo. E sem nenhuma garantia de que Alckmin sancionará a lei.

Assim, embora as emendas aprovadas pelo parlamento injetem ao todo R\$ 470 milhões na educação, há uma expectativa desfavorável quanto à decisão do Palácio dos Bandeirantes. Sabe-se que o governador tende a vetar o projeto, e que nesse caso haverá grande dificuldade para derrubar o veto.

***Foi preciso que tivesse início a greve convocada pelo Fórum das Seis para que a mídia despertasse para a questão “LDO” e o veto de Alckmin. Só então os jornais e emissoras passaram a dedicar atenção ao que se passava na Alesp***

Efetivamente, Alckmin publica no *Diário Oficial* de 4 de agosto o veto às emendas mais relevantes. A partir daí, setores do movimento em prol da educação e outros segmentos sindicais e populares retomam a mobilização, desta vez pela derrubada do veto. “O fato de o governador ter vetado fez com que as pessoas se mobilizassem mais. O fato de ter

uma pauta como essa fez crescer as expectativas de muita gente por retomar a luta do movimento”, diz André Kaysel Velasco e Cruz, membro da diretoria do DCE-Livre da USP.

A COF entra em cena novamente, agora para apreciar e aprovar um parecer do relator Edmir Chedid, contrário à manutenção do veto, em 16 de agosto. E, em 25 de agosto, o Fórum das Seis deflagra uma greve pela derrubada do veto. (“A greve foi uma movimentação muito importante do ponto de vista político porque se trata, sobretudo, de criar uma tradição de acompanhamento destas leis de planejamento. É muito difícil conseguir ampliar os recursos da educação, em especial num momento no qual os governos, desde o federal até o municipal, tentam utilizar os recursos onde melhor lhes convier. Na verdade, fazemos um movimento contra a maré neoliberal”, diz César Augusto Minto, presidente da Adusp.)



No dia 26 de agosto, centenas de manifestantes concentram-se na avenida Paulista e saem em passeata até a Praça da República. A partir de 30 de agosto a Alesp é palco das manifestações em vários momentos. Enquanto os trabalhadores em greve e outras categorias enchem as galerias, entoando bordões como “Geraldo, ladrão, destrói a Educação”, e acompanhando as manobras da base governista para impedir a discussão do veto, do lado de fora, a Força Tática, a Cavalaria e outros contingentes da Polícia Militar investem contra os estudantes que protestam por não conseguir entrar no Palácio Nove de Julho (onde funciona a Alesp).

A retomada da mobilização teve um importante efeito colateral: “Foi preciso que a greve das universidades tivesse início para que os meios de comunicação despertassem para a questão ‘LDO’ e o veto do Governador. A partir daí, jornais e emissoras de rádio e televisão passaram a dedicar espaço ao tema, e à existência do veto de Alckmin à educação”, registrou o *Informativo Adusp* 198, de 19 de setembro.

***A luta pela ampliação dos recursos da educação na LDO vem desde o final dos anos 80, quando foi instituída a autonomia das universidades paulistas e o percentual vinculado era de 8%***



**Deputados Caldini Crespo (PFL), sentado ao centro, e Renato Simões, Mário Reali e Ênio Tato (PT), durante votação da LDO na Comissão de Finanças e Orçamento**

“O acontecimento relacionado à greve que recebeu mais atenção por parte dos meios de comunicação foi o confronto entre manifestantes e a tropa de choque da Polícia Militar (PM) nas imediações da Assembléia Legislativa (Alesp), em 14/9, enquanto ocorria a sessão extraordinária que discutia o veto do Governador. Um repórter-cinematográfico da Tv Globo foi seriamente ferido pela explosão de uma bomba lançada pela PM, e teve o pé engessado. Um estudante, também ferido por uma bomba da PM, precisou ser medicado no Hospital das Clínicas”. Nesse mesmo dia, um numeroso grupo de funcionários e estudantes decide permanecer no plenário, iniciando uma ocupação que vai durar 24 horas.

Apesar da robusta pressão popular, no dia 28 de setem-

bro a base do governo consegue manter o veto às emendas da LDO. Para derrubá-lo teriam sido necessários os votos de 48 dos 94 deputados estaduais. A derrota parlamentar, todavia, não arrefece os ânimos, conforme pudemos verificar ao consultar lideranças sindicais do funcionalismo público. Ficou a certeza de que a mobilização popular é o melhor caminho para buscar conquistas no Orçamento.

“Nossa intenção é participar de todas as audiências públicas”, diz, sobre a LDO de 2007, Maria Márcia da Silva Kesselring, presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (Sinpresp), presença constante na Alesp em 2005. Os peritos reivindicam, entre outros itens, reajuste salarial de 35%, como forma de atrair mais gente para a área e fazer frente ao desnível sala-

rial: enquanto os profissionais de Brasília, por exemplo, recebem salários em torno de R\$ 7 mil, os paulistas ganham R\$ 3.200.

“A LDO precisa de uma programação de atividades que, além de pressionar o Legislativo, também reflita diretamente no governador, senão ele põe a Assembléia para fazer o jogo sujo. Vamos ter que pensar neste ano [2006] como aliar ações de pressão sobre os deputados e o governo”, propõe Ângelo D’Agostini Júnior, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (Sindisaúde/SP). A categoria tenta potencializar a discussão sobre a LDO de 2007 em meio à campanha salarial, cujas reivindicações incluem o combate à terceirização e ao desvio de recursos para outras áreas.

Em agosto de 2006, quando fechávamos esta edição, o Fórum das Seis mantinha sob pressão a Alesp, tendo como referência preliminar, na luta por maiores verbas na LDO de 2007, sua pauta histórica de reivindicações: elevação do repasse para as universidades públicas estaduais, de 9,57% para 11,6% da cota-parte do ICMS; fixação de um repasse de 2,1% da cota-parte do ICMS para o Ceeteps; e elevação do montante de verbas destinado à educação, de 30% para 33% da receita de impostos. A luta pela ampliação dos recursos da educação na LDO vem desde o final dos anos 80 (governo Orestes Quércia), quando foi instituída a autonomia das universidades paulistas e o percentual vinculado era de

## CONTAS DEMONSTRAM FALÁCIAS

Não há justificativa financeira para o veto de Alckmin às emendas que aumentavam as verbas da educação na LDO de 2006. A conclusão é a essência do parecer 2075/2005, sobre o veto do governador, elaborado pela CFO. No documento, entre outros pontos, os deputados discordam das razões apontadas por Alckmin como base para o veto:

o excessivo grau de vinculação dos recursos orçamentários à educação, principalmente para as universidades, dificultaria de modo crescente a alocação de recursos disponíveis, comprometendo a execução de programas governamentais voltados para outras áreas prioritárias como habitação popular, saúde e ciência e tecnologia.

**Tabela 1 - Variação da Despesa Prevista do Centro Paula Souza e das Universidades Paulistas (2005/2006)**

	Orçado 2005	Orçado 2006	var. nominal	var. %
Centro Paula Souza	260.607.524	309.378.928	48.771.404	18,71%
Investimentos	39.602.000	39.911.010	309.010	0,78%
Outras despesas correntes	25.698.570	53.247.729	27.549.159	107,20%
Pessoal	195.306.954	216.219.713	20.912.759	10,71%
USP	1.990.921.522	2.246.419.071	255.497.549	12,83%
Investimentos	125.500.050	73.425.660	(52.074.390)	-41,49%
Outras despesas correntes	455.716.597	507.309.278	51.592.681	11,32%
Pessoal	1.409.704.875	1.665.684.133	255.979.258	18,16%
Unesp	948.512.819	1.034.796.628	86.283.809	9,10%
Amortização da dívida	461.708	385.025	(76.683)	-16,61%
Investimentos	60.141.788	46.598.476	(13.543.312)	-22,52%
Outras despesas correntes	223.584.424	225.904.946	2.320.522	1,04%
Pessoal	664.197.567	761.817.709	97.620.142	14,70%
Juros e encargos da dívida	127.332	90.472	(36.860)	-28,95%
Unicamp	932.667.949	944.942.936	12.274.987	1,32%
Amortização da dívida	73.449	61.250	(12.199)	-16,61%
Investimentos	10.200.040	25.150.491	14.950.451	146,57%
Outras despesas correntes	205.444.456	197.952.957	(7.491.499)	-3,65%
Pessoal	616.929.891	721.763.917	104.834.026	16,99%
Juros e encargos da dívida	20.113	14.321	(5.792)	-28,80%

Fonte: SIGEO e Projeto LOA 2006

**Tabela 2 - Variação da Despesa Total Prevista das Universidades Paulistas por Grupo de Despesas (2005/2006)**

Despesas Totais Universidades	Orçado 2005	Orçado 2006	var. nominal	var. %
Amortização da dívida	535.157	446.275	(88.882)	-16,61%
Investimentos	195.841.878	145.174.627	(50.667.251)	-25,87%
Despesas correntes	884.745.477	931.167.181	46.421.704	5,25%
Pessoal	2.690.832.333	3.149.265.759	458.433.426	17,04%
Juros e encargos da dívida	147.445	104.793	(42.652)	-28,93%
Total	3.772.102.290	4.226.158.635	454.056.345	12,04%

Fonte: SIGEO e Projeto LOA 2006.

Conforme as tabelas 1 e 2, o Ceeteps e as universidades não serão privilegiadas no Orçamento. No caso do Ceeteps, as despesas somariam apenas 0,78% (R\$ 309 mil) em relação a 2005. “As Fatecs e as ETEs foram o maior cabo eleitoral do Alckmin no último ano. Hoje, por todo o Estado há Fatecs e ETEs sendo criadas em estrutura física, mas em termos de pessoal, de investimento real em educação, auxílio de assistência estudantil, não tem nada na LDO para mantê-las”, diz o professor Milton Vieira do Prado Júnior, da Unesp e uma das lideranças do Fórum das Seis.

USP, Unicamp e Unesp não gozam de situação melhor. O investimento registrou queda de 25,87% (R\$ 50,6 milhões) em relação a 2005. “O governador disse em Marília que, para a região pobre do Estado, qualquer coisa está bom. Em seu governo foram criados sete novos *campi* da Unesp. São as chamadas *unidades diferenciadas*, parcerias com as prefeituras, que cedem o prédio e a limpeza, mas estão sempre sem dinheiro. A universidade acaba tendo que arcar com a despesa de mais um campus”, critica Prado Júnior.

**Tabela 3 - Cálculo do Percentual Aplicado nas Universidades**

Cálculo das Universidades	
USP	2.076.749.901
Unicamp	918.611.816
Unesp	959.511.418
Total (Fonte 1 - Tesouro Nacional)	3.954.873.135
ICMS - cota parte Estado	40.787.472.702
Lei Kandir	794.115.900
Total Receita	41.581.588.602
Percentual aplicado	9,511%
Percentual de 9,57%	3.979.358.029
Diferença para 9,57%	24.484.894
Percentual 10%	4.158.158.860
Diferença para 10%	203.285.725
Percentual 9,67%	4.020.939.618
Diferença para 9,67%	66.066.483
Total das despesas das Universidades	
USP	2.246.419.071
Unicamp	944.942.936
Unesp	1.034.796.628
Total (todas as fontes)	4.226.158.635
Percentual (todas as fontes)	10,16%

Elaboração: assessoria da Liderança do PT

O orçamento fica ainda mais estrangulado quando o governo propõe que as universidades incorporem a Faculdade de Química de Lorena (Faenquil, já encampada pela USP), Facul-

dade de Medicina de Marília e Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, que são estaduais mas ligadas à Secretaria de Ciências e Tecnologia. No caso da USP, a falta de recursos

**Tabela 4 - Variação do gasto e do número de Aposentados na Educação (2005/2006)**

DESCRIÇÃO	2005		2006		Variação Nominal e %			
	INATIVOS	RECURSOS	INATIVOS	RECURSOS	INATIVOS		RECURSOS	
Pagamento de aposentadoria - Fundef	107.882	1.995.524.070	75.214	1.875.796.108	(32.668)	-30,28%	-119.727.962	-6,00%
Pagamento de aposentadoria - Ensino Fundamental		10.000	27.974	690.863.993	27.974		690.853.993	6.908.539,93%
Pagamento de aposentadoria - Educação	22.096	402.442.938	28.766	710.897.433	6.670	30,19%	308.454.495	76,65%
Pagamento de aposentadoria - Ciência e Tecnologia	12.178	851.957.193	12.263	849.347.867	85	0,70%	-2.609.326	-0,31%
TOTAL	142.156	3.249.934.201	144.217	4.126.905.401	2.061	1,45%	876.971.200	26,98%

Fonte: SIGEO e Projeto LOA 2006  
Elaboração: assessoria da Liderança do PT

para consolidação da expansão de vaga, reflete-se na USP Leste, que ainda padece com a falta de alguns serviços básicos.

A **tabela 3** detalha os valores do Orçamento 2006, que prevê a aplicação de 9,51% do ICMS e Lei Kandir nas universidades paulistas, contra os 9,57% de 2005 e do projeto aprovado pela Assembléia.

Ainda no parecer, a CFO frisa que as emendas previam, de forma precisa, o montante dos recursos que serão destinados a cobrir as despesas decorrentes do aumento das alíquotas. O argumento do prejuízo a outras áreas prioritárias também é rebatido pelo relator que indica a necessidade de revisão da receita realizada ao longo dos últimos seis anos, em média

6% acima da receita prevista inicialmente.

Trata-se do resultado de manobras fiscais que subestimam a receita e permitem que o governador tenha recursos livres de qualquer imposição da LDO, para aplicar de acordo com sua vontade. “A sonegação é uma questão muito delicada, não só a sonegação das grandes empresas, mas as isenções fiscais que o Governo do Estado dá para estas grandes empresas, com a justificativa de estimular a atividade econômica. Nestas duas coisas, a sonegação e a isenção, metade dos recursos do ICMS se perde. Para cada um real arrecadado com o ICMS, um se perde e o governo do Estado é complacente, já que cria diretamente esta perda ao conceder isenção

fiscal, ou é complacente com a sonegação do empresariado”, diz André Velasco e Cruz, do DCE Livre USP.

O parecer do Legislativo ainda aponta que o Estado não deve considerar, para efeito do cálculo do percentual da educação, as despesas que não guardem relação com a manutenção do ensino, tais como benefícios previdenciários, aquisição de merenda e custeio de entidades ou atividades culturais. Estes gastos são justos e necessários, mas não podem ser computados na rubrica “Educação”. No Orçamento de 2006, a suposta elevação das despesas da Educação em 14,04% foi puxada pelo aumento do pagamento de inativos, conforme **tabela 4**. O valor representa perto de 44% dos recursos destinados à educação.



**Instituto Pasteur, vinculado à Secretaria da Saúde**

*Pesquisadores pertencentes aos quadros dos institutos públicos estaduais (IPPs) denunciam processo de desmantelamento, provocado pela queda nos orçamentos e baixos salários que resultam em evasão de profissionais. Além disso, a política do Governo estadual para os IPPs inclui dois fatores de privatização: a criação, em 2000, de uma agência, a Apta, voltada para os “agronegócios”, e a apresentação, em 2005, de um projeto da lei paulista de inovação tecnológica*

Daniel Garcia



# INSTITUTOS PÚBLICOS DE PESQUISA SOB AMEAÇA

Michele da Costa e Natalia Guerrero  
Jornalistas

**A**s perdas materiais e humanas dos institutos públicos de pesquisa (IPPs) intensificaram-se nas gestões tucanas do Governo estadual (1995-2006). A drástica redução nos orçamentos, bem como a defasagem salarial dos pesquisadores e funcionários, caracterizam a política aplicada aos IPPs pelos governos de Mário Covas e Geraldo Alckmin. As conseqüências são a evasão de pesquisadores — os quais, em busca de melhores salários, migram principalmente para as universidades — e enormes dificuldades na administração e no pleno atendimento da demanda, o que coloca em risco a manutenção de serviços fundamentais e estratégicos à sociedade.

Em documento intitulado “Manifesto ao Povo Paulista”, distribuído em setembro de 2005, a Associação dos Pesquisadores do Estado de São Paulo (APqC) afirma estar em curso uma tentativa de desestabilizar o quadro de recursos humanos, com o intuito de passar às mãos da iniciativa privada a responsabilidade pela prestação dos serviços. Na ocasião, estava sendo elaborada a proposta da Lei Paulista de Inovação — que viria a ser apresentada pelo Governo em fevereiro seguinte, tornando-se o PLC 4/2006 (vide p.59).

Embora o quadro de pesquisadores públicos dos institutos tenha sido reposto no ano passado (670 contratações, perfazendo um quadro total de 1.750 pesquisadores), a falta de solução para a histórica defasagem

salarial da categoria já provoca novas baixas. José Eduardo Tolezano, pesquisador do Instituto Adolfo Lutz e presidente da Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral (CPRTI) da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, estima que pelo menos 10% dos novos pesquisadores já deixaram seus cargos. Outros tantos nem chegaram a assumir, já que não é difícil encontrar no mercado privado, e até mesmo no setor público, melhores salários e condições de trabalho.

Comparativo da CPRTI aponta que em relação a outras instituições públicas, como os institutos de pesquisa do governo federal e as universidades paulistas, os salários oferecidos pelos IPPs são 55% mais baixos, em média. Quanto aos funcionários de apoio, além dos salários que não garantem sua subsistência, segundo a APqC, a maior cobrança é pela implantação de um plano de carreira.

***O Instituto Florestal tem apenas 1.100 funcionários, entre pesquisadores (100), vigias e funcionários de apoio, para cuidar de 900 mil hectares de parques, reservas e outras áreas***

A CPRTI reúne dados sobre os institutos, no período 2002-2005, que incluem orçamentos anuais,

quadros e salários, para elaborar um diagnóstico da situação e subsidiar a definição de melhorias. “Os orçamentos estão cada vez menores, defasados. Os institutos têm enfrentado dificuldades, devido também à pouca flexibilidade de gestão administrativa”, avalia Tolezano. O presidente da comissão afirma que a queda nos orçamentos dos IPPs ocorre há mais de uma década. A defasagem salarial dos pesquisadores se agravou em 1989, quando as universidades passaram a gozar de autonomia de gestão financeira, enquanto os IPPs continuaram subordinados ao Estado. “Nos últimos dois ou três governos estes problemas vêm ficando mais nítidos”, acrescenta Tolezano. Graças a informações obtidas com pesquisadores, foi possível identificar estas perdas em alguns institutos.

O pesquisador Marco Antonio Teixeira Zullo, assistente de direção do secular Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), informa que o orçamento anual era de 21 milhões de dólares, entre 1993 e 1994, enquanto hoje caiu para 17 milhões de dólares. Queda acentuada, apesar do crescimento registrado nos últimos anos — de 6% em 2004 e 7% em 2005. O diretor-geral do IAC, Orlando Melo de Castro, justifica a estagnação do orçamento nos anos anteriores pela queda na arrecadação de impostos do Estado, decorrente de recessão econômica. “Acredito que hoje a situação é mais saudável e há espaço para rever a questão dos salários”, pondera ele.

Outro exemplo é o Instituto Florestal, que tem um quadro de apenas 1.100 funcionários, entre pesquisa-



**IPPs como o Butantan gozam de reconhecimento**

dores (100), vigias e funcionários de apoio, para cuidar de 900 mil hectares de parques, reservas ecológicas e áreas de uso sustentável, que correspondem a aproximadamente 3% do território do Estado de São Paulo. Os números aproximados foram passados pelo pesquisador Luís Alberto Bucci, ex-diretor do instituto (2000-2001). Ele acredita que seriam necessários 2.600 funcionários. “As unidades ficam vulneráveis. É comum o roubo de palmito, plantas e a caça de animais. As ações de combate a incêndio também ficam prejudicadas”, comentou.

Antonio Carlos Pimentel Wutke, pesquisador aposentado pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), faz um retrospecto das lutas da categoria dos pesquisadores públicos, recordando os momentos decisivos do movimento pela implantação da carreira, que se



Daniel Garcia

internacional

tornou lei em 1975. Em 1974, relata, o Conselho do IAC precisou fazer uma representação para o Governo estadual, dada a situação crítica a que se chegara: “O Instituto tinha perdido muita gente, mais de 70 pesquisadores. A maioria foi para as universidades”, lembra-se. Uma situação semelhante à atual.

***“Ficam transformando institutos e universidades em uma rede de assistência técnica. O instituto perde a liberdade de pesquisa não relacionada a lucro”, protesta o pesquisador Antonio Wutke***

Wutke, hoje com 75 anos, é reconhecido por toda a categoria como uma voz incansável na luta por melhores salários, condições de trabalho e o bom funcionamento dos institutos públicos de pesquisa. Depois de 37 anos de carreira como pesquisador científico do IAC, período que inclui sua participação ativa na formação da APqC, em 1978, e a presidência da CPRTI, ele revela que aposentou-se, em 1994, porque não conseguia conviver com a situação “agonizante” do instituto — sua “segunda casa”, como gosta de dizer.

O declínio orçamentário, explica Wutke, não é obra exclusiva das gestões do PSDB. O pesquisador menciona um estudo que demonstra a queda vertiginosa dos orçamentos de alguns IPPs entre 1980 e 1985. “Ao final do período, somados os orçamentos dos cinco institutos subordinados à Secretaria de

Agricultura, o valor correspondia ao orçamento que o IAC tinha sozinho em 1979”, relembra.

Ele acredita que interesses econômicos de alguns grupos estão desvirtuando a função social dos institutos. “Ficam transformando os institutos e as universidades em uma rede de assistência técnica. O instituto perde a liberdade de pesquisa isenta, não relacionada a lucro. Muita gente vê estas instituições como um ‘porta-aviões’, onde tem a sua base, porque não quer se arriscar de todo na iniciativa privada”, protesta.

Régis Norberto Carvalho, presidente da Associação dos Funcionários do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), informa que os repasses anuais do Estado ao instituto correspondem a aproximadamente metade do que eram há 12 anos. A comparação do quadro de funcionários também chama a atenção: 2,5 mil em 1994; cerca de 800 hoje. Ao contrário dos outros 17 institutos do Estado, o IPT, vinculado à Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, é uma empresa de economia mista, em que o Governo figura como acionista majoritário. Por isso pode prestar serviços remunerados a entes públicos ou privados. Apesar disso, criou-se no IPT a esdrúxula figura de uma “fundação de apoio”, a Fipt (*Revista Adusp* 36, p. 52).

Outro instituto vinculado formalmente à Secretaria de Ciência é o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), que, assim como o IPT, localiza-se no campus da USP. No entanto, o Ipen tem uma curiosa natureza dúplice, pois subordina-



**Bucci, do Instituto Florestal****Instituto Florestal, ligado à Secretaria do Meio Ambiente**

se de fato à Comissão Nacional de Energia Nuclear, órgão federal.

A Secretaria de Planejamento do Estado foi procurada pela reportagem da *Revista Adusp* para dar informações sobre as finanças dos IPPs, mas não atendeu ao pedido.

***Agência encarregada de “gerar e transmitir conhecimento científico para os agronegócios”, a Apta baseia-se no entendimento de que os “institutos não têm futuro dentro da administração direta”***

Outra perturbadora amostra do processo de privatização dos institutos, na opinião de alguns dos pesquisadores ouvidos, foi

a criação, na segunda gestão Covas (Decreto 44.885/2000), da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), órgão que abarcou os seis institutos de pesquisa ligados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento — Agrônomo de Campinas (IAC), Biológico (IB), de Zootecnia (IZ), de Pesca (IP), de Economia Agrícola (IEA) e de Tecnologia dos Alimentos (Ital) — e cuja “missão” declarada é a de “gerar, adaptar e transferir conhecimentos científicos e tecnológicos para os agronegócios, visando o desenvolvimento sócio-econômico e o equilíbrio do meio ambiente”.

A Apta foi consolidada sob Alckmin por meio da Lei Complementar 895/2001 e do Decreto 46.448/2002. “Regular ou gerenciar, eis a questão”, resume ironicamente Manoel Leme, vice-presidente da APqC. Leme chama a atenção para a força “poderosíssima” que os seis institutos repre-

sentam e lamenta o que considera a desvalorização do setor público, decorrência do caminho neoliberal seguido pela chamada “agenda do desenvolvimento”, da qual a Apta seria um instrumento.

Wutke, um dos opositores da Apta desde seu surgimento, qualifica a agência como uma violação frontal da Constituição, pois estabelece uma ingerência externa nos institutos, tanto no que diz respeito às suas linhas de pesquisa quanto ao seu financiamento. “Covas e Alckmin rasgaram a Constituição do Brasil”, protesta. Para o pesquisador, a Emenda 11 do artigo 207 não deixa margem para interpretação quando concede aos institutos de pesquisa o mesmo tratamento dedicado às universidades: autonomia didático-científica e de gestão financeira e patrimonial.

Em artigo para a *Folha de S. Paulo*, publicado em 2002, Wutke também criticou o fato de, ini-

# CARÁTER PRIVATISTA DA LEI PAULISTA DE INOVAÇÃO SUSCITA FORTES CRÍTICAS

A possibilidade de privatização dos institutos, que já vinha sendo denunciada por entidades representativas da categoria, concretizar-se-ia por intermédio da venda para a iniciativa privada do conhecimento e tecnologia gerados pelo Sistema, com garantias de exclusividade para os compradores, que também poderiam utilizar-se de espaços, equipamentos, servidores e até de recursos públicos. Tudo isso está previsto na versão original do Projeto de Lei Complementar (PLC) 4/2006, do Governo do Estado, também conhecido como Lei Paulista de Inovação, que está pronto para ser votado em regime de urgência na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

Embora justificada pela necessidade de incremento ao setor produtivo com inovações em ciência e tecnologia (C&T), a exemplo da Lei de Inovação Tecnológica federal, alguns pontos cruciais da proposta vêm recebendo, tanto quanto sua congênere, duras críticas dos trabalhadores do setor e de parlamentares da oposição. Eles tentam, através de emendas, retirar o que chamam de “caráter privatista” do PLC. As conseqüências de uma eventual aprovação do PLC 4/2006 seriam desastrosas, avalia a APqC.

Entre os argumentos alinhados na exposição de motivos anexa ao PLC 4/06, assinada por João Carlos de Souza Meirelles (então secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico),

Daniel Garcia



**Percy Vieira, presidente da APqC**

está a incumbência do Estado de “propiciar meios para estimular a inovação tecnológica em ambiente produtivo”. Um dos pontos que mais preocupam a APqC é a possibilidade de uma única empresa vir a deter uma determinada tecnologia desenvolvida por um instituto ou centro de pesquisa público. Neste contexto, além dos aspectos sociais, a associação aponta inconstitucionalidade, já que a Constituição Estadual (artigo 269, parágrafo 1º, alínea 4) garante à população acesso aos benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico.

O pesquisador Régis Norberto Carvalho, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia do Estado (Sintpq) no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e presidente da Associação dos Funcionários do IPT, é a favor de uma lei paulista de inovação no tocante à aproxima-

ção entre os institutos e a iniciativa privada, pois acredita que os investimentos empresariais fomentariam a pesquisa, mas discorda de vários pontos do PLC. Destaca entre eles o que permite ao pesquisador se ausentar da função por até quatro anos, para prestar serviços à iniciativa privada ou empresa própria, com o objetivo de explorar sua criação, sem perder o cargo público. “O instituto poderá ficar sem retorno do investimento”, adverte.

A lei proposta também permitiria ao pesquisador afastar-se de suas funções, neste caso sem prejuízo dos vencimentos, para prestar colaboração ou serviço a outro instituto ou centro de pesquisa. A APqC acredita que esse dispositivo está relacionado à qualificação de instituições privadas — supostamente sem fins lucrativos — como organizações sociais (OS), possibilidade prevista no PLC.

“Nas organizações sociais o pessoal das instituições científicas e tecnológicas do Estado de São Paulo seria alocado sem prejuízo de vencimentos, mas com ônus para a origem (o Governo do Estado), conforme o artigo 16 da Lei Complementar Estadual 846/98”, destaca o presidente da APqC, Percy Corrêa Vieira, em documento intitulado “Carta aos Deputados”, encaminhado aos parlamentares no início de abril de 2006. A proposta assegura, ainda, ao pesquisador (ou aluno pós-graduando) dessas insti-

tuições, participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração de criação de sua autoria, mas sem proporções definidas.

No entendimento da APqC, que representa 1.400 dos aproximadamente 2.000 pesquisadores do Estado, a inserção das OS no Sistema estadual de ciência e tecnologia traria conseqüências negativas à sociedade democrática. “Estas OS absorveriam atividades dos institutos, pois retirariam deles certas atribuições através de contratos de gestão. Este é o retrato de uma visão neoliberal privatista, do estado mínimo. A conseqüência é a privatização da tecnologia. O privado poderá tirar patente, então o conhecimento não será mais de domínio público”, adverte Vieira, que é pesquisador do Instituto Geológico.

***Segundo a APqC, o Concite criado pelo PL 4/06 é um “conselho chapa branca”, pois “secretários de Estado estão duplamente representados”, ao passo que os pesquisadores e entidades como a SBPC não têm representantes***

Ele alerta, ainda, na “Carta aos Deputados”, que as OS não precisam contratar mediante concurso público e suas atividades não estão sujeitas à Lei de Licitações e nem à ação de órgãos fiscalizadores da correta aplicação de recursos públi-

cos, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE). “Tudo isso utilizando verbas públicas, espaços públicos, instalações públicas, servidores públicos etc., continuando, não obstante, como associações de direito privado, nas quais é vedada a interferência estatal. Os institutos de pesquisa são instrumentos de Estado e a Série de Classes de Pesquisador Científico uma carreira de Estado. É cabível a utilização desses elementos como indutores da inovação nas empresas, mas não como base de sustentação das mesmas”, considera Vieira.

Embora o Projeto de Lei 244 de 2005, de autoria do deputado estadual Carlos Neder (PT), que regulamenta a criação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (Concite), já estivesse tramitando na Alesp desde abril de 2005, a atualização da composição do Concite, com maior participação de representantes empresariais, está prevista na proposta de Lei Paulista de Inovação. A APqC questiona a legalidade deste Concite, regulamentado por decreto (40.150/1995), e ativo participante da elaboração da pretendida Lei Paulista de Inovação. Conforme o artigo 269 da Constituição Estadual, onde consta a criação do Concite, este teria de ser organizado e composto por lei, submetida à apreciação da Alesp.

“O colegiado que elaborou o projeto não é o Concite previsto na Constituição Estadual. Portanto o projeto apresenta vício de origem. Além disso, na proposta não há representação dos pesquisadores e entidades de classe, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Por outro lado,



**Régis Carvalho, do IPT**

secretários de Estado estão duplamente representados, e a iniciativa privada conta com oito assentos. É um conselho chapa branca”, acusa Vieira. A APqC também enxerga ilegalidade no PLC 4/2006 devido à falta de consulta prévia à Comissão Permanente de Regime de Tempo Integral (CPRTI), responsável por avaliar a produtividade e qualidade do trabalho dos pesquisadores para determinar a classe salarial de cada um, conforme previsto na Lei Complementar 695 de 1992.

A própria CPRTI tem posição contrária à proposta do governo paulista. O presidente da comissão, José Eduardo Tolezano, pesquisador do Instituto Adolfo Lutz, chama a atenção para o risco de desorganização de alguns dos serviços prestados hoje pelos institutos de pesquisa: “Ou tem ociosidade, e isso não acontece, ou haverá a descontinuidade de trabalhos em andamento. Não consigo conceber algumas atividades, como controle

de medicamentos, alimentos, ações em epidemias, deixarem de ser obrigação do Estado”, critica Tolezano.

A versão inicial do projeto recebeu 57 emendas, algumas incorporadas ao relatório final, elaborado pela Comissão Permanente de Cultura, Ciência e Tecnologia. “Neste projeto existe uma série de mecanismos que misturam o público e o privado”, critica o deputado Carlos Neder (PT). “A transferência de conhecimentos seria feita sem contrapartida do setor privado. Além disso, é prevista a regulamentação por decreto, que é a mesma coisa que dar um cheque em branco ao governo”, avalia o parlamentar.

Quem também tem pressionado os deputados para viabilizar emendas de seu interesse é a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), como noticiou o sítio *Inovação-Unicamp*. Entre outras coisas, a Fiesp quer eliminar a necessidade de licitação (concorrência pública) para a compra de tecnologias com exclusividade e incluir prazo para que o governo elabore um outro projeto de lei para dar incentivos fiscais às empresas que investirem em inovação tecnológica.

O professor Ricardo Neder, da Unesp de Rio Claro, acredita que as inovações tecnológicas geradas pelos IPPs podem ser voltadas à iniciativa privada, mas em casos específicos e que não interfiram diretamente nos custos de produtos indispensáveis à população em geral. Ele

exemplifica com os remédios genéricos e de uso contínuo, como a insulina (usada no controle do diabetes), cujas formulações devem ser de domínio público. Por outro lado, Neder teme o comprometimento de princípios básicos da Ciência, entre os quais neutralidade e autonomia.

“Justificam que os *royalties* (obtidos com a venda de tecnologias) custeariam universidades, mas o setor privado não faz nada de graça”, comenta. Além da necessidade de valorização dos IPPs, entre as soluções apontadas por ele também está o que chama de “maior capilaridade”, com a aplicação em larga escala das tecnologias desenvolvidas por pesquisadores públicos no setor público. O professor acredita que isso se daria, prioritariamente, através das prefeituras, que têm responsabilidade direta com a prestação de serviços essenciais, como saúde, saneamento, preservação do meio ambiente e alimentação.

Na “Carta aos Deputados”, a APqC pede a retirada da urgência na tramitação do PLC 4/2006, ou até mesmo a retirada do projeto, para que uma nova proposta seja encaminhada à Alesp com tempo suficiente para ser discutida amplamente por toda a sociedade. A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado foi procurada pela reportagem para responder às críticas, mas não atendeu ao pedido de entrevista.

cialmente, o Governo haver realizado por mera formalidade uma consulta à CRPTI, “um órgão normativo, decisório por lei”, e posteriormente ter desconsiderado o parecer da comissão, desfavorável à Apta. “Cabia ao governador conformar-se com a negativa ou recorrer ao Poder Judiciário para tentar superá-la”, escreveu. “Preferiu, entretanto, o senhor governador usar o rolo compressor da máquina governamental”, sustentou no artigo.

Após o advento da Apta, a estrutura de funcionamento dos institutos teria sofrido alterações para pior, segundo Wutke, que exemplifica citando a extinção de seções, substituídas por centros, acabando com alguns postos de chefia e submetendo o trabalho dos grupos a uma “diretoria distante, até mesmo geograficamente”. Além disso, haveria uma dependência mais forte das chamadas “parcerias”, constituindo por vezes entrave à autonomia da atividade de pesquisa. O pesquisador se inquieta com a tendência do Governo de se eximir da responsabilidade perante os institutos dessa forma, abrindo espaço para a influência dos interesses particulares. “Que particular vai financiar exclusivamente o interesse nacional só porque acha que tem que ser feito?”

Wutke denuncia o que considera um descaso com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, cujas contribuições históricas “qualquer país se orgulharia de ter”. Ele cita como exemplo a renovação da cafeicultura, baseada em varieda-

## INSTITUTOS SÃO 19

Os Institutos Públicos de Pesquisa do Estado de São Paulo e a quais secretarias estão ligados:

- *Agricultura*: Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Instituto Biológico, Instituto de Economia Agrícola, Instituto de Pesca, Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), Instituto de Zootecnia (IZ)

- *Planejamento*: Instituto Geográfico e Cartográfico

- *Saúde*: Superintendência do Controle de Endemias (Sucen), Instituto de Saúde, Instituto Pasteur, Instituto Lauro de Souza Lima, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, Instituto Butantan e Instituto Adolfo Lutz

- *Meio Ambiente*: Instituto de Botânica, Instituto Florestal e Instituto Geológico

- *Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo*: Instituto Paulista de Tecnologia (IPT) e Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen)



**Instituto Adolfo Lutz, também ligado à Secretaria da Saúde**

des desenvolvidas no IAC. “Não queremos ficar presos ao rococó. É preciso evoluir, sim, mas sem destruir o que a comunidade fez ao longo de 100 anos”, diz. Manoel Leme endossa a necessidade premente de se investir na pesquisa: “Educação e ciência e tecnologia são duas faces da mesma moeda. Se se joga em educação e ciência e tecnologia, não há o que temer”.

O diretor do IAC, Orlando de Castro, confirma a redução do número de cargos e a extinção de 37 seções técnicas. Também admite

a redução no número de pesquisas, mas afirma que muitas delas eram repetitivas, e que a intenção da agência é “desburocratizar” as ações do instituto.

“Os institutos não têm futuro dentro da administração direta, centralizada”. Essa é a opinião do coordenador da Apta, Luiz Fernando Ceribelli Madi, que acredita que os institutos precisam rever seu modelo jurídico para adquirir agilidade administrativa e atender à demanda do mercado, “exageradamente dinâmico”. Madi afirma que



Daniel Garcia

**Tolezano, da CPRTI**



## **NOVO MODELO DE C&T EXIGIRIA ALIANÇA DE IPPs COM MOVIMENTO SOCIAL**

Michele da Costa

Mais do que cobrar do Estado que reassuma seu papel de manter adequadamente o Sistema Público de Ciência e Tecnologia, a sociedade, em especial a comunidade científica e acadêmica, pode ir além e propor soluções que passam pela revisão do atual modelo político de ciência e tecnologia (C&T) praticado no Brasil. Afinal, por que os institutos de pesquisa foram criados e a quem beneficia sua privatização? Quais os interesses em jogo? Quem faz o convite à reflexão é Renato Dagnino, professor titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Dagnino aprofundou a análise do tema depois de participar do debate “Os Institutos Públicos de Pesquisa e o Desenvolvimento do Estado de São Paulo”, realizado na Assembleia Legislativa em 13 de setembro de 2005. O trabalho que apresentou, “A adequação sócio-técnica como insumo para a recuperação dos Institutos Públicos de Pesquisa”, realizado em parceria com Henrique Novaes, analisa desde as motivações históricas de criação dos IPPs até a proposição de um novo modelo político de C&T para o País.

Dagnino acredita que os IPPs foram criados, sem exceção, para atender aos interesses das elites. Os primeiros, na segunda metade do século XIX, “para o tratamento de moléstias (epidêmicas) com alto grau de especificidade, muitas inteiramente desconhecidas na Europa, sendo [tais IPPs] imprescindíveis para os padrões de saúde aceitáveis para as elites locais”. Em seguida vieram os institutos voltados para a produção agropecuária e de recursos naturais. “Estes tinham a função de assegurar as receitas de exportação geradas por produtos que também tinham características distintas dos europeus, vitais para o processo de acumulação de capital que se verificava nas economias latino-americanas”, destacam os autores.

Um outro momento histórico ocorre na década de 1940, com a transição do modelo econômico “primário exportador” para o de “industrialização por substituição de importações”, com a implantação dos institutos de pesquisa tecnológica.

A grande mudança do modelo, que culmina com a situação atual, se dá com a abertura comercial, a partir dos anos 1980, em que o Brasil passa a importar tecnologia em muito maior escala. “Então

há conversas para avaliar qual o melhor modelo jurídico para a Apta (autarquia, fundação, organização social). “Estamos conversando para que o Governo dê um salto para um processo de modernização”, afirma. Da mesma forma, quanto ao financiamento, o coordenador da Apta defende a gestão baseada em um “tripé orçamentário”, composto por Governo (preferencialmente por meio de contratos de gestão), órgãos de fomento (Fapesp, Capes etc), e iniciativa privada, por intermédio de parcerias.

para que produzir aqui se posso comprar lá fora?”, diz Dagnino, ironizando a nova mentalidade. É a partir deste momento que se observa a disfuncionalidade do Sistema de C&T brasileiro. “Institutos e universidades públicas ficam comprometidos com esta mudança radical do modo de acumulação capitalista brasileiro. Essa universidade aqui (Unicamp) é disfuncional para esse modelo. Forma aproximadamente 20 mil entre especialistas, mestres e doutores, por ano, mas apenas 3 mil estão na iniciativa privada fazendo pesquisa”, exemplifica.

Polêmico, Dagnino afirma que os IPPs sempre estiveram a serviço da elite. “Dizem que os IPPs foram muito importantes para os movimentos sociais e satisfizeram as necessidades da população. Mas para quem serviram os IPPs? Para a classe trabalhadora? Não. Mas sim para a acumulação de capital. Primeiro, para garantir a renda da oligarquia rural e salvar a pele da classe burguesa diante das grandes epidemias. Então o Instituto Paulista de Tecnologia (IPT) serviu para a burguesia paulista amontar a mais valia à custa dos trabalhadores. Como estamos sendo açoitados por essa elite suicida brasileira e pelo capital internacional, Banco Mundial, etc., a gente não pode dar a essa ameaça uma resposta corporativa, querendo dizer que no passado a coisa era muito boa. O complexo público precisa buscar novos aliados na sociedade, que não sejam a oligarquia rural, nem a burguesia brasileira, nem as multinacionais,

hoje maiores demandantes de C&T, como sempre”, argumenta o pesquisador da Unicamp.

Dagnino observa que a intenção de privatizar o sistema público de C&T existe há muito tempo, mas as ameaças são cada vez maiores. Segundo ele, as razões estão ligadas à predominância no Brasil, a partir de 1990, do neoliberalismo, que propõe o enxugamento do Estado, e justificam-se pela crise de acumulação do modo de produção capitalista. “Basicamente, existe mais dinheiro do que possibilidade de investí-lo produtivamente. As empresas passam a comprar o Estado para poder continuar acumulando. Essa é a raiz dessa crise que é jogada para cima do Estado, ao contrário do que coloca o neoliberalismo, que mostra o Estado como responsável pela crise, por sua ineficiência, por isso deveria ser privatizado. Não é verdade”.

***“Essa elite brasileira é tão míope e corrupta que parece querer é o patrimônio imobiliário do IAC”, diz Dagnino. “O discurso da esquerda e dos IPPs ainda é dirigido às elites. Mas na Argentina os IPPs estão atuando dentro do movimento social”***

As perspectivas de um novo modelo para o sistema depen-

deriam, portanto, de uma nova configuração da frente política que atua em sua defesa. “Os aliados têm de ser os movimentos sociais. O problema é que a C&T produzida no atual sistema não é apropriada a estas demandas. A Universidade brasileira está para a Universidade norte-americana assim como a economia brasileira está para a economia dos EUA? Não. Essa é outra disfuncionalidade, a *hi tech* (quando a empresa aplica mais de 4% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento), que na economia dos EUA pesa 16% do PIB. No Brasil, o peso do *hi tech* é 0%. No entanto, as universidades estão formando profissionais *hi tech*, uma imitação dos EUA”, discorre o professor.

Ele defende que a ciência seja construída socialmente. “As cooperativas, catadores de lixo, etc., não dispõem de tecnologia adequada, pois tudo que move a roda da tecnologia são as empresas, o capital. A ciência no mundo é do homem branco, não da mulher negra. Temos que fazer a desconstrução dessa tecnologia, que tem de ser redesenhada conforme as necessidades dos movimentos sociais”, explica.

Dagnino acredita que a alteração do modelo depende da intervenção popular, especialmente dos setores diretamente envolvidos. “Temos que intervir para colocar outro projeto em prática. Essa elite brasileira é tão míope e corrupta que me parece que o quer é o patrimônio imobiliário desses institutos. Quanto você acha que

vale o IAC? Vão jogar tudo abaixo e construir torres gêmeas, e na Fazenda Santa Eliza, que tem 712 hectares, farão um condomínio de luxo. Mas esse perigo iminente não pode ofuscar nossas mentes. A reflexão é ainda mais necessária neste momento. O discurso da esquerda universitária e dos IPPs ainda é dirigido às elites. Na Argentina, IPPs estão indo para dentro dos movimentos sociais e desenvolvendo tecnologia com eles. No Brasil, que eu saiba, isso não acontece nem de forma esporádica”.

A APqC, no “Manifesto ao Povo Paulista”, distribuído no debate de 13 de setembro último, acusa, sem entrar em detalhes, a existência de interesses de grupos econômicos que atuam no campo dos agronegócios, indústria farmacêutica, ecoturismo predatório e especulação imobiliária. Conforme o raciocínio da associação de pesquisadores, seria interessante para esses grupos terem livre acesso aos institutos, entre outras coisas, para “dominar processos produtivos de determinados bens e insu- mos decorrentes da pesquisa e que acabam, por força de lei, sendo colocados no livre mercado, forçando a competição e consequentemente preços acessíveis a produtos indispensáveis para a saúde e bem-estar da população”.



**Professor Renato Dagnino, da Unicamp**

Segundo o manifesto dos pesquisadores, entre os interessados também estariam alguns setores da administração pública que, “com o pretexto de buscar a modernização, desejariam, na verdade, vender projetos de seu interesse pessoal” (um tipo de apropriação semelhante ao que ocorre, por intermédio de fundações privadas “de apoio”, nas universidades públicas estaduais e federais).

Sobre a aliança com movimentos populares e mudança do modelo político de C&T, proposto por Dagnino, o presidente da APqC, Percy Vieira, responde: “Tem de atender à demanda da sociedade, todas, inclusive do capital. Isso é relativo, discutível”. Ele considera que os IPPs

Unicamp

não atendem somente às demandas das elites — cita, como exemplo, a perfuração de poços semi-artesianos pelo Instituto Geológico, a partir de 1938, para atender a comunidades carentes. “Depois, a iniciativa privada assumiu essa demanda”, acrescenta. No atual contexto econômico, Vieira acredita que o Brasil deve ter a sua própria tecnologia que lhe permita reduzir consideravelmente as importações.

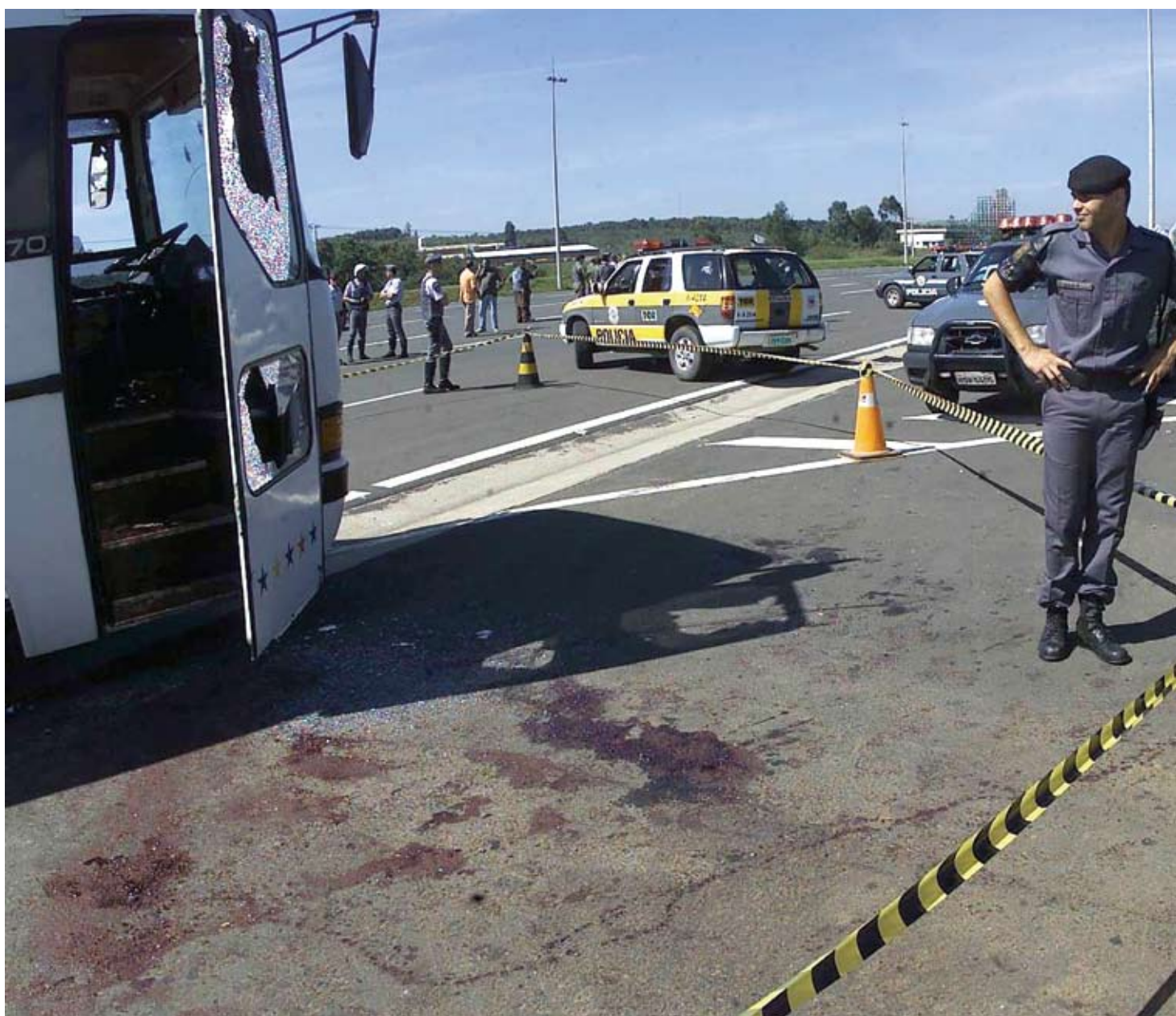
O diretor-geral do IAC, Orlando Melo de Castro, admite, porém, que as tecnologias desenvolvidas pelo Instituto são, em sua maioria, pautadas e melhor aproveitadas pelos grandes empresários, que têm mais recursos e acesso à informação.

“O problema não é com a geração de tecnologia, que é disponibilizada para todos, mas com a transferência. Buscamos levar esses conhecimentos aos pequenos produtores com os ‘Dias de Campo’ e as publicações na imprensa”, explica. No que diz respeito ao patrimônio imobiliário, Castro relata episódio que demonstra, de fato, o interesse nas terras da Fazenda Santa Eliza. Segundo ele, um grupo dono de um grande *shopping center* de Campinas indagou da possibilidade de pagar para explorar parte da área. O diretor-geral do IAC é a favor da concessão de parte da área, que fica ociosa a maior parte do tempo, mas não aprova a venda.



# POLÍTICA “LINHA-DURA” ACELERA A EXPANSÃO DO CRIME ORGANIZADO

Fausto Salvadori Filho  
Jornalista



*A política de segurança pública do PSDB sofreu uma reviravolta com a morte de Covas e a posse de Alckmin. Saíram de cena os programas de controle da violência policial. Na gestão do secretário Saulo de Abreu o número de mortos pela PM explodiu, mas a linha-dura não impediu que o Governo estadual virasse refém do crime organizado. A retaliação da PM à onda de ataques de maio de 2006 resultou numa chacina de “suspeitos” e inocentes e aterrorizou os moradores das periferias*



Agência Estado

*Operação que executou 12 na rodovia Castelinho, em 2002, assinala virada na política de segurança*

**M**odificar a natureza truculenta da polícia paulista — especialmente da Polícia Militar, conhecida internacionalmente após o massacre de 111 presos na Casa de Detenção do Carandiru, em 1992 — foi uma das principais metas da política de segurança pública da primeira fase do governo tucano, liderada por Mário Covas. Com a morte de Covas, em 6 de março de 2001, as medidas criadas para controlar a violência policial acabaram sepultadas com ele. Na segunda fase do governo do PSDB, o tucano virou ave de rapina. O número de civis mortos pela polícia explodiu. Pior ainda: episódios de matança policial passaram a ser valorizados como arma de propaganda política.

Mas, no fim das contas, nem toda a linha dura da gestão Geraldo Alckmin-Cláudio Lembo conseguiu impedir que o Estado se tornasse refém do crime organizado.

A execução de 12 criminosos do Primeiro Comando da Capital (PCC) numa emboscada montada pela Polícia Militar na rodovia Castelinho, um ano após a morte de Covas, foi o marco inicial da gestão do ex-promotor público Saulo de Abreu Castro Filho como secretário da Segurança Pública do período Alckmin. Seguindo na trilha de cadáveres aberta pela Castelinho, Saulo fechou as portas à sociedade civil e eliminou os controles da violência policial que haviam sido criados pelos secretários anteriores, José Afonso da Silva (1995-1998) e Marco Vinício Petrelluzzi (1999-2002).

O advogado constitucionalista José Afonso avalia, hoje, que a gestão Alckmin eliminou o projeto de uma polícia democrática que Covas havia tentado implantar. “A nossa era uma política de segurança democrática, o que significava, em primeiro lugar, o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. A política do Saulo tomou outro rumo, especialmente no que tange à ação da Polícia Militar”, compara José Afonso. “Havia uma orientação anterior de que o policial deveria matar os delinquentes. Em nosso período implantamos uma orientação diversa, instruindo os policiais a prender os suspeitos e levá-los a julgamento”, afirma Afonso, relatando a mentalidade assassina que encontrou na polícia. “Acho que [na fase Alckmin] essa orientação [de matar] voltou a ser tal como era antes.”

Ao assumir o Governo, em 1995, uma das primeiras ações de Covas foi a instalação da Ouvidoria da Polícia, primeiro órgão autônomo criado no Brasil para fiscalizar a ação policial. Outra medida foi a implantação do Programa de Acompanhamento para Policiais Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco (Proar), que obrigava os policiais envolvidos em homicídio de suspeitos a se afastarem do serviço de rua por dois meses, período em que passavam por acompanhamento psicológico e reciclagem profissional. “Polícia não é para matar”, justifica o ex-secretário Afonso. “O policial que matou a primeira vez, mesmo que em legítima defesa, vai começar a matar sem necessidade

se não receber um tratamento adequado.”

A gestão Covas também instituiu uma comissão de combate à letalidade policial, com representantes de movimentos sociais, e tornou obrigatório o exame resíduo gráfico (para detectar restos de pólvora) de policiais envolvidos em crimes de morte. Em 1997, foi criado o Programa Estadual de Direitos Humanos, nunca mais atualizado desde então. Um bem-sucedido projeto da sociedade civil, o Disque-Denúncia, criado pelo Instituto São Paulo contra a Violência, foi acolhido pelo governo em 2000 e, nos quatro anos seguintes, ajudou a polícia a libertar 46 vítimas de seqüestro.

Ainda na gestão Covas, iniciou-se a implantação de medidas na área de inteligência que receberam continuidade na fase Alckmin, como a mudança organizacional que fez coincidir as áreas das companhias da Polícia Militar com as delegacias da Polícia Civil, a implantação do Infocrim — um banco de dados *online* com estatísticas criminais permanentemente atualizadas — e a redistribuição dos efetivos policiais, que passaram a ser deslocados para as áreas mais problemáticas. “Tudo o que foi feito de positivo na política de segurança do PSDB aconteceu no começo, com os dois primeiros



**José Afonso da Silva, ex-secretário de Segurança Pública**

secretários. Com o terceiro, houve um retrocesso”, avalia Guaracy Mingardi, diretor-científico do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquentemente (Ilanud).

“O governo Covas foi um período de muitas conquistas da sociedade civil, depois de governos que não tinham nenhum discurso na área de direitos humanos”, afirma o deputado estadual Renato Simões (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa entre 1996 e 2004. “Quando Saulo assume, a situação se degenera.”

Agência Estado

**Enterro de policial assassinado**

***Saulo passou a controlar a informação, proibindo o acesso da imprensa a documentos públicos e entrevistas de presos. “Foi criado um bunker em relação à notícia”, diz o jornalista André Caramante***

Quando assumiu o Governo, em março de 2001, o governador Alckmin abandonou nas questões de segurança a imagem de católico bom-moço e passou a adotar uma retórica violenta. “Em São Paulo, bandido tem dois destinos: prisão ou caixão”, foi uma das frases disparadas por ele. “Talvez, num certo momento, Alckmin tenha adotado uma postura mais próxima do Maluf do que do Covas na matéria de segurança”, reconhece José Afonso.

O estilo “Charles Bronson de Pindamonhangaba” era uma resposta ao medo da violência que dominava a opinião pública na época. Embora os homicídios estivessem caindo desde 1999, a opinião pública permanecia dominada pelo impacto de crimes como o seqüestro do publicitário Washington Olivetto, o assassinato do prefeito Celso Daniel e a primeira grande demonstração de força do PCC — a megarrebelião de 29 unidades prisionais em 18 de fevereiro de 2001.

Para tentar conquistar a opinião pública, a gestão Alckmin-Saulo adotou o controle da informação como uma peça importante da política de segurança. Com a colaboração de Nizan Guanaes e de outros marqueteiros tucanos, o governo criou um plano de comunicação para reforçar a idéia de guerra contra o crime, no “velho estilo do bem contra o mal” (“Secretário defende ‘operação de guerra’”, *Folha de S. Paulo*, 11 de março de

2002). Para encarnar a contento o papel do bem, a Secretaria da Segurança Pública começou a barrar o acesso dos jornalistas a todas as fontes que não fossem a sua assessoria de imprensa.

“Foi criado um *bunker* em relação à notícia que diz respeito à segurança pública”, afirma o jornalista André Caramante, repórter da *Folha de S. Paulo*, para quem Saulo “comete todos os dias um atentado contra a liberdade de imprensa”. “Ele contratou uma assessoria de imprensa fortíssima, com vários jornalistas, maior do que algumas redações de jornais do interior, só para poder impedir que a notícia circulasse.”

O acesso da imprensa a boletins de ocorrência e outros documentos públicos nas delegacias foi proibido. Todas as informações sobre ocorrências policiais passaram a ser fornecidas exclusivamente pelo atendimento telefônico da assessoria de imprensa. Autoridades policiais foram proibidas de dar entrevistas sem o consentimento e a orientação da Secretaria da Segurança Pública. Para garantir o monopólio da informação, o Governo proibiu que suspeitos presos dessem entrevistas, impossibilitando os jornalistas de atender ao preceito básico de publicar todos os lados de uma história.

A blindagem também afetou a *Revista Adusp* na apuração desta matéria. A reportagem enviou por e-mail várias perguntas à assessoria de imprensa da Secretaria, que, depois de uma semana de insistência, limitou-se a dizer que é “cedo”

para fazer um balanço do trabalho do órgão. Por telefone, o assessor respondeu rapidamente a algumas perguntas pontuais. Sem citar números, mencionou a Via Rápida como exemplo de atuação efetiva contra os abusos policiais e o Disque-Denúncia como exemplo de “abertura” da gestão Saulo à sociedade civil, e se recusou a responder perguntas sobre o caso Castelinho. Quando questionado sobre outros pontos da reportagem, o assessor disse que precisava desligar e que telefonaria depois.

A blindagem se estendeu a outros setores da Segurança Pública. O padre Günther Zgubic, coordenador nacional da Pastoral Carcerária, conta que a entidade tem permissão para entrar em todas as unidades prisionais do Estado a qualquer momento, exceto naquelas que permanecem sob controle da Segurança Pública. “Nas unidades comandadas pelo Saulo a Pastoral não entra”, compara.

***“Saulo é o secretário mais autoritário da história da Secretaria da Segurança Pública, incluindo aí o período da Ditadura Militar”, afirma promotor que investigou Castelinho***

“Saulo simplesmente fechou as portas para a sociedade civil. Ele se recusa a ter qualquer tipo de contato com qualquer coisa que lembre democracia e direitos humanos”,

## O ESTADO EMPAREDADO PELO PCC

Não é de surpreender que as ações violentas da polícia paulista, como a Castelinho, desvinculadas de um trabalho coordenado de inteligência e prevenção, tenham sido inúteis contra o Primeiro Comando da Capital. A violência ilegal do Estado foi justamente uma das causas que levou ao surgimento do PCC. A facção foi criada em 1993 no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, o Piranhão, como uma reação às práticas de tortura sistemática da unidade e ao massacre do Carandiru, ocorrido no ano anterior. Tanto que Idemir Carlos Ambrósio, o Sombra, uma das principais lideranças da facção, assassinado em 2001, chegou a dizer para Ismael Pedrosa, que dirigia o Piranhão em 1993 (e a Casa de Detenção na época do massacre): “O PCC foi criado por nove pessoas: oito presos e o senhor”. O diálogo consta do livro de Josmar Jozino, *Cobras e Lagartos*.

As torturas e espancamentos nas unidades prisionais foram combatidos na gestão de Nagashi Furukawa na Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) — que é elogiada pelos movimentos de direitos humanos por sua abertura à sociedade civil. A saída de Furukawa do Governo, em maio, após perder a queda de braço com Saulo Abreu, revela muito da mentalidade que domina o Palácio dos Bandeirantes.

A criação de uma Ouvidoria, ainda que sem independência formal em relação à SAP, e a permissão de acesso às entidades

religiosas, ajudaram a diminuir os abusos: os casos comprovados de tortura caíram 80% entre o primeiro trimestre de 2003 e o de 2006. A criação de 67 mil novas vagas em unidades prisionais, entre 1995 e 2005 (contra 18.770 criadas nos 50 anos anteriores ao governo tucano), ajudou o governo Alckmin a cumprir a velha promessa de desativar a Casa de Detenção e a maioria das carceragens da capital, mas não eliminou a superlotação: em maio deste ano, havia 124.498 presos nas 144 unidades prisionais, para uma capacidade de 95.645. “A polícia está prendendo mais e o Judiciário soltando menos”, justifica a assessoria de imprensa da SAP. Atualmente 13 mil pedidos de benefícios, como livramento condicional e regime aberto, aguardam apreciação judicial.

No combate ao crime organizado, porém, a SAP demonstrou a mesma incapacidade do restante do Governo tucano. Na tentativa de desarticular o movimento, o órgão acabou sendo diretamente responsável pela expansão do PCC, ao espalhar suas lideranças por várias penitenciárias, inclusive de outros Estados. Na prática, a medida equivaleu a espalhar pelo país embaixadores do PCC, que instalavam células da facção onde chegavam. Com o tempo, as diversas facções tornaram-se instâncias de poder dentro dos presídios, com as quais administrações passaram a negociar. “Nos presídios dominados pelo PCC, o diretor

tem sempre que discutir as medidas administrativas mais importantes com o ‘piloto’ do Partido”, afirmou um funcionário do sistema prisional ouvido pela reportagem.

“Se as facções tivessem esse poder de mando e desmando sobre os servidores do Estado, todos os presos estariam na rua. É inegável o crescimento das facções, mas também são incontestáveis as atitudes do Estado em relação à sua atuação”, rebate a assessoria de imprensa da SAP.



**Superlotação dos presídios é o pano de fundo das rebeliões**

Agência Estado

***“Uma massa de excluídos começa a existir quando passam a pertencer ao grupo. Antes invisíveis para a sociedade, agora têm força suficiente para dizer ao Estado o que querem”, diz assessor da Pastoral Carcerária sobre as facções***

José Jesus Filho, assessor judiciário da Pastoral Carcerária, considera que as más condições dos presídios também estimularam o fortalecimento do PCC junto à massa carcerária, na medida em que a facção se legitimava como “representante” das reivindicações dos presos e, no vácuo do Estado, ajudou a colocar ordem nos presídios. “A arbitrariedade entre os presos diminuiu, porque o PCC controla as agressões entre eles”, afirma. Segundo ele, o crime organizado dá ao criminoso uma sensação de reconhecimento que ele nunca

havia recebido do restante da sociedade. “Uma massa de excluídos começa a existir quando passam a pertencer ao grupo. Eles, que eram invisíveis para a sociedade, agora têm força suficiente para dizer ao Estado o que querem”, afirma.

Como outras facções surgidas nas prisões, a exemplo da Camorra italiana e do Comando Vermelho carioca, o PCC logo espalhou sua influência para além das grades e passou a dominar boa parte do tráfico de drogas no Estado. Na esteira do enfraquecimento do CV, tornou-se a principal facção criminosa do país.

A polícia adotou várias ofensivas contra o PCC, algumas até dentro da lei. A principal se deu em 2002: a partir de informações obtidas mediante a delação premiada de dissidentes da facção, o Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic) conseguiu submeter as lideranças do grupo ao Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) no presídio de Presidente Bernardes, tido como o mais seguro do país. Criado por Furukawa, o RDD causa polêmica entre juristas, pois mantém o preso

isolado na cela 22 horas por dia, sem contato com outras pessoas. Nem mesmo esse regime, contudo, conseguiu impedir que as lideranças do PCC continuassem a comandar a facção de dentro dos presídios, como se veria mais tarde.

As declarações feitas na época pelo diretor do Deic, delegado Godofredo Bittencourt, deixam claro que a polícia não sabia com o que estava lidando. Para ele, o PCC havia se tornado “uma organização falida e desmantelada”. “Se o PCC tinha uma boca cheia de dentes, agora tem um dentinho ali e outro lá. Não morde mais ninguém”, afirmou.

A frase comprova a opinião do pesquisador Guaracy Mingardi, do Ilanud, para quem a polícia paulista só adota uma postura “reativa” em relação ao crime, com pouca capacidade de prevenção. Em 2003, o PCC executou mais de 45 ataques contra forças da segurança no Estado de São Paulo e assassinou o juiz-corregedor Antonio José Machado Dias. Três anos depois, a mesma organização falida e banguela faria 10 milhões de paulistanos se trancarem assustados dentro de casa.



Agência Estado



**Policial Civil monta guarda no IML: tensão**

**Corpos lotaram as dependências do IML**

ataca o promotor Carlos Cardoso, assessor de Direitos Humanos do Ministério Público de São Paulo. “É o secretário da Segurança mais autoritário e arrogante da história da Secretaria da Segurança Pública, incluindo aí o período da Ditadura Militar”.

Cardoso investigou a operação Castelinho, detonada em 5 de março de 2002, um mês após Saulo assumir o cargo. Na época, o Governo apresentou o massacre como uma operação policial exemplar: 12 bandidos fortemente armados, que haviam mobilizado um ônibus e duas caminhonetes para roubar um avião pagador em Sorocaba, encontram-se no meio do caminho com a PM, que já sabia do roubo graças a um meticuloso trabalho de inteligência. Os bandidos atiram, os PMs revidam e matam (para não morrer) 12 inimigos da sociedade. Uma ação edificante — se fosse verdade.

A cúpula do Governo apoiou o massacre com entusiasmo, a ponto de utilizá-lo como bandeira política

naquele ano eleitoral. “Um primor de operação”, saudou Saulo. “A polícia venceu mais uma batalha”, congratulou-se Alckmin. A Castelinho revelou-se um sucesso de crítica e de público. O *Jornal da Tarde* publicou uma página inteira só com cartas de leitores elogiosas à chacina, e mesmo articulistas como Clóvis Rossi apoiaram a ação (“A guerra e os mortos”, *Folha de S. Paulo*, 12 de março de 2002).

A armação acabou desmontada pelas investigações do Ministério Público. Os promotores concluíram que os criminosos do PCC foram atraídos a uma emboscada armada por policiais do Grupo de Repressão e Análise a Delitos de Intolerância (Gradi), que recrutaram bandidos “de confiança” com a missão de convencer os colegas a roubar um avião pagador que nunca existira. A estratégia do Gradi de retirar ilegalmente bandidos dos presídios para infiltrá-los em investigações contra o PCC, com a conivência do Judiciário, começou em 2001 (ainda no período Petrel-

zzi, portanto) e já havia provocado mortes dos próprios infiltrados, em operações atrapalhadas. No caso da Castelinho, os bandidos infiltrados forneceram aos demais até o armamento que seria usado no suposto roubo, sem revelar que a munição era de festim. No dia combinado, policiais militares cercaram o grupo na rodovia e executaram os 12 criminosos sem chance de defesa com 61 tiros, a maioria na cabeça — conforme relatório elaborado a pedido do advogado e ex-promotor público Hélio Bicudo, representante no Brasil da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

“A Operação Castelinho foi a maior farsa já protagonizada pela polícia de São Paulo”, afirma Cardoso. O Ministério Público denunciou pelo crime 53 policiais, que ainda aguardam julgamento. Os comandantes e os delegados envolvidos na montagem da operação foram promovidos e hoje ocupam cargos no primeiro escalão da Segurança Pública — como demonstra Josmar Jozino no livro *Cobras e*



**Sepultamento de "suspeitos" mortos pela PM**

*Lagartos* (Objetiva, 2005).

Além de elogiar publicamente a brutalidade policial, a gestão Saulo eliminou a comissão de letalidade e o Proar — que acabou substituído por um certo Programa de Apoio ao Policial Militar (PAPM), descrito pelos especialistas como pró-forma, criado para atender a pressões internacionais. “O Proar era um avanço extraordinário, mas foi praticamente extinto e não tem mais nada da estrutura que tinha anteriormente”, aponta o coronel reformado da PM José Vicente da Silva, membro associado do Instituto Fernando Braudel e coordenador de planejamento da Secretaria da Segurança durante a gestão José Afonso. Já a comissão de letalidade deixou de se reunir e só seria retomada discretamente no final de 2005, segundo o ouvidor da polícia Antonio Funari.

Um ponto positivo foi a implantação da Via Rápida, destinada a agilizar os processos contra policiais nas Corregedorias. Segundo dados da Ouvidoria, houve um aumento

do número de policiais expulsos ou demitidos: de 526 em 2002 para 878 em 2003. No ano passado, o número foi 427, o menor nos últimos cinco anos. A Via Rápida, porém, não alterou a estrutura das corregedorias, que continuam subordinadas às cúpulas policiais — o que ajuda a explicar por que violações tão óbvias, como a do caso Castelinho, não foram investigadas pela polícia, mas pelo Ministério Público.

Na mesma época, a gestão Saulo também passou a mover um boicote contra o trabalho da Ouvidoria da Polícia, segundo o então ouvidor Fermino Fecchio, que deixou o cargo em 2003. Alckmin chegou a convidar o ouvidor pioneiro do período Covas, Benedito Mariano, para reassumir a função no lugar de Fecchio, mas ele recusou. “Eu acompanhava o trabalho dos ouvidores e sabia que meu trabalho não teria o mesmo apoio do governador que eu havia recebido na época de Covas”, explicou Mariano à *Revista Adusp*. O atual ouvidor, Antonio Funari Filho, diz que não há boi-

cote da Segurança e que a Ouvidoria conta com o “estritamente necessário para funcionar”.

***Em 2003, a polícia matou mais do que a soma dos três primeiros anos do governo Covas. No mesmo ano, o Ministério Público denunciou grupos de extermínio formados por policiais em Ribeirão Preto e Guarulhos***

A soma de tudo resultou que, mesmo com a criminalidade em queda, a violência policial explodiu e chegou ao auge em 2003, quando a polícia matou 915 pessoas — mais do que a soma dos três primeiros anos do governo Covas.

A esta altura, o Governo constatou que a produção de cadáveres já não fazia tanto sucesso junto à opinião



pública, atingida pelas denúncias do Ministério Público sobre a existência de grupos de extermínio formados por policiais em Ribeirão Preto e Guarulhos, em 2003, e pela morte do dentista Flávio Ferreira Sant'Ana, em 2004. Negro, Flávio havia sido confundido com um ladrão e assassinado por PMs, que “plantaram” uma arma junto ao seu corpo para simular uma troca de tiros. Nos dois anos seguintes, o número de mortos pela polícia voltou a cair: foram 663 em 2004 e 329 em 2005.

Nem mesmo toda a linha-dura do período Saulo, contudo, conseguiu impedir a expansão vertiginosa do PCC dentro e fora do Estado de São Paulo (vide p.70). Na segunda semana de maio, a facção desferiu o pior ataque do crime organizado contra o Estado brasileiro: foram cerca de 300 atentados contra policiais, ônibus e agências bancárias. No dia 15, o medo impôs um toque de recolher informal que fez os moradores de São Paulo, capital, saírem mais cedo do trabalho para se trancarem dentro de casa.

Na ocasião, Saulo de Castro afirmou que a Secretaria da Segurança Pública tinha conhecimento antecipado dos ataques e que os policiais foram avisados, atribuindo o número elevado de mortes a policiais que não levaram a advertência a sério. A Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar contestou o secretário, afirmando que o alerta geral para a polícia só veio depois das primeiras mortes.

Em três dias, o PCC matou mais de 45 pessoas: 30 policiais (inclusive um bombeiro), três guardas municipais, oito agentes de segurança

## QUEDA DOS HOMICÍDIOS: MÉRITO DO

Os governos do PSDB conquistaram vitórias impressionantes na redução dos índices de criminalidade, segundo todas as estatísticas, e não apenas as da Segurança Pública. Um estudo da Unesco apontou uma redução de 45% nos homicídios entre 2001 e 2004, revertendo uma tendência de crescimento médio de 8% ao ano, registrado entre 1993 e 1999. No Jardim Ângela, bairro classificado pela ONU como o mais violento do mundo em 1996, o número de homicídios caiu de 309 em 2001 para 172 em 2004, segundo a Fundação Seade.

Os homicídios caíram em todo o país, mas numa proporção bem menor. A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada neste ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatís-

tica, mostrou queda de 7% nos homicídios entre 2003 e 2004.

“O Estado de São Paulo passou pelo que eu considero um dos três maiores fenômenos de redução de violência dos últimos 20 anos no mundo, ao lado de Nova Iorque e de algumas cidades da Colômbia, como Bogotá e Cali”, afirma José Vicente da Silva, coronel reformado da PM. “Temos hoje por volta de oito homicídios por dia na cidade de São Paulo, menos da metade do que tínhamos há 20 anos, apesar do crescimento da população”.

Vicente credita o mérito pela queda dos homicídios ao governo tucano, especialmente à fase Alckmin, que soube “dar prioridade à segurança”, fazendo triplicar o orçamento destinado ao setor, de R\$ 2,658 bilhões em 1999 para R\$

penitenciária e quatro civis. Muitos mais foram mortos na reação policial: segundo admite o próprio Governo, na mesma semana 109 pessoas foram mortas pela PM. No primeiro semestre de 2006, a polícia matou 328 pessoas, praticamente o mesmo número de mortos em todo o ano de 2005. Mesmo após várias denúncias de abusos, a Polícia Militar continuou a afirmar que todas as vítimas da polícia eram “bandidos” e que apenas o PCC havia matado inocentes, conforme o comandante-geral da PM, coronel Elizeu Eclair Teixeira Borges, reafirmou em agosto.



Blitz policial após os primeiros ataques

## ESTADO?

6,372 bilhões em 2004. “O investimento não foi apenas ampliado, mas aplicado de forma bastante sensata”, afirma, referindo-se ao investimento em inteligência, por meio de ações como o Infocrim.

Nem todos os especialistas dão o mesmo peso ao Governo estadual na redução da criminalidade. O pesquisador Guaracy Mingardi e o ex-ouvidor de polícia Benedito Mariano, atual secretário de Gestão Estratégica de Osasco, preferem creditar a redução dos homicídios a outras causas: o desarmamento da população, com o endurecimento das leis de porte ilegal e o recolhimento de 150 mil armas em três anos; a queda no consumo de crack; e a entrada dos municípios como novos atores das políticas de segurança pública.

Além de aparelhar as Guardas Civis Municipais, as prefeituras adotaram políticas que tiveram impacto na redução da violência, como o investimento em iluminação pública ou o fechamento de bares em áreas críticas — medida que reduziu em 65% os homicídios em Diadema. A atuação da sociedade civil também pesou na redução da criminalidade. “Só no Jardim Ângela, são pelo menos 40 ONGs que trabalham com a violência”, afirma Mariano.

Mingardi considera que a polícia do período PSDB investiu pouco em inteligência e manteve uma postura conservadora, limitando-se a reagir contra a violência com ações imediatas. “A máquina do Estado é muito lenta para acompanhar o crime”, afirma Mingardi,

citando como exemplo a migração entre crimes, em que ladrões que roubavam carros-fortes passaram a fazer seqüestros e hoje fazem arrastões em condomínios. “A política de segurança precisaria prever e se antecipar a essas migrações”, diz Mingardi. A mesma falta de visão preventiva verifica-se, segundo ele, na política ineficaz de combate ao crime organizado.

Para Mariano, a polícia segue um modelo militarizado, de valorização da ação repressiva em detrimento da prevenção. “É um modelo que se fortaleceu durante a era Vargas e a Ditadura de 64, e que tem suas raízes na polícia do Império”, afirma. Na visão do primeiro ouvidor de São Paulo, a segurança pública paulista está dois séculos atrasada.

Agência Estado



O PCC executou duas novas ondas de ataques concentrados, nas primeiras quinzenas de julho e agosto. No mesmo período, 16 agentes penitenciários foram mortos. De maneira mais ou menos esparsa, contudo, os atentados prosseguiram sem interrupção em várias cidades do Estado.

Agindo como um grupo terrorista, o PCC passou a destruir alvos simbólicos, ligados aos grupos de poder da sociedade: além de delegacias e batalhões, os ataques atingiram bancos, supermercados, ônibus, câmaras municipais, o Ministério Público. Não

demorou para que a violência alcançasse diretamente a mídia, com o seqüestro, em 12 de agosto, do repórter Guilherme Portanova, da Tv Globo — libertado em troca da transmissão, em rede nacional, de um libelo do PCC contra a política carcerária.

Ao longo de todos os ataques, Lembo e outras autoridades tentaram tranquilizar a população repetindo que a situação estava “sob controle”. O Governo acaba de maneira melancólica, com o governador Cláudio Lembo dizendo rezar a Deus para que sua interinidade chegue logo ao fim.

# DEFENSORIA PÚBLICA SURGE NO ÚLTIMO ANO DE GESTÃO ALCKMIN

Alessandra Mota e Natalia Guerrero  
Jornalistas

**A** Constituição Federal (1988) e a Constituição do Estado de São Paulo (1989) prevêm a criação da Defensoria Pública, órgão encarregado de oferecer assistência jurídica gratuita para a população de baixa renda. O descumprimento da Constituição, por longos anos, perpetuou o histórico cerceamento de direitos de milhões de cidadãos que ficam impossibilitados de defender seus interesses, por falta de informação e de representação adequada. Em janeiro de 2006, esta dívida do Governo paulista para com sua população mais pobre pareceu ter sido quitada, quando o governador Alckmin sancionou a Lei Complementar 988/2006, que cria a Defensoria Pública, e ao mesmo tempo nomeou, para exercer interinamente o cargo de defensora pública do Estado, a procuradora Mariangela Sarrubbo.

A procuradora já conhecia bem o tema, pois ao longo de vários anos coube à Procuradoria Geral do Estado (PGE) oferecer o serviço de assistência jurídica gratuita, por intermédio da Procuradoria de

Assistência Judiciária (PAJ). Até fins de 2005, Sarrubbo foi a subprocuradora geral da área de assistência judiciária, ou seja, a principal responsável pela PAJ. Além disso, a lei 988/2006 determina que durante um ano a PGE/PAJ atue conjuntamente com a recém-criada Defensoria.

O artigo 2º das Disposições Transitórias da Lei 988/2006 define que, no prazo de 30 dias contados da posse do defensor público-geral do Estado, deveria ser deflagrado “procedimento de abertura de concurso de ingresso dos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado”. No entanto, só no dia 30 de junho é que foi lançado o edital para o primeiro concurso público de ingresso na carreira, com 180 vagas. Mas a estruturação do corpo da Defensoria teve início em 30 de março, com o decreto que efetivou como defensores públicos os procuradores do Estado que optaram pela esta carreira, num total de 87.

No dia 2 de maio, ocorreu a eleição para o cargo de defensor público-geral do Estado, interinamente ocupado pela procuradora Mariângela Sarrubbo. A consulta realizada

entre os defensores públicos atuantes na PGE/PAJ deu origem a uma lista tríplice que foi submetida ao governador Cláudio Lembo (PFL). Resultou do processo, em 11 de maio, a nomeação da terceira colocada na lista, Cristina Guelfi Gonçalves. O candidato mais votado, Vitore Maximiano, foi preterido apesar de ter recebido 80% dos votos.

“Lamentamos que o Governador não tenha escolhido o mais votado, mas reconhecemos que a defensora é uma pessoa comprometida com as tarefas da Defensoria e à altura dessas tarefas”, avalia o deputado Renato Simões (PT), que presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Alesp em duas legislaturas. Visão semelhante à de Maria Gorete Marques de Jesus, do Centro Teotônio Vilela, uma das 371 entidades que integram o Movimento pela Defensoria Pública. Gorete aponta como preocupação central nesse momento a manutenção dessa abertura ao longo do tempo. “Queremos saber como vai ser a articulação com os movimentos sociais, com a sociedade civil”, explica.

Nesse sentido, a existência de um ouvidor geral para a Defensoria foi

*No último ano de sua segunda gestão, o governador Alckmin sanciona a lei que cria a Defensoria Pública do Estado, finalmente atendendo a uma obrigação criada pela Constituição Federal de 1988 e à reivindicação de centenas de entidades ligadas à defesa dos direitos das mulheres, dos afrodescendentes e dos direitos humanos em geral. Implantada a Defensoria, São Paulo deixará de figurar entre os três únicos Estados do país que ainda não contavam com esse órgão*

considerada sinal de disposição de dialogar com a sociedade. O ouvidor dispõe de assento no Conselho Superior da Defensoria pública, mas não tem voto, ao contrário do que reivindicava o Movimento. O deputado Simões elogia, porém, o que considera um “modelo avançado”, em que o ouvidor é nomeado dentre uma lista tríplice proposta por entidades organizadas por meio do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe). Assim como se deu com a eleição para defensora pública geral, o nome escolhido para a Ouvidoria, Willian Fernandes, figurava como terceiro da lista.

Adriana Loche, do Centro Santo Dias, também ligado ao Movimento pela Defensoria Pública, reconhece a capacidade dos nomeados para ambos os cargos, mas acredita que a opção do governador não foi aleatória. “É um recado político”, adverte. “As pessoas selecionadas eram as menos experientes. Pessoas com décadas de experiência foram preteridas”, critica.

Quando efetivamente sair do papel, a Defensoria poderá resolver casos como o da trabalhadora Simone André Diniz, que em 1997,

Daniel Garcia



**Procuradora Mariângela Sarrubbo**

ao deparar-se com a oferta de uma vaga de empregada doméstica no jornal *Folha de S. Paulo*, entrou em contato com a anunciante, mas foi descartada da seleção devido à cor da pele, “negra”. Registrou boletim de ocorrência na extinta Delegacia de Polícia de Crimes Raciais, mas o caso não foi adiante: “Procurei meus direitos após essa discriminação, mas até hoje nada foi resolvido”, relata. Segundo o advogado Sinvaldo José Firmo, do Instituto do Negro Padre Batista, que prestou assistência jurídica a Simone, o Ministério Público deu parecer sugerindo arquivamento do caso — e o juiz acatou. “Tivemos de protocolar a denúncia na Comissão

Interamericana de Direitos Humanos da Organização de Estados Americanos (OEA), tudo porque a justiça brasileira tem resistência muito grande à questão racial”, informa Firmo.

A criação de um órgão específico de atendimento aos casos de violação de direitos humanos seria essencial no processo de interpretação da justiça nas questões raciais, segundo o advogado. Das 234 comarcas hoje cobertas pela PAJ, 22 são atendidas por 332 procuradores e as restantes por 49 mil advogados conveniados. Em 2003, a PAJ atendeu 620 mil casos, muito menos que os 2 milhões de atendimentos previstos pelo Governo estadual com a criação da Defensoria Pública. No Rio de Janeiro, por exemplo, que no *ranking* das defensorias públicas estaduais do Ministério da Justiça figura como a segunda melhor do Brasil, cerca de 699 defensores públicos atenderam em 2003, com orçamento em torno de R\$ 112 milhões, mais de 2,2 milhões de casos.

Já em São Paulo, os 332 procuradores atenderam apenas 616 mil casos, a um custo de R\$ 250 milhões. Mariângela Sarrubbo, que falou à *Revista Adusp* antes de sua interini-

dade na Defensoria, afirma que o alto custo da PAJ não causa déficit no Orçamento estadual, pois a verba é proveniente do Fundo de Assistência Judiciária. “O Fundo tem muito dinheiro; já para manter a Defensoria os recursos devem sair do Tesouro”, explica. Ela ressalta que, apesar de a PAJ atuar plenamente em defesa dos direitos humanos e exercer a função com autonomia nos processos contra o Estado, a criação da Defensoria é um grande passo: “As pessoas vão ficar mais esclarecidas e será despertado o exercício do direito de cidadania”, pondera a procuradora. Entretanto, acredita que será inviável atender plenamente a população com apenas 400 defensores, número previsto no projeto: “O convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) deve ser mantido”.

“Somos favoráveis à criação da Defensoria, pois com a Procuradoria o atendimento ao cidadão demora de três a quatro meses”, argumenta Marcos Bernadelle, presidente da Comissão de Assistência Judiciária da OAB São Paulo. Opinião compartilhada pela advogada Karina da Silva, que em um ano e meio já atendeu por meio do Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher Viviane dos Santos — em Guaianazes, zona leste da capital — cerca de 450 casos de mulheres que sofrem violência doméstica. As vítimas que recorrem à assistência jurídica e psicológica prestada pela instituição desistem de levar o processo adiante, devido à morosidade do atendimento oferecido pela PGE.

“Encaminhamos o relatório de violência doméstica à Procuradoria, é feita a triagem e a mulher de tem provar insuficiência financeira para

Daniel Garcia



**Advogado Ricardo Gebrim**

arcar com as despesas jurídicas. Então, a Procuradoria encaminha o caso às assistências jurídicas conveniadas mais próximas da região. Mas todo o procedimento é tão lento que a mulher desiste do processo e continua sofrendo agressão física do marido, pois não há maior respaldo”, conta Karina.

O presidente dos Sindicatos dos Advogados de São Paulo, Ricardo Gebrim, avalia que a PAJ tem se esforçado para cumprir a função de prestação de assistência judiciária gratuita. “O trabalho tem sido heróico, pois não há estrutura para atender à população. Daí a necessidade de selar acordos com faculdades e associações de moradores”. Segundo Gebrim, não basta criar a Defensoria se não há dotação orçamentária para realizar a assistência plena. “Não adianta funcionar de forma precária: tem de haver recursos para atender às necessidades da população”, ressalta.

Marcelo Semar, juiz presidente da Associação dos Juizes para a Democracia, que participou de audiência pública em defesa da criação da Defensoria Pública, promovida pela Comissão dos Direitos Humanos da

Alesp, entende que o acesso à justiça é questão de cidadania. “O direito do povo e do Estado se chocam, por isso é tão importante a criação do órgão que será independente. Apoiamos o projeto principalmente em relação às emendas que determinam a ampla participação da população”, pondera.

Um dos motivos do atraso na tramitação do projeto foi a inclusão, no projeto aprovado pela Alesp, de uma emenda que garantia aos advogados da Fundação de Amparo ao Preso (Funap) o ingresso na carreira em cargos de comissão, sem ter de passar pelo concurso público. Para o Movimento pela Defensoria Pública, a incorporação desses advogados como defensores públicos violaria frontalmente a Constituição Federal. Alckmin, contudo, vetou o artigo correspondente.

“São Paulo deve criar uma defensoria multidisciplinar, independente, transparente e livre de qualquer mácula corporativista e inconstitucional”, afirmam os representantes do movimento. Para eles, deve-se lutar para que existam defensores públicos designados para atuar diretamente nas Delegacias de Polícia (DPs) e nos presídios, o que contribuiria na agilização de processos e coibiria a prática de tortura. O caso de M.V.T., que registrou boletim de ocorrência em Delegacia da Mulher, após ser agredida pelo marido, é um exemplo contundente da falta que fazem os defensores públicos em DPs. “Fui apenas orientada pela delegacia a viver bem com o marido, então procurei a Justiça para me separar e não tive ainda assistência alguma. Meu marido, que é alcoólatra, está em casa me agredindo”, conta ela.



Entre na Internet para conhecer  
a edição eletrônica da Revista Adusp.  
Este número e todos os anteriores  
estão disponíveis na íntegra no site  
[www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)

Adusp